



«Para ser o que quero na vida, não preciso que saia de mim um veneno que contamine e elimine o meu próximo para fazer dele uma escada e trepar as montanhas da felicidade e do meu bem-estar, antes, pelo contrário, preciso aliar-me a ele para juntos trilharmos tais **montanhas**»

Ernesto Calupeteca Camati

O EPÍLOGO DE UM ESTADO QUE DÁ TIRO À SUA PERNA

*A imagem de um povo define a (in) competência política de
um Estado ou Governo*

COLECÇÃO UIKI Nº 37

1ª EDIÇÃO

Quando um Estado pratica a justiça ampliam-se
os campos da fraternidade entre os homens e restringem-se
as insurreições populares.

BRIGADA JOVEM DE LITERATURA. HUÍLA – 2024

«Para ser o que quero na vida, não preciso que saia de mim um veneno que contamine e elimine o meu próximo para fazer dele uma escada e trepar as montanhas da felicidade e do meu bem-estar, antes, pelo contrário, preciso aliar-me a ele para juntos trilharmos tais montanhas»

O EPÍLOGO DE UM
ESTADO QUE DÁ TIRO
À SUA PERNA

Ernesto Calupeteca Camati

Quando um Estado pratica a justiça ampliam-se os campos da fraternidade entre os homens e restringem-se as insurreições populares.

BRIGADA JOVEM DE LITERATURA. HUÍLA - 2024

Ficha Técnica

Título: O EPÍLOGO DE UM ESTADO QUE DÁ TIRO À SUA PERNA

Autor: Ernesto Calupeteca Camati

Editora Digital: “**ÁGUA PRECIOSA**”

Texto: Verdana 12

Capa: Belson Hossi

Revisão dos Textos: Mille Tavares

Lubango, 2024

Índice

DEDICATÓRIA	8
AGRADECIMENTOS.....	10
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	12
APRESENTAÇÃO.....	14
PREFÁCIO	16
INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I- NOÇÃO GERAL DE ESTADO, ORIGEM E SUA FINALIDADE NA SOCIEDADE	22
1.1- Noção geral do conceito de Estado	26
1.1.1- O que é o Estado?.....	26
1.1.2- Origem do Estado	27
1.1.3- Finalidades do Estado na sociedade	30
1.1.4- Diferença entre Estado e Governo.....	33
CAPÍTULO II- POLÍTICA, IDEOLOGIA, EDUCAÇÃO E IDEOLOGIA NA EDUCAÇÃO.....	36
2.1- Política e a sua imagem danosa	37
2.2- Ideologia.....	38
“A ideologia é o mestre da inconsciência”.	38
-Do autor	38
2.3- Educação	41
2.4- Ideologia na Educação	43

CAPÍTULO III- A CONTRADIÇÃO DO SENTIDO PRÁTICO E TEÓRICO DO CONCEITO DE “ESTADO” NO CONTEXTO DOS PAÍSES CAPITALISTAS....47

3.1- A contradição do sentido prático e teórico do conceito de “Estado” no contexto dos países capitalistas	48
3.2- Peculiaridade de um Estado dentro da polémica do auto-enterro.....	51
3.3- O advento da independência em Angola.....	55
2.3- Relação entre igreja e Estado em Angola	58
3.6- A pobreza de um Estado.....	69
3.7 - A verdade dentro de um Estado desviado do projecto social.....	71
3.8- Origem de conflitos: o povo contra o Estado.....	75

CAPÍTULO IV- OS PROBLEMAS DE ANGOLA E DA ÁFRICA EM GERAL...79

4.1- Abordagem geral	80
4.2- Perseguir-me-ão?	83
4.3- A servidão voluntária.....	85
4.4 - Estados que se iludem a si mesmos	87
A Tragédia.....	87
4.5- Indignação social em Angola	91
4.6- A tábua de salvação de um Estado.....	94

CAPÍTULO V- OS PROBLEMAS DO CAPITALISMO..... 99

5.1- Noção Geral.....	100
5.2- O Capitalismo em Karl Marx (1818-1884)	101
5.3- O lucro como doença ou saúde do Estado no capitalismo.....	103
5.4- Inevitabilidade de classes no capitalismo	104
5.5- A “mídia” como abate da verdade.....	107

5.5- A “mídia” como abate da verdade.....	108
5.6- Relação entre ricos e pobres	110
5.7- O Comunismo e a génese do marxismo-leninismo	111
5.7.1- Marxismo-Leninismo	114
CAPÍTULO VI- ALIENAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA EM ANGOLA.....	116
6.1- Alienação social e económica em Angola.....	117
-O que se entende por alienação?	117
6.2- Natureza da “Escola” no capitalismo	118
6.3- O que é o sofrimento?	120
6.3.1- O sofrimento como uma escola popular no capitalismo	122
6.4- O lugar do povo e o conceito de homem no Estado capitalista.....	123
6.5- Instrumentos de um Estado na chantagem das massas no capitalismo.....	125
6.6- Itinerário salvífico de um povo oprimido	128
CONCLUSÃO	131
SOBRE O AUTOR	134
BIBLIOGRAFIA.....	136

DEDICATÓRIA

Aos governos e Estados que fazem da sua oportunidade uma real oportunidade de governação para resolver os problemas do povo...



AGRADECIMENTOS

Aos meus pais: Isaac Camati e Sofia Canjala, exemplos vivos da minha existência. Ao pai Fernando Baptista em memória e Ruth Câmea pelo carinho...

Ao Professor Chia, digno orientador da minha tese de Licenciatura pelo apoio incondicional, sapiência, encorajamento e, sobretudo, pelos caminhos trilhados durante o percurso académico que permitiram colocar à disposição dos angolanos e não só, o meu pequeno ensaio e dom de amar as letras.

Aos meus colegas do ISCED-Huíla, particularmente das salas de extensão do curso de Filosofia em Kalukembe pela força.

A minha gratidão!



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

a. C. – antes de Cristo

CEAST – Conferência Episcopal de Angola e São Tomé

CRA – Constituição da República de Angola

DEF – Didáctica Especial de Filosofia

ISCED – Instituto Superior de Ciências da Educação

TV – Televisão

ZIP – Zona de Influência Pedagógica

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

FILED – Filosofia da Educação

OGE – Orçamento Geral de Estado

ONG's – Organizações Não Governamentais

UNESCO – United Nations Educational Scientific and Cultural Organization

R. P. A. – República Popular de Angola

APRESENTAÇÃO

Côncio de que as desigualdades sociais constituem um combustível para o fracasso de um Estado ou governo, o “Epílogo de um Estado que dá tiro à sua perna” resulta de um esforço titânico e observacional de tudo quanto vivemos, sentimos na carne e na alma, e sobretudo na relação entre governantes e governados na partilha institucional e não só. Acho, na dimensão mais alta da pensatividade, que para qualquer patriota a dor de um povo é um património valioso que vale apenas elencar honesta e fielmente, do que seguir cegamente o rasto daqueles que ontem procuraram apoio aos demais e hoje por motivos egoístas entoam hinos de paz e de heroísmo isoladamente enquanto está assente a guerra da pobreza entre as famílias num país belo e rico.

Sei, perfeitamente, que no peito de cada angolano está escrito uma versão da dor, uma emoção das noites perdidas e dos sacrifícios consentidos para se ter um país que temos hoje (bom para alguns poucos e mau para outra maioria), e os nossos antepassados (avós e pais), mortos ou vivos, são os verdadeiros reportórios dessa dor.

A ideia sobre este ensaio não surgiu do nada. É fruto de um fascino repentino pelas letras e pelos ideais dos grandes mestres com os quais cruzei no ISCED-HUÍLA com mais destaque à figura do Professor Chia KMK que, com todo mérito merecido e afecto, despertou em mim a curiosidade de reflectir profundamente sobre a realidade social em Angola, um país estranho aos filhos genuínos e entranhado na sinuosidade da desgraça, na mediocridade arrogante, na cópia fiel do modo de viver, estar, sempre na promessa e esperança de um dia melhor que nunca chega.

Angola esvazia o seu carácter humano, social e institucional nas emoções, intuições, paixões e interesses que sempre adiaram o progresso das gerações futuras, de sonhos assentes na realização de um manifesto cultural, científico, político, económico e social próprio do ser de cada cidadão que hoje desconhece o que fez, o que faz e o que fará. Portanto, a sociedade angolana é assim, não porque é assim, mas porque o Estado quis que fosse assim: fraca, lenta no pensamento, passiva em inovar e criar, egoísta, emocional, corrupta, ignorante, individualista, estranha a si mesmo, etc.,

fazendo valer o ditado dos velhos “essanda walinga keyya, kimbo liu kulan-
dula” . Este retorno em África sobretudo, traduz-se na decepção total do
cidadão, dando lugar aos golpes de Estado, à multiplicidade de partidos, às
insurreições populares, às greves dos funcionários públicos, ao feiticismo, à
criminalidade, à falta de ética e sobretudo de espírito humanista na gestão
das relações sociais e dos recursos disponíveis (humanos e minerais).

A negligência feita na lavra o resultado chega em casa.

PREFÁCIO

A História da Humanidade registou já uma série de Estados, Reinos, Impérios e géneros governativos afins, que depois de fabulosas façanhas quer contra os povos dos limites territoriais quer contra outros povos, próximos ou longínquos dos seus limites tiveram um dos fins propícios que a esse tipo de poder cabe.

Na sua obra Cidade de Deus, Agostinho de Hippona (354-430 d.C.), descreve o mundo dividindo-o entre o mundo dos homens (Civitate Terrena) e o mundo dos céus (Civitate Dei), também chamado o “mundo espiritual”. Ambas caminham para um “fim inelutável”, sendo que uma delas seu fim é o inferno, enquanto a outra, seu fim é o céu, em correspondência à forma como, por natureza, cada cidade cuidou dos seus assuntos diante dos subordinados e/ou dos superiores.

Pertence a Aristóteles a ideia segundo a qual “a Cidade é a suprema comunidade humana e que “toda a associação do homem está ordenada de modo a visar algum bem”, ideia que foi corroborada por Platão. (Aristóteles 2001, apud Aquino 2007, p.109).

Presume-se, pela força de expressão “suprema comunidade humana”, que tal bem seja uma pertença de toda a comunidade humana, ou seja, um benefício de todos os membros dessa comunidade, enquanto homens, enquanto pessoas, enquanto humanos.

Se todos são humanos por e para outros humanos, não deveria haver margem para algo que não correspondesse àquilo que, por e para todos fosse tido, realmente, como um bem e, assim, alegrasse a todos por igual. Porém, mais tarde, o filósofo inglês, Thomas Hobbes (1588-1679), certamente tendo estudado profundamente o que via acontecendo ao seu redor, chegou à pesada e triste conclusão de que “o homem, embora vivendo em sociedade, não possui o instinto natural de sociabilidade”! (Hobbes, apud Mondin 2033, p. 14). E hoje, em pleno século XXI, é deveras aterrador constatar como essas palavras de Hobbes continuam tão apelativas, queimando impiedosamente “cultos” e “incultos”, mesmo e mais ainda, quando se chamam de irmãos, camaradas, companheiros ou compatriotas. Simplesmente incrível!



INTRODUÇÃO

Diante duma estagnação social à vista, os homens vêem-se confrontados em todas as dimensões da vida e, por isso, questionam-se sobre o melhor modelo de governação. E a ideologia, para justificar a astenia estatal, passa uma imagem de que tanto a pobreza como a referida estagnação fazem parte da própria natureza humana. Neste tremendo alvoroço, uns apoiam a democracia contra o comunismo, outros ainda acham que o federalismo ou um concorrente fora dos partidos políticos seria uma via melhor. Há quem diga, ainda, que o socialismo-democrático ou capitalismo talvez seja uma opção mais acertada do que outras. Tal questão é ilusória e eivada de caos por não se ver a melhor forma de viver e estar e sobretudo de manter a relação positiva entre governados e governantes.

Sabe-se, obviamente, que o alvoroço é gerador de divergências entre pessoas, daí que, a sede de sempre criar mais um partido político não desaparece na consciência dos políticos. Salienta-se, nesta abordagem introdutória, que quando se assiste a multiplicidade de partidos criados e outros por criar num determinado país, significa que há problemas sociais assentes nas debilidades do Estado. Para sanar uma dúvida basta a reflexão contra o problema porque em cada problema existe sempre a solução para o mesmo. Não existe o melhor ou pior modelo de governação, tudo depende e tem bases em apenas um factor: a consciência patriótica do governante. Perante a consciência patriótica de um governante, todos os modelos de governação são bons e válidos, mas enquanto esta não vincar, todos os modelos tornam-se malévolos e deficitários. O comunismo é inevitável quando os recursos são de todos os cidadãos, isto faz a natureza de um líder patriota.

Como afirmou A. A. Neto (1922-1979), Angola continua a ser “um corpo inerte onde cada abutre vem debicar o seu pedaço” por causa de natureza da consciência dos governantes que formam o Estado. Tal é fruto de um descaminho dos objectivos traçados na primeira hora, isto é, na disputa do poder entre os três movimentos de libertação nacional.

Movidos por interesses particular, os portugueses queriam encontrar entre os três líderes, alguém que pudesse servir melhor os seus interesses. Neto foi esta figura. Nesta fase da passagem de pasta, não vincou o humanismo, a responsabilidade, o compromisso, o patriotismo nem a futurologia das gerações. Com este caos produzido, percorre-se um meio século, nada de bom. Angola ambula à margem das políticas de desenvolvimento e produziu instituições retrógradas, sem vigor que nem tampouco estão em condições de examinar os próprios equívocos e métodos para uma reviravolta. Reconhecer o próprio erro não é uma fraqueza, é antes de mais uma virtude patriótica e um juramento de fidelidade a um homem ou ao povo soberano. O bem não se fala, faz-se, para que os homens possam sentir o poder da bondade de um Estado.

Para ser claro e em definitivo, embora imbuídos na onda de colonização, o povo angolano não é fraco. Não. Porque não existe um povo fraco, são os homens ou grupos de homens que produzem a fraqueza de outros homens e dos povos na contradição com a construção original imposta naturalmente. Todo homem tem e faz história, basta a existência. O que se nota na natureza humana e com frequência, é meramente as diferenças que se produzem na base da dinâmica e aventuras de cada homem, de cada sociedade, de cada povo e de cada grupo socialmente criado, já que no passado os homens se mantinham num modelo de vida comum em que as relações sociais eram reguladas pela força dos costumes, hábitos, tradições, experiência e o trabalho colectivo.

Tendo em conta a modernidade, hoje, cada homem tem a noção de que a forma mais avançada da sociedade moderna é o Estado, que representa a organização do poder político da classe dominante e responsável pela elaboração da história do país. Obviamente, as ideias de mudança, crescimento, progresso e desenvolvimento social são imputáveis ao Estado enquanto ente responsável pela definição dos limites, do controlo físico até psicológico das massas que a si dependem à luz das leis que cria e impõe aos cidadãos. O povo é o que um Estado quer. Um povo só é atrasado porque o Estado é atrasado. É claro que “se o Estado desejar o bem o povo fica bom” Confúcio (551 a. C -479 a. C).

É também altura de afirmar que os povos carecem de liberdade. Mas de que liberdade? Está-se sim num verdadeiro relativismo sobre esta situação de liberdade dos homens, sob pena de anular-se a hipótese de o homem ser a criatura de Deus. Os homens não precisam de liberdade, porque esta não existe no mundo das coisas, mas é preciso que os homens tenham o livre arbítrio, a escolha que cada um pode fazer por livre consciência e espontânea vontade. A liberdade que nego existir está condicionada pela ideia de criação e predestinação que se confirmam a partir das próprias leis da natureza. Convencido com o livre arbítrio, angolanos precisam escolher entre o bem e o mal, o bom e o mau, o belo e o feio, o ético e o antiético, o moral e o imoral, a ditadura e a democracia, a paz e a guerra, a reconciliação e perseguição, a justiça e a injustiça, a verdade e a mentira, para definir o melhor ou pior caminho para si, para que se possa determinar o dia de amanhã e o tipo de futuro.

O que se fez em Angola desde a independência? É apenas a loucura. Uma imagem artificial e artificiada de um povo que pairou na cabeça de cada homem enganado pela ideologia. Todavia, do ponto de vista da dinâmica social, esta pode enganar o mundo e o pacato cidadão durante algum tempo, só na detonação da realidade se pode sanar definitivamente a dúvida, chegando a ponto de o silêncio do povo resolver a ignorância do Estado que se compôs na base da história ideológica e não realista da história do seu povo. Nesta lógica, é tempo de dizer também, que a história necessita ser recomposta, caso se queira manter o foco na construção da consciência nacional e na transmissão de valores positivos às novas gerações angolanas.

Um dos problemas a resolver nesta abordagem, no sentido de se evitar equívocos diários dos angolanos e não só, prender-se-á com o conceito de Estado, origem, sua finalidade e sua diferença com o conceito de Governo pondo fim a ambiguidade que se produz à volta de um Partido-Estado. Acho que o esclarecimento destes conceitos, Estado, governo e ideologia, possibilitará perceber os objectivos que cada um deles persegue e perseguiu, sobretudo em Angola, como uma espécie de balanço de um período alargado que se estende desde 1975 a 2022. Obviamente, com o sincretismo conceitual que circula na maior parte das mentes, deu-se conta, que não é possível o progresso social num Estado voltado para a figura de Luís XIV, “o Estado sou Eu”, quando ninguém estaria acima dele, a não ser o povo soberano, o verdadeiro

e legítimo Estado dentro de uma democracia.

Na verdade, não há um Estado dentro do governo, há sim um governo dentro de um Estado. O Estado é o povo, são os cidadãos, somos todos nós, governantes e governados por força da marca de cidadão que cada um carrega. Tal assunto procurarei esclarecer mais adiante. Mas por agora, eis as questões polémicas do contexto:

Onde reside a força de um Estado? No seu povo? É o povo, a verdadeira hemoglobina de um governante? O grupo de cidadãos, o povo, é um componente excelente ou perigoso que qualquer Estado ou governo tem diante de si? O que ocorre quando há desilusão? Com ou sem uma concepção científica do mundo o povo pode impor uma revolução e pôr fim a hegemonia de um grupo ditador?

Até aqui a prática revelou que quando a escola não serve para despertar da sonolência os homens, o sofrimento e as diferenças que se produzem na prática social e na base da injustiça fazem a sua vez. Por isso, cabe a um Estado organizado conter as suas emoções e ilusões que colocam à margem os interesses do povo, sob pena de perder a legitimidade. Platão, filósofo vincado na pesquisa desta problemática, sem ambiguidade do linguajar, afirmou categoricamente: a prática da justiça e da verdade enquanto valores essenciais e legítimos da humanização, devem sempre caracterizar os governantes ou estadistas, sob pena de evitar a sua própria queda. Mas quem os ignora, cega-se a si escurecendo o seu trajecto e cai logo a seguir. Desta visão platónica, nasceu o seu mais excelente modelo segundo o qual, “seria bom que o mundo fosse governado pelos filósofos, administrados pelos cientistas, mantido pelos produtores e protegido pelos guerreiros”, (Platão, cit. por Chauí, 2014).

Se a vida de uma sociedade ou de um povo é um indicador para determinar a excelência política do Estado auxiliado por um governo, lutar para elevar as camadas mais desfavorecidas constitui o trunfo para esquivar o pior: as insurreições populares que resumem a incompetência do Estado. E estas anunciam a queda drástica e redonda dum regime devido à falha nas políticas de desenvolvimento, como educação, saúde, agricultura e segurança. Ou seja, se cada um colhe o que semeia, a partir do momento em que o Estado nega a qualidade de ensino e da saúde, o investimento na agricultura, na segurança e na economia do país, dá tiro à sua própria perna, porque a falta de quadros qualificados nas escolas, nos hospitais,

**CAPÍTULO I- NOÇÃO GERAL DE ESTADO, ORIGEM E
SUA FINALIDADE NA SOCIEDADE**

no executivo, nas facções políticas e na justiça, determina o seu fracasso total e imediato.

Não se faz política com analfabetos, porque estes desconhecem o motivo da sua política e não têm confiança no futuro. Por isso, este, por mais que se apegue ao poder ou fique sem vontade de o deixar, inevitavelmente, o seu fim chega, porque o sofrimento e a dor das massas são excelentes aulas práticas que incitam a desobediência civil e revoluções. Como disse Pe. Camilo Laagel (2016, p. 23) as coisas que nos vão destruir em África, particularmente em Angola, são “as políticas sem princípios, prazer sem consciência, riqueza sem trabalho, conhecimento sem carácter, negócio sem moralidade, ciência sem humanidade, direitos sem responsabilidade e adoração sem sacrifício”. Na verdade, a desumanidade nasce dos próprios homens que ocultam o brilho dos outros homens através dos seus próprios interesses.

1.1- Noção geral do conceito de Estado

O Estado, que depois surgiu como uma questão política e jurídica, tem bases na própria natureza humana através de um conjunto de acções empíricas que faziam parte do reportório de cada grupo social. E isto implica dizer que não há nada que não surgido da própria experiência humana. A ciência, a arte, a técnica, a ética, a moral, a religião, a política, a filosofia, a estética, a economia, a matemática, etc. são frutos da produção empírica dos homens.

Aristóteles (434 a. C- 322 a. C) ao observar a reacção do homem sobre as coisas fundamentalmente à forma de organização sem a intervenção da ciência, chegou a defini-lo como sendo “um animal político”, trazendo à luz a ideia de que as relações humanas na sociedade primitiva eram preceituadas pela nítida força dos hábitos, costumes e tradições, e o modelo de vida era mantido e imposto pela experiência do trabalho colectivo. Mas com o aparecimento das classes sociais, os conflitos aumentaram e a vida do homem tornou-se cada vez mais emaranhada, dando lugar a novas formas de relações sociais, surgindo assim a vida política e jurídica

As relações políticas surgidas são determinadas na base de várias instituições e organizações sociais assentes nas relações jurídicas que nunca tinham marcado presença na era primitiva, cuja maior e mais importante delas, a destacar, é o Estado como síntese do poder da classe dominante a quem, por razões de renúncia, a sociedade delegou os seus direitos fundamentais. Mas o Estado pode estar contra si próprio através das suas acções de liderar.

1.1.1- O que é o Estado?

Estado é um conceito mais abordado e aprofundado no âmbito das ciências sociais, nas sociedades modernas e contemporâneas por ser um agrupado de instituições que governam um determinado país. Segundo Constantinov (1997, p. 131), o Estado é um conjunto de sistema das instituições, organizações e organismos que regulam as inter-relações políticas entre as classes, povos, nações ou Estados, cuja norma fundamental que usa é a lei.

Uma vez que as instituições políticas congregam vontades dos cidadãos representados num determinado território, o Estado é constituído pelos cidadãos, é o povo, somos todos nós enquanto habitantes do território e não é uma pessoa singular, a exemplo de Luís XIV.

Para a definição do conceito de Estado, Angola oferece duas possibilidades: uma do ponto de vista teórico e outra do ponto de vista prático.

Do ponto de vista teórico, tanto aqui quanto noutras partes do mundo, o Estado são todos os cidadãos do território delimitado, já que as instituições são para congregar vontades. A CRA no artigo 23º, nº1 diz que “todos são iguais perante a Constituição e a lei”. Essa igualdade não é verdadeira, porque não encontra o seu respaldo na prática social e institucional onde se confunde o partido com o Estado. Nem mesmo o nº2 do mesmo artigo tem aplicação prática. Do ponto de vista prático, o Estado muda de definição e função, tornando-se num grupo de pessoas privilegiado com todos os direitos garantidos e deveres limitados. Foi esta prática que levou Karl Marx (1818-1884) a afirmar que só faz parte dum Estado aquele que conhece os seus interesses e objectivos. Mais adiante, ele define o Estado como sendo a manifestação fundamental das contradições das classes, onde a classe dominante tem o privilégio de vencer a classe mais baixa e esmagá-la quando assim o preferir. O Estado são todos os cidadãos, organizações políticas e filantrópicas.

1.1.2- Origem do Estado

Vegundo Aristóteles, a origem do Estado é natural e não convencional. Ele tem bases na própria natureza humana através de um conjunto de acções empíricas que faziam parte do repertório de cada grupo social tal como a ciência, a arte, a técnica, a ética, a moral, a religião, a política, a filosofia, a estética, a economia, a matemática, etc., são frutos da produção empírica do homem. Ou seja, “os homens unem-se para formar a sociedade não em virtude de um pacto, mas instintivamente, porque de outro modo não poderiam satisfazer a todas as necessidades físicas e intelectuais”, Mondin (1977, p. 103). “É claro”, diz Aristóteles, “que o Estado é uma criação da natureza”. Quer dizer que o que levou ao surgimento de várias instituições sociais é a própria natureza humana tendo em conta o seu princípio de organização, por

isso, o filósofo considera o homem como “um ser político de natureza” e o fazer sempre com e ao lado dos seus semelhantes, levou Rousseau a considerá-lo como sendo “um social”. O Estado surge da própria natureza humana na base do aspecto organizativo naturalmente mostrado. Se o Estado surge para tornar possível não só a vida, mas também a vida feliz, todo o homem que vive fora dele é superior ou inferior ao homem, Afirma Aristóteles.

Segundo Hobbes (1588-1679) o homem sempre viveu um clima de infelicidade que lhe tirou sossego, porque todos vivem perseguidos pelo temor de serem atacados uns pelos outros. Para que se vivesse com tranquilidade, foi necessário pôr limites ditados pela razão através dos quais os homens renunciaram alguns dos seus direitos, colocando-os nas mãos de um só homem, o soberano. Surgiu assim a figura do Estado. Uma outra versão vem de Edir Vieira (2009) para quem o termo Estado vem do Latim “Status” que significa “estar firme” numa “situação permanente de convivência”, da criação de condições e resolução de conflitos entre opostos na estrutura sócio-política na mesma medida. Cômescio de que é poderoso, o soberano nem sempre tem dever para com os cidadãos, uma vez que estes renunciaram a sua liberdade. O surgimento do Estado dá-se com a evolução da sociedade e data do século XIII e se refere a qualquer país soberano com uma estrutura própria, politicamente organizada, bem como designa um conjunto de instituições “humanas” surgidas com o intuito de controlar, administrar a nação e garantir condições socioeconómicas, educativas, habitacionais, saneamento básico e segurança dos cidadãos . Assim, ao longo da história vários investigadores procuraram discutir e aprofundar a génese e as causas do Estado.

E entre proeminentes pensadores de todos os tempos, destacam-se Platão, Aristóteles, Cícero, S. Tomás de Aquino, S. Agostinho, Thomas Hobbes, John Locke, Jean-Jacques Rousseau, Karl Marx e Engels. Estes procuraram abordar, em pormenores, a prática e os problemas da «sociedade civil», chegando à conclusão que a origem do Estado nunca deve ser diligenciada na natureza, mas na transgressão genuína. Por sua vez, S. Tomás de Aquino (1225-1274) na sua versão, assegura que o Estado nasce da natureza social do homem e das restrições vividas entre indivíduos.

O Estado devia ser uma sociedade, portanto, uma sociedade perfeita. Sociedade porque devia ser uma união de todos os homens com fins comuns.

Perfeita porque tem fins próprios (o bem comum). É também um responsável na aquisição de meios suficientes de produção para promover tal bem, permitindo que os homens vivam diferentes de outros animais.

1.1.3- Finalidades do Estado na sociedade

Numa abordagem geral, as finalidades do Estado estão ligadas directamente ao seu surgimento. De forma clara, e mais uma vez, o Estado surgiu para garantir a justiça e os direitos fundamentais entre indivíduos nas comunidades e nas instituições, combater os conflitos sociais, as desigualdades, estabelecer uma relação harmoniosa, regular de forma positiva a vida dentro da sociedade, enfim. O Estado surgiu para evitar o risco que os homens correm. O seu acto de administrar por meio de acções tem de beneficiar as populações.

Especificamente, em Angola, o Estado encontra-se desligado da sua função devido à presença excessiva da ideologia-partidária que divide as pessoas, as famílias e os povos. A produção ideológica que o Estado faz em

Vieira, E. (2009). “Filosofia Política”. Artigo disponível no jornal de Filosofia

conexão com o partido, tem como finalidade fazer com que todas as classes sociais aceitem as condições em que vivem, julgando-as naturais, normais, correctas, justas, sem pretender transformá-las ou conhecê-las realmente, sem levar em conta que há uma contradição profunda entre as condições reais em que vivemos e as ideais expressas nos discursos escritos e orais, Chauí (2010).

O aproveitamento que o Estado faz da ideologia partidária dá-lhe uma má revivescência pelo facto de esta procurar falsificar a imagem de um povo. Muitas vezes, esta afirma que todos nós somos cidadãos e, portanto, temos os mesmos direitos económicos, políticos, culturais e informativos. Sabe-se sim, que isto se fala com frequência em Angola, mas não acontece realmente. Só para ver na prática, os idosos não têm direitos de ser acompanhados, as crianças das escolas públicas ou de rua não têm direitos. Nas escolas públicas não se têm as mesmas condições como nas privadas onde estudam os filhos dos governantes. E daí, está claro que o ensino em Angola não tem a mesma qualidade para impedir que pensemos em tais situações de desigualdade. O ser cidadão em Angola é visto apenas na perspectiva do exercício do voto para escolher os futuros ricos do Estado e opressores do povo.

Andando à boleia disso, a finalidade que o Estado tem hoje é negativa, não corresponde àquilo que está definido na CRA no artigo 23º, nº 1 e 2. Neste sentido, o Estado perde a imagem de pai/mãe que seria, de acordo com S. Tomás de Aquino, “uma figura congregadora que trata os seus filhos por igual sem discriminá-los e isolá-los”.

O Estado em Angola continua com o espírito negativo de exploração do homem pelo homem, basta olhar pelos trabalhadores que estão na condição de colaboradores há seis anos sem ser pagos nas escolas, hospitais e outros estabelecimentos, para não se falar daqueles que estão no activo, mas ganham um mísero salário que não corresponde ao horário do seu trabalho.

As explicações que os vários pensadores clássicos foram dando, relativamente ao surgimento do Estado, divergiram em alguns pontos e convergiram em outros. Isto, porém, não levou Karl Marx a cruzar os braços, quando via o prejuízo social. Pois, à medida que o tempo foi passando o Estado foi se tornando numa figura opressora e punitiva das classes mais desfavorecidas, e a coisa foi ficando cada vez mais tensa. É nesse clima latente que Marx e Engels levantaram ideias conjugadas numa Filosofia prática da “acção como critério valorativo da verdade” que culminou com fortes insurreições que esvaziaram o poder da burguesia em prol do proletariado. Para estes, o Estado surge à luz de interesses das classes dominantes em detrimento da classe dominada. É deste pensamento marxista que Edir Vieira (2009) assenta a sua reflexão afirmando que a Filosofia Política contemporânea numa abordagem mais profunda sobre a questão funcional do Estado destaca duas correntes conhecidas que procuram dar uma solução mais credível à luz da prática quotidiana. Tais correntes são as seguintes:

Corrente Liberal: de acordo com o pensamento liberal a função elementar do Estado devia ser a mediação dos conflitos entre os indivíduos e grupos sociais. Aí o ideal a ser perseguido devia ser o acto de harmonizar as relações conflituosas cujos interesses se opõem, preservando os interesses do bem comum. Entre os principais representantes desta corrente liberal destacam-se duas figuras renomadas: a de John Locke e a de Jean-Jacque Rousseau, Edir Vieira (2009);

Corrente Marxista: de acordo com a corrente marxista a função do Estado não é a de mediar os conflitos, mas sim, incentivá-los à luz das acções privadas. Ele (o Estado) é uma instituição a serviço dos interesses das classes dominantes cujo pendore é garantir a manutenção das relações de dominação de uma classe sobre a(s) outra(s). O seu papel primordial consiste em proteger a propriedade privada e reproduzir as relações de produção de uma sociedade. Usa a coerção para garantir o lucro. Logo, sobre a coerção “não há muito o que dizer” de acordo com o Edir, pois “a sua apreensão é imediata. O Estado e o seu gerente, o governo, a utilizam à luz da força, a polícia, leis, decretos, censuras na especialidade, impostos, obrigações, etc.”.

Tal como Tomás de Aquino, Karl Marx coloca tal questão numa profunda análise que não deixa de parte a estrutura económica, histórica e sociológica baseada nos meios de produção, geradores do fenómeno classista. Apegado numa Filosofia prática que dá maior ênfase à contemplação viva dos fenómenos, para Marx o Estado não surge do intuito de debelar os problemas da camada baixa, mas surge como um órgão directo e brutal que se encontra reduzido a um instrumento da classe dominante (os ricos) destinado de mão pesada à classe proletária. Neste, a análise não dá lugar à dúvida e a opressão abate de dia e noite a maior parte dos povos insurgentes, directa ou indirectamente. As leis, os direitos e deveres são indicadores da divisão social. Eles indicam o lado forte e fraco da estrutura social. Há na sociedade angolana, um sincretismo real quanto se quer saber o que é e como surge o Estado. Muitos confundem-no com o governo, outros confundem-no com um partido político. Alguns dizem mesmo que o Estado é divino e outros ainda afirmam que o Estado somos todos nós. Esta última definição seria correcta se assim fosse. Mas do ponto de vista filosófico, só o que conhece os interesses do Estado dele pertence e nunca sofre questões de discriminações, burocracias, etc. Quer dizer, a sua posição socioeconómica determina, reserva e conserva o seu lugar no aparelho.

Da ambição e do medo, dizem os filósofos, nasceu o Estado; e da suspeita e do freiar as pessoas, nasceu um acervo de leis com o qual o Estado se vale para esmagar as camadas populares e a sociedade em geral. “O Estado somos todos nós” assim se diz em Angola. Verdade ou mentira? Esta tem sido uma definição mais apregoada teoricamente pelos governantes africanos. Mas se “a prática é o critério da verdade” isto nunca foi demonstrado nem se faz

sentir no mundo dos homens, pois o que mais se assiste nos vários Estados africanos a submissão da maioria à minoria que detém o poder de tudo. Quando a camada popular não consegue justificar os interesses do Estado não pode e nem deve sentir-se parte dele, já que o futuro de todos num Estado dessa natureza é feito por todos independentemente da posição social e do nível de escolaridade. É sempre visível que num dado momento até as cooperações que se fazem com outros países servem para uma auto-inserção dos que as fazem e mais, quando se fala da dívida pública significa uma dívida que este grupo tem para os investimentos privados. Daí que esta definição não deixa de ser um método de chantagem às massas populares que votam à luz de simples panelas, enxadas, catanas, etc.

1.1.4- Diferença entre Estado e Governo

Confundir a opinião pública é sempre uma característica de um Estado liderado por um governo monárquico e ditador. Neste, prevalecem os interesses singulares dos que lideram as estruturas políticas do Estado, contrastando a percepção, o entendimento e explicações dos conceitos atinentes aos seus cânones aos cidadãos. Eles evitam a todo custo que o seu dicionário ou vocabulário seja explicitado à sociedade em geral. Por isso, criam-se situações que permitem a opacidade e ambiguidade dos conceitos. Esta ambiguidade é, normalmente, difundida em vários sectores da vida social onde o papel fundamental é o de instruir os homens, como é o caso do sector da educação, fundamentalmente. Os líderes estão preocupados com a educação dos homens lúcidos, porque o mais perigoso para eles é o entendimento da/sobre as coisas da sua rotina. Em Angola por exemplo, ninguém está interessado em esclarecer a diferença existente entre o Estado e o governo sob pena de se anular a ideia de Partido-Estado que domina o país desde 1975. Gerou-se dúvidas e confusões. Dum lado está o interesse de desencaminhar os homens por políticos apolíticos que desejam e fazem confundir à opinião pública para mais tempo no poder. Do outro lado está a promoção do atraso social da classe baixa para nunca almejar as posições mais altas na estrutura do Estado. Tudo está reservado aos seus descendentes que devem substituir os seus progenitores nas funções

O problema emergente é que, muitas vezes, quem sabe não quer esclarecer, sob pena de despertar alguém que está a servir os seus interesses. Da parte

de alguns professores no caso, há um receio e dúvidas por ignorância de conhecer a diferença, outros ainda encontram-se mergulhados no egoísmo de não passar seu testemunho científico aos alunos que devem ser preparados para os desafios futuros sob pena de saber um pouco mais as coisas do que o mestre. Por isso, professores ocultam-se por ser uma carta marcada que acha que fazendo-o pode perder o seu emprego ou cargo na estrutura máxima do Estado e no governo. Nas turmas ou salas de aulas, num Estado de governo ditador, encontram-se “alunos-cias” dos políticos com a função de escuta.

Naturalmente, num Estado democrático e de direito, a verdadeira cobardia nasce quando confundimos o Estado com o governo. Por isso, é imperioso descrever estes conceitos para que o leitor possa, na primeira pessoa, sanar as suas prementes dúvidas que se produzem à volta de um fenómeno angolano, o Partido-Estado. Fica definitivamente claro, que nenhum político sonha ser interpretado e entendido nas suas acções pelo povo. É um ganho para ele quando o povo desconhece o verdadeiro sentido das coisas, porque ele encontra terrenos abertos para cultivar a mentira, o pânico e a falsidade imposta pela ideologia. Ou seja, governar um cidadão pacato é mélico de mais para um político pois a nossa crença em coisas que não são pode ser o alimento do discurso político

Para tal, procurarei usar uma linguagem mais corrente para produzir efeitos positivos de entendimento para todos os níveis e estatutos sociais.

As várias camadas sociais e não só do senso comum, identificam o governo e o Estado como a mesma coisa. Os políticos tendem a incutir nos cidadãos a sinonímia dos conceitos, dando-os a mesma função na estrutura social. Na verdade, eles são diferentes: o governo diz respeito a programas e projectos identificados e propostos por uma parte de pessoas que compõe a sociedade; o governo é sim aquela autoridade governante de uma unidade política que tem como finalidade reger e organizar a sociedade. De acordo com Chauí (2010) “é a instância máxima de administração executiva geralmente conhecida como a liderança de um Estado ou nação”. Normalmente o governo é formado por dirigentes executivos ou ministros. o Estado é formado por um conjunto de instituições públicas permanentes que executam os programas e projectos de um governo.

A gestão do erário público por exemplo, não é da responsabilidade do governo, mas sim do Estado, este ente a quem todos fazemos parte, partidários e não partidários.

A palavra governante vem de governo e significa alguém vindo duma facção política governo revestido de autoridade para dirigir e representar a colectividade organizada em forma de Estado como esclarece Chaui (2010). Considerando a ideia de colectividade, neste conjunto, tem-se os contras e prós da acção governamental. Um Presidente da República por exemplo, vem de um governo sustentado por um partido político, já que cada partido político possui uma câmara composto por futuros governantes (governo sombra). Por isso, ao exercer uma função que representa a colectividade, é correcto desligar-se das acções partidárias para as acções do Estado sob pena de prejuízos públicos ao combinar as acções do partido com as do Estado. O Estado são todos os cidadãos, organizações políticas e filantrópicas. Já o governo é um grupo restrito de pessoas ligado a uma actividade de grupo que almeja alcançar o poder para dirigir a colectividade.

CAPÍTULO II- POLÍTICA, IDEOLOGIA, EDUCAÇÃO E IDEOLOGIA NA EDUCAÇÃO

2.1- Política e a sua imagem danosa

A palavra política vem do grego “políteia” que significa todos os procedimentos organizativos relativos à “Pólis” ou cidade. Ela diz respeito à arte de bem organizar, dirigir e administrar as nações. Segundo Hannah Arendt (1906–1975), a política refere-se ao mundo comum compartilhado pelos homens. Actualmente a política ganhou o estatuto de ciência moral e normativa que estuda as relações e conflitos sociais que inspiram motivos de luta em torno do poder do Estado e entre Estados. Ela está ligada aos bens públicos, à vida comum, às regras de convivência entre governantes e governados.

Constata-se, portanto, no dia-a-dia, no mundo inteiro, factos políticos que põem em causa a imagem da política como “uma arte de bem governar”. Os meios de comunicação massiva, a rádio, a tv., os jornais etc., são órgãos que mostram e reforçam à política ter uma imagem danosa que decepiona os homens: discriminações, perseguições, censuras, corrupção, nepotismo, impunidade aos crimes dos dirigentes, fraudes eleitorais, mentiras, falsificações, calúnias e incitações do ódio que provocam guerras para a satisfação dos interesses económicos dos fabricantes do material bélico, desvios de recursos públicos que deveriam ser utilizados contra o combate às doenças, à fome, à pobreza e ao aumento de desigualdades sociais e económicas, uso excessivo das leis injustas com desígnios opostos aos dos que levaram à sua elaboração e outros como usurpação de terras, exploração de trabalhadores, matanças de quadros de valores, isoladamente, fechamento de oportunidades a favor das organizações políticas, exclusões, envenenamentos, etc.

Num país rico de tantos recursos naturais como Angola, não se passa horas sem se verificar o modo desumano e também violento com que funcionários públicos e a população em geral que procura serviços públicos são tratados nas instituições. Muitas vezes em defesa dos dirigentes e para garantir um nível de vida aceitável, quadros são instrumentalizados, manipulados e usados como máquinas sonantes para embrutecer o povo e garantir mortes de alunos nas escolas públicas. Como disse ainda Chauí (2010), do outro lado está a natureza da linguagem com que estão escritas as leis e a forma também como são aplicadas e interpretadas por juristas cujo vínculo dá alguma garantia na hierarquia do poder ou prerrogativas bastantes ocultas. A retórica aplicada no esclarecimento das leis torna incompreensível a realidade social

existente a qual a lei deve responder. E nisto ninguém fica interessado em traduzir a lei numa língua nacional para que o povo a compreenda. Platão diz, a este respeito, que a retórica é o recurso dos governos enganadores e desertor das suas responsabilidades.

A política deixa de ser boa quando governantes eivados pela ansiedade de governar para garantir a sua robustez económica fazem promessas falsas que nunca se cumprem. Mas, a contra política faz-se com a própria política, ou seja, nenhuma política é combatida fora de algo que não seja a própria política.

Naturalmente, se a política é a vida toda do cidadão, não justifica a posição de um cidadão que diz que não pode ouvir coisas de política de forma decepcionada. Ou seja, tem sido posição e conselho de muitos homens e mulheres de que não é bom intrometer-se em assuntos políticos, mas se esquecem de um pormenor de que mesmo no isolamento onde cada um se encontra, acaba por fazer política por deixar que os coisas ruins continuem a ser como estão.

Portanto, todo o homem, qualquer que seja o seu estatuto social, “ao recusar a política cultiva a apatia social que é também uma forma de fazer política, ainda que de forma passiva”. Chauí (2010, p. 434).

2.2- Ideologia

“A ideologia é o mestre da inconsciência”.

-Do autor

Do ponto de vista histórico, o termo ideologia foi criado pelo filósofo francês Antoine Tracy (1754 – 1836) que o empregou pela primeira vez na sua obra «Elementos da Ideologia», escrita no ano de 1801, para designar o estudo científico das ideias ou ciência das ideias. Mais tarde, o termo foi retomado por diferentes pensadores, adquirindo diferentes significados e concepções, sendo uma neutra ou posi-

tiva e outra crítica ou negativa.

Numa concepção neutra e positiva, a ideologia é um conjunto de ideias, visões, pensamentos ou doutrinas de um indivíduo, ou de um grupo social. É uma linha de pensamento seguida por um grupo de pessoas ou governo que desenvolve determinadas ações sociais, portanto, um modelo. Na concepção crítica ou negativa, Karl Marx (1818 – 1884) é tido como pioneiro e afirma que a ideologia procura desligar as ideias, pensamentos ou doutrinas da realidade social, tendo a definido, à luz da prática, como sendo um acto de alienar a consciência humana, mascarando a realidade. A ideologia é uma falsa consciência sistematizada da realidade social, política e económica que resulta da montagem para enganar alguém ou uma sociedade a fim de ter o seu total domínio. De acordo com (Fernandes cit. Cassul, 2019, p. 157) “ideologia é um processo de doutrinação e de assimilação de ideias que, transmitidas, vão desenvolver em doutrina numa perspectiva temporal, que posteriormente influencia decisivamente o exercício do poder político”.

A formulação teórica da ideologia surgiu com Karl Marx, figura proeminente, com a qual se deu luz verde em compreender a realidade a partir da prática política de uma classe social, os trabalhadores, que permitiu a percepção dos mecanismos de dominação e exploração social. Marx é o curandeiro e promotor da interpretação das condições sociais, psíquicas, históricas e políticas que sustentavam a base da produção de conhecimento que guiava e hipnotizava os homens do seu tempo. Para o conhecimento de todos, a ideologia está em toda parte, ela move as instituições e toda sociedade interessada nela.

Considerando que o homem é um ser social, a partir da sua história, a ideologia exteriorizou-se como um acto que existe, cujas consequências já fazem sentir, não apenas nas suas relações com a ciência, mas também numa influência extremamente vasta da sociedade inteira ou ela “implica uma dupla relação: com o conhecimento de um lado, com a sociedade de outro”, como reporta Souza (2017, p. 14).

Se considerarmos igualmente a sociedade como sendo um edifício, uma construção onde uma superestrutura jurídico-política, elevada sobre a infra-estrutura da base, sobre os fundamentos económicos como está previsto

nas metáforas de Marx, devemos dar à ideologia um lugar muito particular:

Para compreender sua eficácia, é necessário situá-la na superestrutura e dar-lhe uma relativa autonomia em relação ao direito e ao Estado – mas ao mesmo tempo para compreender sua forma de presença mais geral, há de considerar que a ideologia se introduz em todas as partes do edifício e constitui esse cimento de natureza particular que assegura o ajuste e a coesão dos homens em seus papéis, suas funções e suas relações sociais, (Althusser, cit. Souza, 2017, p. 13).

De acordo com Althusser (1966) a ideologia está presente em todos os atos e gestos dos indivíduos sem exceção. Muitas vezes, nenhuma informação nos é dada sem uma dose de ideologia da fonte desta informação (escola, hospital, igreja, embala, partidos, etc.). Como disse Paulo Freire (2013), a ideologia do poder não só impõe a opacidade da realidade, mas também nos torna míopes para ver claramente essa realidade. Quer-se com isto dizer que o seu poder é domesticante e nos deixa quando apalpadados e deformados por ele por causa das cores pintadas na informação.

2.3- Educação

Para todas as sociedades humanas a educação não é nem pode ser percebida como uma etapa da vida, ela é a norma que acompanha o homem em todos os momentos da vida, procurando identificar um Homem no homem. Ela é um poder que determina a excelência da razão e apruma a sociedade. É a chave para abrir o mundo e vê-lo por várias janelas. A educação não é só uma premissa da teoria e do ter, mas é, sobretudo, uma práxis que privilegia bastante o ser da pessoa com consequências visíveis no comportamento, nas atitudes e no modo de fazer as coisas. A palavra práxis é composta. Ela abarca a teoria e a prática simultaneamente, de modo a diferenciar o homem de outros animais.

O termo educação vem do latim “Educere” que significa conduzir, criar, alimentar ou tirar de dentro para fora e de fora para dentro, como prefere (Buchn, cit. Veiga, 2003, p. 13). Para (Libâneo cit. Aranha, 2015, p. 31) o termo latino “educere” significa conduzir de um estado para outro, visando modificar um sujeito para uma certa direcção. A educação é uma premissa social que, enquanto o é, não é uma simples transmissão de herança dos antepassados às novas gerações, mas um processo através do qual também se torna possível a elaboração do novo e a ruptura com o velho, porque nem sempre as práticas das velhas gerações valem para transmitir. Ou seja, se todas as práticas e experiências da velha geração são uma educação e, por isso, transmissíveis, tendemos para uma educação do dever ser desta ou daquela maneira. Mas uma vez que a própria sociedade é filtradora das acções, algumas acções vão sendo eliminadas e negadas à luz do que está aprovado universalmente. Ex.: numa sociedade de velhos corruptos, anti-patrióticos, fraudulentos, insensíveis, criminosos, que valores se podem transmitir à nova geração? O termo “ruptura” soa neste sentido.

Paulo Freire (1921-1997), este conceituado pedagogo brasileiro, prefere aconselhar os autores que procuram definir o termo “educação”, para que dentro dela, se faça sempre observância do conceito de “prática ou acção”. Pois, para ele, toda a definição de educação que se descura da expressão “prática”, incorre-se para uma definição que não é própria da educação. Para Freire a educação é um acto práctico-política através do qual o aluno e o professor têm o privilégio de discutir a sua condição social, económica, política, cultural e

sobretudo as condições em que decorre o processo de ensino-aprendizagem.

A educação é um acto da práxis (prático-teórica e teórico-prática) que visa desenvolver as capacidades inatas do ser humano, habilitando-o para discutir os seus problemas sociais, políticos, religiosos, económicos e culturais a fim de permitir à sociedade uma sadia satisfação das suas necessidades básicas de acordo com os seus desígnios peculiares do mundo material tendo em vista o bem-estar. Ela é o prenúncio do bem-estar social.

Outra premissa importantíssima da educação é o seu carácter interpretativo das coisas e das acções humanas. Educar um homem é também procurar despertar nele a capacidade de interpretar os fenómenos da natureza e habilitar-se para uma visão futurista tendente a uma resposta pessoal antecipada de um problema.

O mundo podia permanecer tal como saiu das mãos do mestre, mantendo a natureza na condição materna de sustentar o homem. Mas desde que surgiu a educação e formas de educar o homem, o mundo perdeu o seu carácter original absoluto, passando a ter elementos convencionais correspondentes aos desígnios e ansiedades do próprio homem. Surgiu a máquina a vapor, os meios de transportes, os meios de comunicação, a bomba atómica, armas nucleares etc., que habilitam melhor o homem a usufruir dos seus dons e astúcias. É também por meio da educação que surgiram as diferenças e as contradições sociais (as guerras) que levam a transformar o mundo num lugar perigoso. Surgiu a bomba atómica, armas nucleares, produtos tóxicos que põem em risco a vida de todos os seres vivos. A educação é a arma mais poderosa que podemos usar para transformar o mundo, disse Nelson Mandela (1918 - 2013).

2.4- Ideologia na Educação

No mundo [...] é preciso estarmos atentos aos fins a que se destinam os avanços da ciência e da tecnologia, porque na sombra do progresso e da opulência, persiste ainda a exclusão social.

- Maria Aranha

O futuro de Angola está baralhado por uma visão redutora. A velha geração é cega e a nova geração é ignorante. Educar não é garantir o presente da geração que educa, é prevenir e garantir o futuro dos educados, pois, para cada geração, o presente vai se atualizando cada vez mais. Trata-se de um futuro presente que os que educam não imaginam viver e conhecer. O brilho do futuro das futuras gerações depende do nível de investimento da velha geração. É, sim, este nível de investimento que determina o como tal geração deve ser lembrada (da melhor ou pior forma).

No nosso quotidiano, é muito frequente ouvir-se nas entrelinhas dos discursos e conteúdos dos materiais produzidos pelo Ministério da educação, que a educação é um acto apolítico e a escola é um espaço neutral, um lugar isolado das múltiplas e dissonâncias sociais, porque ela é um lugar de transmissão de valores genéricos. Não é verdadeira tal asserção. Se é verdadeira, por que motivo o acesso à escola se restringiu desde sempre às crianças do sexo masculino da elite, permanecendo precária a educação das massas populares? O passeio à história da educação, revela-nos isto mesmo: a escola, desde sempre, ela nunca ofereceu as mesmas oportunidades de estudos a todos, só os que constituem a elite do poder têm sempre a chance de estudar nas melhores e boas escolas, a exemplo prático do que constata hoje em Angola.

Se a escola pode sofrer esta influência negativa dos interesses, é preciso que os professores de diferentes disciplinas e classes prestem a devida atenção, para que esta não venha representar somente os valores da classe elitista. Aliás, por mais que a escola represente os valores da classe dominante, ela deixa sempre um pequeno terreno onde cada professor pode lançar sementes da

contra-ideologia, visando desvendar o risco que ela representa na vida do educando e na sociedade em geral. Por que motivo, a educação em Angola foi tida, por exemplo, como um dever revolucionário? Numa primeira réplica para ilustrar o perigo da ideologia introduzido na educação dos cidadãos, foram elaborados diversos “slogan” introduzidos no currículo educativo angolano. O primeiro destes já foi afluído no parágrafo anterior, segundo o qual, “a educação é um dever revolucionário”; o segundo, “de Cabinda ao Cunene um só Povo e uma só Nação”; o terceiro visava “formar um homem novo”, quando o homem velho ainda não tinha morrido. Portanto continuou no interior dos líderes; o quarto, “o povo unido luta”. Trata-se de uma imagem ilusória que inverte a realidade dos factos. A distância entre o dito e o feito.

Com certeza, o homem novo em Angola nunca nasceu, não foi alcançado em Angola, porque o homem velho nunca morreu, o da exploração do homem pelo homem, o da escola e hospital das massas e das elites governativas. É sim uma ideologia na educação. Por isso, não é possível falar-se do “Sistema Educativo Angolano”, mas sim de “Estrutura Educativa Angolana”, porque a estrutura, como afirma Saviani “é caracterizada pela ausência de planos, assistemática da acção, inexistência de projectos claramente expostos, ou seja, é algo que aí está, que o indivíduo deixou de fazer ou fez sem saber” Quanto ao segundo, Angola não é uma nação, é sim um território com vários povos e várias culturas diferentes, onde quem se movimenta do norte para o sul tem de ter um tradutor.

Na ideologia, a causa torna-se efeito, e há sempre algumas partes silenciadas que não podem ser expressas para não se desmascarar o pano de fundo da verdadeira intenção dos políticos, é por isso que não se pode indicar um quadro que não seja do regime no exercício de funções de directoria. Daí vê-se que o currículo, os programas de ensino, os conteúdos a serem leccionados nas escolas bem como as próprias disciplinas, têm o propósito de formar um tipo de homem que não deve ser contraditório às políticas do governo no poder.

Ver-se-á, neste sentido, que entre os recursos usados na prática educativa, o livro, por exemplo, não pode ser considerado um instrumento neutro e mero transmissor de informações, ele anuncia um risco, um perigo que deve

ser detectado pelo manuseador dele, o professor. Este perigo ideológico do conteúdo do livro didático ocorre sobretudo quando os textos mostram ao educando uma realidade estereotipada, idealizada e, por isso deformadora das mentes. A forma de dizer que não existe uma profissão superior a outra, é ideológica porque oculta o facto de que a maior parte das pessoas faz um tipo de trabalho muitíssimo espinhoso e alienante.

A educação não é neutral, porque se assim fosse, todas as figuras revolucionárias dos diferentes movimentos de libertação, estariam incorporadas nas histórias, nos textos, aflorando os seus feitos negativos e positivos. Segundo Aranha (2015, p. 80), em termos práticos, a ideologia é aquele interesse que ferve no interior do governante e que nunca se expõe evidentemente. Ela é uma espécie de betumo que une as pessoas de um determinado grupo, fazendo-as defender interesses comuns desse grupo e elaborar projectos de acção a próprio benefício em detrimento de outros que, achados como fracós, devem obedecer às ordens superiores.

Sabe-se que a escola é um lugar afluído e, neste sentido, a classe elitista aproveita implantar ali os seus ideais para ocultar as diferenças e as classes sociais, facilitando deste modo, a continuidade da dominação de uma classe sobre outra vulnerável, assegurar a coesão entre os indivíduos e a aceitação sem críticas às empreitadas mais angustiantes e pouco recompensadoras, como que fossem decorrentes da própria natureza das coisas. (Ibidem, p.81). Em algumas disciplinas, por exemplo, a moral, a sociologia, a geografia, a economia, a história, etc., é frequente a referência da frase “o trabalho dignifica o homem”. É verdadeira tal afirmação, porque é o trabalho que liga o homem à natureza, mas é preciso também esclarecer ao leitor, que do ponto de vista ideológico, o mesmo trabalho pode embrutecê-lo quando é feito sem que o trabalhador se beneficie dos seus frutos. Há trabalhos que são feitos só para benefício da entidade empregadora e fora do contexto histórico onde os indivíduos trabalham, mascarando situações de exploração. Segundo Arruda Aranha, “o trabalho alienado não dignifica, danifica, degrada o trabalhador, porque reduz a possibilidades de crescimento e humanização”.

Neste contexto, é preciso que haja uma figura de “Professor-Povo” que procura introduzir aspectos de contra ideologia correndo-se da teoria para desvendar as imagens irrealistas impostas por um grupo que apregoa a divisão

da sociedade em classes de forma honesta. É preciso ter a noção de que numa sociedade dividida o grupo elitista que impõe a divisão na base das suas acções, acha que o outro grupo diferente do seu, não pensa, apenas ele tem ideias que devem ser seguidas e difundidas. Ou seja, como descreve Aranha (2015, p. 81) “a classe que sabe pensar controla as decisões e manda, enquanto a outra que não sabe pensar, embora tenha sido impedida de aprender a pensar, executa e obedece”. A educação sofre esta influência porque os que detêm o poder são os que concebem políticas justificativas das suas finalidades.

CAPÍTULO III- A CONTRADIÇÃO DO SENTIDO PRÁTICO E TEÓRICO DO CONCEITO DE “ESTADO” NO CONTEXTO DOS PAÍSES CAPITALISTAS

3.1- A contradição do sentido prático e teórico do conceito de “Estado” no contexto dos países capitalistas

Quando se diz, por exemplo, em Angola que “o Estado somos todos nós ou o nosso Estado é democrático e de direito ou que o ensino é gratuito do ensino primário ao I ciclo”, tal é um texto político, jurídico e teoricamente bem exposto no papel, mas na prática não corresponde à verdade. É o hábito da boca e velocidade do pensamento em atingir onde a mão não chega. É preciso saber profundamente que nem o coração se comunica com a razão.

Entretanto, a maior parte dos países africanos dispõem de Estados políticos, jurídicos e económicos desligados da ética e da moral. E simulam ser democráticos teoricamente, enquanto, na prática conservam as características do capitalismo selvático. O Estado, mais do que político, de acordo com Aristóteles, deve ser um fenómeno ético e moral, porque é mais correcto se a política fica ao serviço da moral, permitindo que as leis conduzam os homens à virtude de bom cidadão, concretizando a ideia do homem de bem referenciado por Platão. O bom Estado não é aquele que prepara o homem para o aqui e o agora, mas aquele que prepara para a posteridade dos empregos que nem se quer o homem imagina ter. Um trabalho executado para este fim, dignifica não só o povo. Mas também e fundamentalmente o próprio Estado que o orienta. Dá-lhe mérito merecido sem uma imagem beliscada.

A contradição existente actualmente nos Estados africanos entre o interesse público e privado gera actos ilícitos de elevar-se a si e prejudicar o povo que se diz dono do poder. Vive-se exactamente uma simulação do “poder popular”, o que muitas vezes contribuiu para uma exclusão dos próprios Estados das páginas da história da humanidade e também dos governados. O que se pretende exactamente não é porque estamos numa imergência social, mas porque vivemos num mundo de olhos velados e pouco reflexivo dos homens chantageados por um mundo que não existe apregoado pelos governos e que sempre se espera surgir em qualquer momento, enquanto alguns se enriquecem por nada, outros morrem pobremente. A incapacidade das massas que nem se quer procuram questionar o que se passa, é um problema que leva a escravidão.

Claro que sempre o Estado vive na sombra do medo e desconfiança de ser questionado e criticado pelo povo. Por isso, ele evita isto, procurando sempre caminhos para um embrutecimento absoluto das sociedades. É assim que vemos enterrado o espírito de lapidar as mentes humanas, tornando a escola numa simples oficina de produção de diplomas. As incapacidades das massas levaram Angola numa marcha caótica de estagnação. As sondagens feitas desde as eleições de 2008 e 2012 foram exemplos claros que representaram o risco da sociedade angolana do ponto de vista da pensatividade. É preciso contrapor e estancar os riscos da vida, do que tentar geri-los e conformar-se com eles. Porquê? Porque o comportamento dos eleitores mostrados nas urnas serve e serviu para legitimar o mal e o sofrimento que o povo vive hoje.

Após se ter percorrido um longo período maligno de ignorância e de fundamentação de teorias e obras incertas de autores de notas 15 (dezasseis), 17 (dezassete), 18 (dezoito), 19 (dezanove) ou mesmo 20 (vinte valores) que sustentaram e financiaram negativamente a consciência de uma verdadeira ditadura, “imbecilidade” de corrupção e engano baseado numa escravatura carismática que bem o Estado angolano achou excelente nesta fase negra em que Angola e a África “não tomaram banho”, o “Havemos de Voltar” de Agostinho Neto remete-nos para um sério retorno às ideias e teorias de Karl Marx (1818-1884), estudante de nota (doze) na tese de Licenciatura, antes vista como ofensiva para vários Estados. A sua obra “O Manifesto do Partido Comunista” torna-se, nesta abordagem e não só, numa célebre doutrina de todo o mundo neste momento, lembrando-se das verdades ali escondidas e bem desenhadas por ele de forma sábia, fazendo referência aos males da propriedade privada à luz das condições sociais da sua época vivida entre capitalistas e proletários. Marx foi desde sempre um investigador pontual dos problemas sociais do seu tempo e nada impôs, apenas descreveu e mostrou ao mundo a inconveniência do capitalismo e apelou, por isso, que a ignorância aos apelos do futuro tornaria estadistas em ocos de obras, pois com as riquezas extorquidas pelos pequenos grupos da elite de um Estado o progresso social pode tornar-se estático tendo assim como fim o real desabamento não só do próprio Estado, mas também do país no seu todo.

É verdade que os valores éticos e morais que se vão perdendo nos vários países africanos e particularmente em Angola preocupam hoje as sociedades

de todo canto, de tal forma que não se consegue (por ignorância e cobardia) descrever com exactidão quais as suas principais causas, para assim se encontrar vias exequíveis para a sua reposição. Ora, sem um discurso acabado dos meus lábios sobre tais causas, é correcto realçar, que esta queda resultou da fraca estabilidade social, isto é, da incapacidade de acomodar os vários elementos culturais diferentes da cultura local. Resultou ainda da fraca estabilidade económica, política e técnico-científica dos povos organizados em forma de “Estado” e governativamente apoiados ao modelo capitalista resguardado atrás das capas da democracia.

Logicamente, sofre-se em resposta do monopólio dos meios de produção, do excessivo interesse pela propriedade privada apegada na acção da auto-defesa, da divisão das sociedades em classes, da promoção do culto de personalidade, enfim, de toda a “acção divisionista” desencadeada pelo Estado de qualquer país africano com características apontadas em prol das suas empresas e da sua própria imagem no mundo. Entretanto, falar do “epílogo de um Estado que dá tiro à sua própria perna” é falar daqueles Estados que na sua prática sempre cultivaram acções para a sua própria falibilidade, ou seja, daqueles Estados que sempre desferrolham acções ingénuas, corruptas, egoístas, “nepóticas”, discriminadoras, individualistas que, apoiados governativamente ao modelo capitalista, cada vez mais se tornaram cegos e incapacitados em olhar com determinação para a importância que o recurso humano tem no desenvolvimento do país. Com esta acção, muitas vezes difundida pela televisão e rádio, encontraram sempre caminhos fáceis de adiamento do seu próprio progresso. Penso que tal ideia pode ser contestada e negada por muitos de má fé, mas é uma verdade nua e crua da Nossa Era e que enferma sobretudo a África, e em particular Angola, onde o “homem não existe”.

A minha insistência ao Estado tem um fundamento lógico que assenta no papel e no poder deste, na determinação do rumo da consciência social dos cidadãos, pois, o medo pelos problemas novos que vão surgindo (o novo significa algo que na história nunca tinha ocorrido) e não existe nos angolanos experiência histórica nem científica para podermos resolvê-los justifica a presente obra pois, não é possível prever o futuro com a consciência passiva, pacata «...» porque o futuro é um território que ainda não foi explorado e que para explorá-lo é preciso um homem novo, disciplinado, digno e útil à

sociedade.

3.2- Peculiaridade de um Estado dentro da polêmica do auto-enterro

“Quem não ouve as opiniões da maioria e nem acredita aos apelos do futuro cobra-se-lhe o que não consegue restituir à nação e permanece na escuridão infeliz como um louco até ao túmulo”.

- Do autor

O princípio do fim de um Estado dita-se através das desigualdades sociais e da decepção popular promovidos por políticas de um poder separadas do povo, e não é uma novidade quando isto acontece, pois, na vida e no mundo das coisas tudo já tem tendências de cair e somente a força de vontade consegue manter em pé e firme o que está para cair. Um homem é bom e é mau. Um grupo de homens é muito bom e muito mau. Políticas falhadas, fim ditado, é o legítimo prenúncio da queda do Estado. Ainda assim, pode haver alguma resistência da parte do Estado, sinónimo de que está tudo bem. Mas a cada dia que passa à máquina política cai uma peça que às vezes é difícil recolocar e consertar. Daí o Estado faz esforço de: doar bens, visitar comunidades das zonas recônditas, apelar à preservação da paz, aliciar jovens e políticos, legalizar novas forças políticas (para dispersar os votos), lançar palavras de encorajamento, diabolizar os seus adversários, manter em prisão os activistas cívicos, etc., mas tudo isso nada resulta. Viram o chefe Sicrano?!- diz o povo- veio para enganar-nos, não lhe dêem atenção. Vai se notando que para se encher um comício de pessoas, é preciso ditar regras de ditadura nas instituições públicas.

Quando o Estado se vê esgotado, usa a teoria de modo a tentar conciliá-la com os seus feitos, usa a palavra. Introduce políticas de diplomacia, manutenção da paz, unidade nacional, cooperação com outras nações aliadas, etc., através da Palavra, promovem-se políticas de visitas às zonas recônditas para falar com as comunidades e às tardes, o chefe se dirige ali discursando para ser ouvido. Mas embora ouvido, ninguém lhe dá atenção e o que ele diz não serve de ordem ou comando que obrigue à obediência. Canta a sua bravura, coragem, honestidade, os seus feitos durante a governação, o seu prestígio, a sua relação com os deuses, recita capítulos da bíblia, etc., mas ninguém

lhe dá atenção. Ninguém lhe escuta, porque ninguém se alimenta de teorias nem discursos, Chauí (2010).

Outrossim, quando se quer falar da justiça - exortam os Sofistas - “não só conservar as leis, mas também permitir a sua mudança, sem isso destruir a comunidade política, e a única maneira de realizar tais mudanças sem destruição da comunidade política é o debate para chegar ao consenso, isto é, a expressão pública da vontade e da maioria obtidas pelo voto dos cidadãos reunidos em assembleia”, Mondin (1977, p. 51).

Naturalmente, o desejo de cada homem no confronto com as coisas do dia-a-dia é atingir o bem-estar, encontrar sossego e facilidade na resolução dos problemas da sua família e de outros membros à sua volta. Porém, a natureza do bem-estar é relativa para cada um. Há quem se sente bem quando faz mal aos outros (mata, viola, despreza etc.), é o seu bem-estar. Mas o ritmo de vida, muitas vezes, depende unicamente daquilo que é aceite e legitimado universalmente. A maioria aceita o que aprova, bom ou mau, é o que fica até ao surgimento de uma nova forma de viver.

O Estado enquanto ente congregador de vontades e gestor máximo dos recursos de todos, tem o dever de permitir que os cidadãos atinjam o bem-estar independentemente do nível e estatuto social. A garantia do bem-estar para todos passa pela participação de todos na criação de bens e serviços, mas a iniciativa é de quem detém o poder. Para o povo se manter dentro do espírito de trabalho é preciso uma ditadura. Que tipo de ditadura? Para um político visionário, existe dois tipos de ditadura: a ditadura no sentido positivo e a ditadura no sentido negativo.

Uma ditadura é positiva quando o Estado a faz no sentido positivo Ex.: obrigar que as pessoas aprendam e amem o trabalho ou que se respeitem umas às outras; obrigar que o povo leve os seus filhos para as escolas dando espaço para as actividades extraescolares, obrigar que os alunos apresentem qualidade ou que sejam apurados todos os que apresentarem qualidade, etc., não faz mal a ninguém, tal é um acto nobre porque constitui o caminho para o bem-estar. Mas quando o Estado promove actos de censuras, discriminações, matanças clandestinas, dissimulações, imposturas, corte de direitos a certos cidadãos que pensam diferentes, e prender pessoas porque falaram a

verdade, porque defenderam a justiça, é uma forma de incentivar o espírito revolucionário.

Sabe-se que não existe um país desenvolvido sem privilegiar primeiro o sector da educação, porque esta é a arma mais poderosa que visa transformar o mundo, como o disse o Presidente Mandela (1918-2013). Todos os quadros que conduzem os destinos de um determinado Estado passam pelo sector da educação, nas mãos de um mestre, o professor, para quem deve se criar todas as condições necessárias para exercer a sua actividade com zelo, dedicação e responsabilidade, pois a educação no sentido formal envolve teoria e prática. A maior parte dos países africanos têm a incompetência como uma oportunidade de instrumentalização. Os modelos escolhidos só fracassam porque a incompetência é uma fronha das suas instituições. Nenhum incompetente é bom médico, bom professor, bom militar ou militante, bom religioso/leigo, bom enfermeiro, bom guarda, bom desportista, bom músico, bom cozinheiro, bom alfaiate, bom sapateiro, bom agricultor, bom motorista, bom líder, bom político, etc. É preciso desenvolver as capacidades inatas dos homens, socorrendo-se da educação como um acto de passar valores nobres às novas gerações.

A idade moderna serviu de base para a sistematização de modelos educativos que correspondessem aos desejos sociais. Após se submeter tudo (a ética, a moral, a religião, a política, a estética, etc) numa cerrada crítica, viu-se: só a ciência e a técnica escaparam, porque os seus resultados já eram surpreendentes à própria humanidade. Só os instruídos podem desenvolver a humanidade. Nenhuma capacidade inata é suficiente para fazer um satélite, um avião nem um tanque de guerra, é preciso um reforço da academia para despertar no homem habilidades mais profundas capazes de descobrir o que está além do inato.

Com o desprezo à educação, à ciência e à técnica, o que um Estado espera dentro de um mundo dividido em dois Blocos (Capitalista e Socialista)? As nações são solidárias, mas nenhuma nação é mais solidária a ponto de desenvolver uma outra nação sem algo em troca, uma vez que o mundo é movido por interesses e motivos egoístas. As nações africanas estão sempre do lado de doadores porque são circundadas por incapacidades de transformar o que têm para o seu próprio bem-estar. Daí a dependência total. Com esta depen-

dência total, as suas instituições tornaram fracas a ponto de não reconhecer a importância do próprio homem.

Quem estará num hospital para receber um doente se a escola, a ciência e a educação não produziram um quadro competente? Quantas pessoas podem morrer quando o médico e o enfermeiro são incompetentes? Que tipo de aluno ou quadro se espera da escola quando o Estado não está interessado a investir na educação?

Angola tem dificuldades de ripostar tais questões, porque de forma propositada, os governantes negaram os serviços de qualidade à sociedade desde que foram lançadas as bases da independência que até aqui nunca se concretiza. Ou seja, falar em dependência angolana é falar de um sonho de independência, porque ela ainda está por acontecer. Significa que as bases para deixar cair o Estado angolano nos lanções a partir do momento que decidiu negar à qualidade da educação. Todos os governantes angolanos são possuídos por um medo de solicitar os serviços de saúde e escolares locais, por falta de confiança nos quadros que eles mesmos formaram. E quem perde com isso? Uma vez que está em causa a soberania e a legitimidade do Estado, um míope acha que é o povo que perde com isso. Claro que não é o povo que perde com isso, é o próprio Estado, dando tiro à sua perna. Porque o povo, simplesmente retira a confiança que um dia depositou, pondo em jogo a legitimidade dos governantes. E assim fica consumada a queda.

No continente africano depara-se com questões de projectos colados nos papéis sem, no entanto, possibilidades de saírem dali para benefícios práticos dos cidadãos. Por isso, conscientes do que se passa, a preocupação da perda de prosélitos é maior da parte de Estados assumidos por partidos decaídos e que nem conseguem caminhar com os seus próprios pés pelo menos 10km de distância. Sempre nas suas acções, nunca permitem ideias contrárias e criativas, tudo é feito na base de cópias, e é sabido que quem copia e aplica muito mal. Em Angola, por exemplo, vai se ver que em todas as artérias do país há comités e bandeiras do partido, em todo o lado, etc., onde faltam todos os serviços: não há postos médicos, luz, água, escolas e outras condições de entretenimentos para o povo. Deste modo, não há justiça e verdade dentro de um Estado perto do fracasso, e, normalmente a ilação que dele se pode tirar quando vem ao público, é imputar a responsabilidade do que

devia fazer ao um grupo oposto. Atribuição de culpas é a vocação de todos os Estados fracassados. Outro traço de um Estado mergulhado na polémica do auto-enterro é a apatia aos problemas dos cidadãos e aos vários alvitres do futuro. O passado nada mais diz de bom, apenas serve para defumar a imagem de todos aqueles que sobre eles se justificam todas as perdas e danos. A teoria sem prática é sempre a base da estrutura do Estado ingénuo, cujo analfabetismo e a pobreza como bebés siameses, são os fins que as suas acções e instituições políticas alcançam. E nisto, muitos Estados africanos são vítimas e, por isso, constantemente se desviam do projecto de elevar as sociedades em patamares dos países vencedores.

Este desvio constante dos projectos sociais encerra a ideia do bem-estar comum, constituindo assim uma base de queda drástica da estrutura económica, histórica, política e cultural. A bênção da África tornou-se exactamente numa desgraça da África devido a este fenómeno de desvios eivados por interesses particulares e uma profunda agnosia do valor do recurso humano que seria a sua tábua de salvação à luz da educação.

3.3- O advento da independência em Angola

É de lembrar que durante a colonização o maior sonho foi de tornar-se independentes, pondo fim a problemática da escravatura colocando em carteira uma activa discussão sobre os nossos próprios problemas. Porém, a época foi coroada com muitas ambições e como consequência, chegaram as independências sem sabermos em que aspecto estaríamos independentes. Saímos da colonização como um produto não transformado, de consciência retardada, retornamos aos hábitos e costumes do colonizador (os de dividir para melhor governar) reactivando o neocolonialismo baseado na escravatura carismática dos líderes que assola o continente.

Sem um pleno domínio do que viria acontecer, ignoramos de forma profunda o valor do recurso humano na reconstrução de um ideal comum na base de um passado ruim que nunca daria cor ao presente nem ao futuro dos homens, tendo em conta a hegemonia da cor subjugante. Naturalmente quando há ignorância na aposta da formação e do reconhecimento do homem como recurso fundamental, qualquer Estado baixa completamente

de rendimento, aumentando o endividamento para sustentar projectos de pouca duração. Logo, todas as lutas que se fazem são de natureza política infinitamente. E quando as lutas políticas não cessam, a questão do bem-estar social fica muito longe dos cidadãos, porque estas, ao invés de amestram o respeito pela dignidade da pessoa humana, adestram o ódio e o espancamento; ao invés de amestram o encontro com todos, adestram a dissensão entre todos (vizinhas e vizinhos, pais e filhos, irmãos e irmãs, etc.).

Na luta política, todos e cada um, tem um objectivo específico de banir o outro para sobressair. Daí os países atentos e interessados na reconstrução de um ideal comum que visa o término do choro, têm tempos determinados para o combate político, do seu tempo dedicam-se na promoção do espírito criativo da força interna, baseando as suas acções de cooperação com os outros países sempre no princípio de reciprocidade de vantagens.

Os países levianos fazem do povo um conjunto de objectos, mais solicitados somente em eleições, isto é, para se votar o governo que almeja o poder. África sempre quis pular o mundo no comprimento e caiu num impasse imposto pelas ambições dos seus líderes que antes apregoavam fazer as coisas de modo diferente em relação ao colono, e caíram no insucesso.

Conforme já me referi, depois da luta das independências, cada país optou por um modelo de governação que achou ideal, cuja escolha dependeu da circunstância de cada um. Todos ansiosos com a busca do valor perdido durante o período em que a África não tomou banho, as massas populares numa conjugação de esforços permitiram o banho de sangue esperando por dias melhores. Paradoxalmente, quando se esperava dias melhores, chegaram dias piores com um agudizado banho de sangue, e promoveu-se uma governação das elites que somente atendia aos anseios de uma certa camada de indivíduos tidos como iluminados que culminou com o fenómeno de auto-promoção, auto-reconhecimento, resultando assim em muitos países decaído que temos hoje.

Ora, na primeira característica de um Estado decaído encontram-se sempre homens de espírito apegado no poder; e também num desconhecimento total da importância do recurso humano no cômputo geral, tendo como maior riqueza os minérios que em Angola, na RDC, no Zimbabwe, Moçambique,

etc., é uma realidade.

Baseado na escravatura carismática, quando um Estado aposta nas lutas políticas como maior trunfo de dividir os povos, o único instrumento que se procura é aquele que embota a boca dos cidadãos, deixando-os sem dizer o que sentem, nem o que pensam e tampouco o que vêem. O seu nível de pensamento e de expressão ficam completamente cortados. E sem uma margem de erro, este tipo de Estado tem sempre medo, por isso, torna-se monopolista e não permite a multiplicidade de opiniões, nem crítica. Os únicos que podem e sabem pensar e dizer algo que deve ser seguido e cumprido escrupulosamente são as autoridades. Tal povo torna-se num bebé nas costas da mãe, confiando apenas na sua mãe sem saber se estão perdidos numa mata. Daí que do povo nasce sempre uma expressão de confiança total de que “o Estado é mãe”.

Tudo o que o povo devia fazer está dificultado pelo Estado que tenta fazer, mas muito mal, em detrimento do povo proibido a dizer algo. O Estado falido ao invés de promover a produção, vende panelas, fuba, doa comida em sacos timbrados com imagens. E nunca se adentra as formas de como produzir, apenas se aprende o consumismo e a recepção.

A natureza de um Estado que se auto enterra é o ódio, a corrupção, a bajulação, o nepotismo, a mentira, a vaidade, a avidez, a falsidade, a incompetência, a exploração do homem pelo homem e mormente a ambição de viver nas terras alheias, onde este nada produziu. Neste tipo de Estado, a escola não salva, mata (alunos e professores); o trabalho não dignifica embrutece. A saúde torna-se absolta e a segurança numa miragem dos chefes.

2.3- Relação entre igreja e Estado em Angola

Se a vida fosse o que um justo pensa, não haveria no mundo um ser que não passasse a gostar de viver nela com dignidade. Mas por causa do mal que invadiu o coração da maioria, o mundo desde sempre foi um lugar perigoso, um lugar que não permite ao homem conhecer-se e conhecer o outro. É preciso e sempre bom buscar na vontade, na alma e no pensamento dos justos o poder de conhecer a “realidade” em que cada indivíduo enquanto indivíduo e parte da colectividade, vive, para se estar em altura de aprofundar as causas últimas da originalidade das coisas.

Nos dias que correm, tanto em Angola como em África no geral, as instituições humanas são diferentes do ponto de vista das nomenclaturas e iguais do ponto de vista das acções. Daí que, a relação que se estabelece entre o Estado e a Igreja é de certa forma similar na plenitude das acções, pois os intervenientes de ambas as correntes, muitas vezes, são os mesmos que, conjugados nos interesses, partilham a mesma ideologia, o bem-estar terreno. Para o alcance do que querem (a honra, a glória, a fama, etc.), os primeiros usam (através das leis) a coerção, a opressão, a punição, discriminação e procuram consciencializar os demais com o espírito de que foram eles os eleitos por um ser divino; os segundos, além do uso do imaterial para o alcance do material, procuram reforçar a ditadura dos primeiros com orações, peregrinações, jejuns e outras acções religiosas a elas inerentes. Por isso, assiste-se o dilema sincrético de que, a partir do momento em que o homem provou a doçura do mundo (teólogo-políticos) “escondem-nos o Cristo vivo”. O bem-estar terreno substituiu o verdadeiro Cristo, pondo numa tremenda confusão os que seguem a corrente Cristã.

Isto já se pode comprovar no nosso dia-a-dia e também através da história, que depois da morte dos primeiros seguidores de Jesus Cristo, o verdadeiro cristianismo foi aos poucos corrompido por homens proeminentes que surgiram do próprio cristianismo, adulterando o ensino ou modelo cristão com os interesses pessoais conjugados com as filosofias gregas, a patrística. A filosofia ficou serva da teologia. Apareceram classes clericais que começaram a imitar a ostentação típica dos governantes políticos e introduziram no seio da humanidade a ganância e a violência, fazendo-o à luz da fé .

Hoje, as sociedades estão circundadas por radais (Estados e Igrejas) reforçados por pequenas organizações como: embalas, ONG's, partidos políticos através de comités, PROMAICA, GIESA, SOCIESA, grupos de orações, seitas, comerciantes, burladores, comandos militares, etc., que não deixam pelo menos um minuto de tranquilidade. Todos estes o objectivo é único: conquistar a honra, a glória e a fama.

Dentro deste erro de não uniformização das duas correntes, vê-se, tal como na Idade Média, uma certa estagnação das sociedades. Os homens que actuam nas duas facetas (religiosa e estatal) não admitem que se tenha uma consideração total da diferenciação entre o Estado e a Igreja em termos práticos. Ambos, políticos e teólogos, possuem uma dupla visão com a qual se valem para um contacto permanente com as pessoas, ao ganhar o hábito de falar da mesma forma (embrutecedora) sempre que for possível um encontro. Esta questão, muito debatida hoje, S. Tomás de Aquino (1225-1274) aprofunda-a dando uma mais evidente solução de modo a evitar-se o sincretismo que não se aparta das pegadas da Idade Média. Ele procura de forma objectiva revelar o pano de fundo que, em termos de papel, o Estado e a Igreja são diferentes.

JEOVÁ, T. *Fim do mundo, fatos, ficção e fantasia*, Setembro, 2012, p. 15

Para este, o Estado, no seu cômputo geral, é uma sociedade perfeita, desfruta de uma irrepreensível e mais clara autonomia, prosseguindo de um fim específico (o bem comum no mundo). E este difere-se completamente do fim que a igreja procura atingir (o bem sobrenatural). Com isto, disse Aquino, a Igreja é superior em relação ao Estado, ou seja, as verdades deste mundo por não serem absolutas pertencem a César (Estado terreno). Elas descansam numa relatividade da visão humana que se encontra fora da autoridade de conhecer as verdades divinas. A Igreja é superior ao Estado. A igreja enquanto uma sociedade mais perfeita, não pode e não deve subordinar-se ao Estado, mas sim o Estado a ela. Tudo o que é deste mundo deve sim manter um respeito permanente com fim sobrenatural do próprio homem numa relação do “vir a ser”. O Estado depende não directa, mas indirectamente da igreja.

A igreja quando se desvia do seu papel promove imoralidades ao invés de

moralidade pois, rompe com todas as verdades modeladas nas sagradas escrituras que não têm nada a ver com o mundo em ebulição. As especulações humanas feitas sobre as sagradas escrituras esvaziam de certa forma o poder divino e a seriedade religiosa. Logo, quando se quer revelar pecados cai-se neles.

O Estado é injusto em muitas coisas que a igreja não pode abraçar, porque na procura de melhor lugar no seio das populações não usa a justiça, mas pactua com o mundo secular que nem dá lugar ao perdão e a comunhão de ideias. E isto a igreja está proibida de fazer. O Estado para corromper a igreja usa donativos timbrados, dá cheques, promove coisas que como instituição sem fins lucrativos, não consegue fazer, elege como seus conselheiros entidades religiosas que passam a transmitir aos leigos a simplicidade dos governantes bem como a sua bondade. Isto tudo torna passiva a sociedade, que passa a venerar aquilo que não devia ser venerado. Nessa passividade passa-se a agradecer aqueles que não deviam ser agradecidos. Aliás, ao Estado não se pode agradecer, porque o papel que lhe cabe é de servir e gerir. Tudo o que ele presta a nação não é um favor, mas uma obrigação e direito que esta deve merecer.

A igreja pode e bem, incentivar ou inculcar o espírito de trabalhador aos seus membros e não só, para que se fique fora do perigo, pois a fome constitui a maior fonte do pecado. Daí que se diz: antes de pregar o evangelho deve-se dar de comer aos homens, para que acolham com gratidão a benção divina. Aliás, a consciência de trabalho já se faz sentir nas sagradas escrituras que fazem menção à ideia de que “do seu suor o homem comerá”. Deus legitimou o viver somente do trabalho e não da burla. Portanto, ninguém deve ser parasita, isto é, viver a custo dos outros, como o fazem os líderes religiosos e políticos actualmente. É a igreja que tem de dar algo às pessoas, não estas à igreja.

O Estado ensina o poder terreno e consegue-o através de muita maldade, desde os golpes, mentiras, enganar, bajulações, censuras, discriminações, humilhações, promessas falsas, punições, cadeias, homicídios, etc. Nesta senda, a igreja como cúmplice dessas acções não escapa em ser servidora do Estado. Logo, ao caminhar assim à margem da lei divina não tem força de fazer transcender espiritualmente os homens para o mundo do perdão, da

justiça, do amor, da irmandade e da mansidão. À igreja Católica e a um ateu, na visão de Locke, não se pode dar tolerância. Por que motivo? Por um motivo que ele mesmo justifica a seguir de forma clara: A igreja Católica, desde a Idade Média, serviu profundamente os interesses do Estado e tudo de ruim praticou. Criou o tribunal da Santa Inquisição do qual Jordano Bruno foi vítima e outros mais que a história terá ocultado; em muitos os Castelos, durante a guerra civil encontraram-se armas de fogo que construíram massivamente para o eclodir da guerra e no massacre de muitos os homens. Já o ateu, é um daqueles que não acredita que Deus existe, portanto desvia-se da atenção dos fiéis a Deus e vive como ignorante o seu tempo todo.

3.4- Opressão ou Liberdade?

“Quando ouvimos falar sobre liberdade em Angola não se trata de uma liberdade que o cidadão tem no seu território, mas trata-se daquela liberdade que o Estado ou governante tem para sugar o cidadão ...”

Do autor

A questão da liberdade é um problema filosófico que remota a antiguidade clássica. Vários são os pensadores que procuraram debater-la tendo como seu mais notável expoente, o filósofo Jean-Paul Sartre. No contexto actual a expressão é muito difundida teoricamente por políticos cujas acções estão cimentadas numa base praticamente sólida de opressão. Logo, a questão que não se quer calar é: opressão ou liberdade se, muitas vezes, quem apregoa a ideia de liberdade para o cidadão não permite que o mesmo a exerça de facto? De que liberdade se refere o político se no uso da mesma ocorre o assassinato do cidadão?

Prova-se que uma liberdade exercida é liberdade de facto, mas uma liberdade falada é opressão camuflada porque esconde no vocabulário a intenção da pessoa que fala, pois, nem sempre a boca do político fala o que a razão e acção reconhecem. Considerando essa problemática, a liberdade não existe para os homens. Por este motivo, é sensato que os homens devem fundamentar não a liberdade, mas o livre arbítrio. Porquê? Porque, certamente, a liberdade está condicionada pelos próprios homens e pelo estado de natureza das coisas o «Theos». Admitir que o mundo material é uma cópia do mundo ideal com Platão significa dar um aval à ideia de que o homem é a criatura legítima de Deus. Aliás, esta é a única teoria que prevalece quando se quer fundamentar a origem do homem. Poucas são as ciências que resistem a esta teoria para não dizer nenhuma já que a verdade de hoje pode ser a mentira de amanhã e vice-versa.

A liberdade do homem encontra-se condicionada, dum lado, pela ideia de criação e predestinação; e do outro lado pelas leis existentes, criadas pelo próprio homem para tentar controlar no mínimo as suas emoções e paixões.

Para os homens, existe sim, o livre arbítrio que não deve ser confundido com a plena liberdade. Um sinal de liberdade vê-se nas práticas e forma de estar de uma criança que ainda desconhece os limites impostos pela sociedade e o perigo que tais limites representam na vida de um adulto. O livre arbítrio consiste na escolha de opções por livre e espontânea vontade e consciência, pois, no uso da própria consciência o homem assume-se como um ser capaz que se oferece como causa interna dos seus sentimentos, atitudes e acções. Aqueles que não estão submissos ao poder externo bem como aqueles que se limitam a si próprio, portanto, sem intromissão na vida política, não estão livres, eles fazem política da pior forma porque não estão livres dela. Pelo contrário, como disse Jonas Savimbi (1934-2002), são estes que permitem que um mau dirigente fique o tempo que quiser no poder. Mesmo que não queira, está claro, que não há um poder que não se alimenta da vontade do cidadão.

A política não é uma parte da vida do homem é a vida toda de um homem, desde que nasce, o que come, o que veste, o que pensa, o que tem e deseja ter até à morte. Numa linguagem mais clara, quem não faz política também faz política porque a indiferença não significa escapar ou estar isento do exercício político. Em Angola, por exemplo, houve momentos de cumprimento da vida militar obrigatória, onde se forjou o slogan segundo o qual “a pátria aos seus filhos não implora, ordena”. Isto demonstra que o cidadão que diz não se intrometer em casos políticos, peca, porque a vida dele, a segurança dele, a reclamação dele sobre o bem-estar, o aperto dos preços do mercado, os documentos que tem e que lhe dão a identidade, etc., é tudo uma questão política porque diz respeito a organização e às contradições a organização. Tal frase não expressa a liberdade do cidadão no seu território, mas antes está a ditadura do poder e a opressão que anula a ideia de indiferença aos assuntos políticos. A pátria expressa pelos políticos é a sua vontade e desejo já que a guerra é uma obra dos homens movidos pela ânsia do poder. Ou seja, se a pátria aos seus filhos não implora, ordena, por que razão ela responde a tiro e prisão até assassinato quando o seu filho exige dela um direito? Este tipo de resposta significa que alguém se sente lesado com a reclamação do cidadão, e este alguém, é o político que usa a força para reprimir o cidadão. Significa que a pátria expressa no slogan é o político. Daí se pode assumir que a liberdade que o político expressa não é a liberdade que o cidadão tem no seu território, mas trata-se daquela liberdade que o Estado ou governante

tem para sugar o cidadão. Porque ele, valendo da pátria, expressa a sua vontade e desejos através do poder que exerce.

Como já o disse, em termos filosóficos, a questão da liberdade é muito aflo-rada por Jean-Paul Sartre (1905-1980), filósofo, escritor e crítico francês que representou o existencialismo através dos seus ideais. Este, nas suas abordagens argumenta que os homens não são livres caso se considere Deus como o seu criador. Ser livre no mundo implica a morte imediata de Deus. O homem sempre está na condição de um ser passivo porque ele se deixa governar por aquilo que escolha, o bem ou o mal, externo ou interno. E qualquer um que esteja a vaticinar a ideia de escolher ou não escolher, fica submisso a uma dessas opções. Por isso, quem não escolhe também escolhe por preferir o não escolher. Existe uma lei natural que controla e submete todas as vontades de viver e estar, pois se nenhum homem vive fora da sociedade, já é uma condição para opressão porque fica sem autoridade de violar as regras do grupo social.

Sabe-se que as regras de viver e conviver dentro das instituições (estatais ou privadas, religiosas e tradicionais, etc.) oprimem os homens, o que significa que a opressão antecede a liberdade. No jardim de Éden, Adão não vivia livre enquanto esteve solitário, Deus impunha as regras de viver no jardim. Havia frutas por comer e havia frutas por olhar e que nem sequer podia tocar. Deus impôs os Dez Mandamentos aos homens cuja violação deles abre caminho para o inferno. A partir dos “Dez Mandamentos” e mais tarde da instituição do “Casamento”, anulou-se a liberdade do homem, ficando aprisionado na terra. O homem desde lá exerce apenas o livre arbítrio ou opção de escolher aquilo que já existe, o bem ou o mal.

Como se não fossem suficientes “Os Dez Mandamentos”, o homem adicionou outras regras de opressão, cujas mais complicadas são as seguintes: ser educado, ter B.I, passaporte, certificado de habilitações literárias, ser membro da igreja, de um partido político, soba do bairro ou da aldeia, etc. Em cada uma dessas instituições há regras próprias que o homem precisa observar desde a fala, a escrita, o andamento, o comer, o beber, o dormir, o viver e o conviver. Aí as coisas fazem-se de uma certa forma.

Ora, livre parcialmente é todo o homem que não participa nesta ou naquela organização, ou seja, os actos inatos de uma criança que depois são

anulados pelos adultos, são uma cópia da pura liberdade.

A palavra liberdade é muito frequente em Angola e é sempre apresentada na sua forma mais fantasiosa, pois dissimulada pela opressão que muitas vezes leva ao desaparecimento físico de muita gente que tentam ser livre. Com este conceito ambíguo os governantes conseguem enganar os cidadãos sem estes darem conta da sua vulnerabilidade e opressão. Fantasmagoricamente não podemos se conformar com o termo “liberdade” expressa pelos políticos nos seus discursos unilaterais pois, muitas vezes, esta não significa a liberdade do governado, mas uma liberdade que o governante tem para explorar melhor o cidadão.

Ultimamente, os governantes valem-se da expressão: “a pátria aos seus filhos não implora, mas ordena”. Mas se a pátria não é ninguém, não é um sistema, não é uma seita, não é um monopólio, nem uma forma de governo como disse Rui Barbosa (1849-1923), ela é o céu, é o solo, é a via de circulação, é o povo, é o rio, é a tradição, é a consciência, é o lar, é o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados, não cria actos de guerrilha, de corrupção nem de violência porque ela é a comunhão da lei natural com a língua e da liberdade com os costumes das comunidades. O único desafio da pátria é a consciência do ser humano na sua relação com o meio geográfico. Quem chama os homens para a guerra não é a pátria, é o homem ou grupo de homens, uma pessoa ou grupo de pessoas inconformados com a sua posição social e cultural.

Na base do que se passa em Angola, a pátria é uma família constituída, tendo por elementos: a honra sem sacrifício, a relação sem reciprocidade, a glória sem solidariedade, a fama sem patriotismo, o poder sem legitimidade, a censura sem o respeito mútuo e o sacrifício da maioria a favor de um punhado de indivíduos. Os que servem a pátria são todos aqueles que não a invejam, não a infamam, não a conspiram, não a desalentam, não a emudecem e não se acobardam. Mas resistem, ensinam, se esforçam, discutem, praticam a justiça, a admiração, a solidariedade e entusiasmo. Perante a pátria todos os homens são governantes, pois se mantém o termo reciprocidade, ou seja, cada um é consultório do outro no sentido de uma família unida por laços fraternais onde cada um, no seio da qual tem direito à ideia, palavra, reunião, associação, informação e formação sem restrições de oportunidades

nem condições.

3.5- O sustentáculo do poder de um Estado

“Se o poder do jacaré está nas águas, dos homens está nos homens e só estes podem determinar a sua escapatória...”

Do autor

Olhando bem para as páginas da história, a revolução francesa é uma consequência do desrespeito total pela dignidade da pessoa humana. E como a história repete-se, hoje questiona-se: como derrubar um Estado de natureza tirânica e de ditadora, se falar de chefe é sinónimo da existência de chefiados? Ora, se nessa complementariedade ou simbiose um determina o sentido ou existência do outro numa relação recíproca, o esteio de um Estado é e está no seu povo, a sua maior riqueza e sustentáculo do seu poder temporário. O povo representa o conjunto daqueles indivíduos que votam.

Aqui está o que me proponho a abordar neste item, pois, muitas vezes, o comportamento de um Estado depende da natureza e também da maturidade do seu povo. Para uma resposta concisa e precisa, buscamos La Boétie quando argumenta a questão do resgate do livre arbítrio perdido num determinado momento devido aos desejos que nos norteiam. Este afirma que basta não se dar o que o tirano quer, ele cai como um ídolo de barro. Lutar contra este não é preciso tomar das armas e fazer-lhe a guerra. Basta que não seja dado o que ele deseja será derrubado. Todo um povo que vota, não vota porque vota, mas porque aguarda do votado uma solução pontual dos seus problemas, mesmo que este povo seja analfabeto. Porém, algumas vezes, quando se estuda a questão dos problemas sociais, chega-se à conclusão que a ingenuidade inibe a percepção dessa situação. E é prova de que a ingenuidade não só existe aos analfabetos absolutos que talvez pensem apenas no pão do dia-a-dia, mas também está dentro dos Estados que comandam quando estes desrespeitam o povo que sustenta o seu poder através do voto e não só. São, portanto, analfabetos funcionais aqueles que sabem ler e escrever, falam bom português, francês, inglês, espanhol, etc., mas sem capacidade de reflectir sobre as questões de justiça, verdade, patriotismo, visão prévia dos

problemas e ética no exercício das suas funções.

Um Estado incauto só existe para si e não para servir a nação. Este, não sabendo a razão da sua existência ou por ignorância, os seus componentes exibem certificados de altas habilitações sem se rever na justiça social ou pelo menos sem competências requeridas e ficam piores que os analfabetos absolutos, pois o pensamento que os caracteriza é igual ou pior ao do mundo que analfabetiza. Eles cultivam acções que põem em risco a sua hegemonia política e a vida dos cidadãos sem uma prévia percepção das consequências. O poder do Estado angolano está na franja popular que ele, muitas vezes, procura esmagar na sua acção governativa através das suas políticas de auto-defesa. Todas as vezes que esta camada se desiludir o Estado tem dificuldades de se afirmar como ele mesmo. As revoltas populares fazem cair o Estado, porque o povo é o adubo deste. O pão, o sumo, a cama, o carro, o combustível, o sangue do Estado é o povo. Este constitui os seus pés, a sua cabeça e as suas mãos. O ditado africano disse: “o cágado não sobe no trono, são as pessoas que o colocam”. Não há professor sem alunos e não há alunos sem professores; não há chefe sem chefiados e não há chefiados sem chefe. Esta dialéctica impõe um certo respeito mútuo entre as partes envolvidas. Por isso, a ignorância na satisfação das necessidades do povo constitui uma queda trágica do Estado.

Marx foi um juiz atento quando aos problemas sociais do seu tempo e os descreveu de forma mais precisa e concisa para despertar e alertar, não só as sociedades oprimidas pelas quais se sentiu indignado, mas também aos posteriores Estados e governos, para que prestem uma máxima atenção no modo de lidar com as camadas populares, de modo a evitar-se que esta caia na desilusão, pois o poder do Estado é alimentado por elas. Como Aristóteles, Cícero, Rousseau, Locke e outros, Marx espelhou não só a natureza de um verdadeiro Estado, mas também o que devia ser o seu papel na sociedade.

Para ele o Estado não teria um carácter de classe, mas sim, seria apenas “um inocente instrumento da ordem, um juiz imparcial objectivado para solucionar os possíveis litígios entre os homens” independentemente da classe, cor, raça, etnia, crença política ou religiosa a que estes possam pertencer. Para Marx o Estado é um árbitro dentro do campo.

Um Estado bom é aquele que incorpora o ideal máximo do seu povo no momento da concepção das suas políticas, cujas ambições e esforços coincidem e completam os dos cidadãos e, por isso, cada cidadão encontra dentro deste a sua profunda realização e gratificação, ou seja, aquele que é constituído pelo sonho de mudar a situação mais caótica do seu povo e que no seu interesse privado está em comunhão com os interesses dos cidadãos. Um Estado é a base da sociedade. A não preocupação com a vida dos cidadãos e o não cumprimento das suas obrigações deixa-o numa absoluta pobreza e crises de toda natureza, Hegel (1770-1831).

Em certas sociedades de classes as lutas nunca cessam, as greves, as matanças clandestinas são constantes e o Estado surge-se como um “instrumento político, como uma alta e grande máquina para bem sustentar a dominação de uma classe sobre outra”, Lénine (como citado em V.G. Afanássiev 1982, p. 296). A classe que domina economicamente a estrutura máxima do país, isto é, aquele conjunto de indivíduos capitalistas que possuem os meios de produção, altas empresas que adquiriram ilicitamente com ajuda do próprio Estado na sua relação amiguista, o mesmo Estado se consagra, não como sendo defensor dos interesses da maioria, mas sim, aparece como um poderoso instrumento para esmagar os oprimidos e explorados. Como raios solares, amplia-se a sua hegemonia, elevando-se ainda mais. O Estado é mais caracterizado pela “existência divisionista” de pessoas em blocos ou em classes, e a ele, sendo o mais importante da superestrutura, se imputa toda base económica e medidas para consolidar e defender esta base (AFANÁSSIEIS, 1986, p. 296). Ora, a ideia do capitalismo é uma doença grave para os Estados não maduros.

No capitalismo o Estado usa somente a comunicação unilateral. Algumas vezes, quando pensamos que prejudicamos o povo, afinal prejudicámo-nos a nós próprios, pois se o Estado é a cabeça, o povo é o seu tronco. Logo, quando a cabeça não trabalha o corpo paga. O povo é o suporte, é a fonte da força do Estado. Muitos dizem: onde lutam dois elefantes o capim sofre. É negativa tal ideia. Quem terá dado força aos dois elefantes? É o capim, e o capim é o povo que vota.

O prejuízo que um Estado causa ao seu povo de falsificar a formação dos cidadãos, o roubo demasiado do erário público, o pagamento que alguns

Estados fazem até às concubinas dos chefes (ao invés de pagar bem os que trabalham), as discriminações introduzidas, os desvios dos medicamentos, o envio dos próprios filhos no estrangeiro para aprendizagem de fumar “liamba” e outros que não contamos, estão na base do sofrimento actual dos cidadãos nos países capitalistas. Mandela disse: “quando um governante acha que tudo

“A pobreza de um Estado consiste no não reconhecimento do valor de um homem e educar o seu povo num/para o espírito de trabalho e disciplina...

”Do autor

de bom fez para o seu povo, merece e deve descansar em paz”. Será que quem espera uma cadeia descansa em paz? Então alguém que governou durante 38 anos quando deixasse o poder não seria uma festa grande para o país? Governantes e políticos africanos, “OMÖLA WOMBAMBI OLUNGAILA KOTCHIPA CUKWAVO” , exorta S. Agostinho.

3.6- A pobreza de um Estado

“Conheçamo-nos, aceitemo-nos e superemo-nos”

A pobreza de um Estado não consiste na escassez das riquezas, mas na ignorância de quem produz as riquezas, o homem. A riqueza de um País é só uma, O HOMEM. Sobre este não existe uma outra coisa que o sobrepõe. Qualquer político, quer governe, quer almeje governar, se quiser vencer e elevar-se em todas as dimensões à categoria de “bom” governante, tem de focalizar o seu pensamento em dois factores: homem e educação. Este deve constituir o princípio e o fim de toda a sua acção governativa, porque este, e só este, pode transformar o meio (bem ou mal). Não é a riqueza que cria o homem, mas o homem cria a riqueza. Não é a cidade que cria o homem, mas o homem cria a cidade. Um Estado que consegue descobrir que a maior cidade está contida no homem, descobre o maior segredo do mundo. Desfruta melhor as coisas da natureza. Os frutos da educação não são imediatos, que isto seja bem claro. Eles são a longo prazo. E esta quando bem feita, faz

sorrir o povo para sempre e toda a geração vindoura, dando maior credibilidade ao Estado projetante, pois o futuro da sociedade depende do hoje. Quem trabalha no campo não o faz para hoje, mas para o amanhã.

Quando se dá volta ao mundo reconhece-se e praticamente percebe-se que no desprezo e na ignorância do sentido axiológico do homem reside a pobreza extrema de um determinado Estado. E por parte daqueles que consideram o Estado como um grupo de indivíduos privilegiados e, por isso, devem ser idolatrados, há um ponto bastante crítico que provoca o desfecho do sonho da questão da desgraça e da crise do povo, guiado governativamente por este ou aquele Estado de natureza despótica.

Alguns países ou Estados não desenvolvem, porque têm recursos naturais em quantidade sem o reconhecimento do valor do recurso humano como factor fundamental capaz de explorar e imprimir a mudança, o crescimento e o desenvolvimento. Por isso, o acto de não se ter em conta o papel do homem na transformação do meio dificulta todas as soluções possíveis dos problemas sociais, políticos, culturais e económicos de um país. Tudo o que garante o bem-estar resulta do ser do homem. Nos países despertados cresce um pensamento do sentido mais racional de que um país que tenha uma quantidade de recursos naturais não supera um país de muito recurso humano, quando esse for mais valorizado. O sucesso de um Estado está na quantidade de pessoas, não exactamente na quantidade de recursos naturais.

A pobreza que ora me refiro não se resume apenas na pobreza material, mas apresento-a no seu sentido mais amplo, pois naquela reside igualmente a pobreza intelectual como uma mais perigosa. Aliás, o alicerce da ignorância e do desconhecimento da importância do homem no desenvolvimento é também uma pobreza intelectual, ou seja, esta incorpora dentro de si tudo o que é mau. E esta é a mais forte que pode alarmar a posição de um Estado. O que é um intelectual? Um intelectual não é somente aquele que fala sobre ciência, mas também aquele indivíduo que consegue resolver problemas mais simples da sociedade e garantir que os mais complexos não aconteçam. É aquele que consegue colocar o seu saber científico ao dispor de toda sociedade sem nenhum prejuízo.

Na pobreza intelectual reside a base do ódio e das leis que servem de re-

pressão dos povos. E isto vai mais além, chegando até à aprovação da pena de morte para todos aqueles que queiram descobrir as astúcias do Estado. Quando o primeiro Presidente de Angola A. Neto (1922-1979) diz que “o povo unido luta” ele não procura apenas difundir o sentido militar, mas avança para um sentido que transmite a ideia de lutar contra tudo o que enferma e perturba o ambiente social (desde a fome, a doença, a pobreza, os abusos físicos, morais, etc.) e tudo o que é ruim na vida dos cidadãos. O Estado que se apoia na ignorância agrega dentro de si muitas coisas negativas e perigosas a si, como a mentira, a calúnia, a censura, o boato, o secretismo, o enriquecimento ilícito, a impunidade, a corrupção, a bajulação, a repressão, a desconfiança, etc., e contribui de certa forma para a sua própria decaída drástica. Quando a justiça dorme, o crime e a injustiça acordam e executam os homens com visão ampla do mundo.

Na pobreza intelectual reside a base do ódio e das leis que servem de repressão dos povos. E isto vai mais além, chegando até à aprovação da pena de morte para todos aqueles que queiram descobrir as astúcias do Estado. Quando o primeiro Presidente de Angola A. Neto (1922-1979) diz que “o povo unido luta” ele não procura apenas difundir o sentido militar, mas avança para um sentido que transmite a ideia de lutar contra tudo o que enferma e perturba o ambiente social (desde a fome, a doença, a pobreza, os abusos físicos, morais, etc.) e tudo o que é ruim na vida dos cidadãos. O Estado que se apoia na ignorância agrega dentro de si muitas coisas negativas e perigosas a si, como a mentira, a calúnia, a censura, o boato, o secretismo, o enriquecimento ilícito, a impunidade, a corrupção, a bajulação, a repressão, a desconfiança, etc., e contribui de certa forma para a sua própria decaída drástica. Quando a justiça dorme, o crime e a injustiça acordam e executam os homens com visão ampla do mundo.

3.7 - A verdade dentro de um Estado desviado do projecto social

“Quando o dinheiro e o lucro forem a dominar a consciência do homem, a verdade passa pela janela até nas igrejas...”

”Do autor

A verdade é antes demais um acto filosófico de assumir o risco. É um risco que muitos (religiosos e não religiosos) não gostam de assumir embora conscientes de que a verdade salva. Em filosofia da educação sobretudo, aprende-se algo importante que é preciso sublinhar: “o monstro dos filósofos é a Infância” FILED, (2015). Porquê? Porque só a infância permite o uso pleno da consciência; só a criança sente o mar da liberdade a fluir nas suas veias. Ela exprime sem rodeios e hesitações a nudez do seu pai ou da sua mãe; só ela é capaz de questionar tudo o que estiver à sua volta. Que fazem os jovens e adultos? Corrompidos pela sociedade, não são capazes de o fazer por causa da opressão que começa logo a seguir os primeiros dias de evolução psicológica (proibir certas coisas, respeitar, seguir à norma social, etc.) são forma de encarcerar o homem em miniatura. Neste contexto, a razão é atribuída a Jean-Jacques Rousseau “o homem nasce bom, mas a sociedade o corrompe”.

Um homem corrompido pela sociedade está sem consciência de si, esquiva a verdade, fugindo o risco do filosofar. Mesmo os cristãos, também não falam a verdade. Diante do mundo material a verdade tem duas alternativas, ou salva, ou condena. Neste capítulo, o Estado angolano ao assumir-se como um ente desviado do projecto social e humano, o primeiro pilar a cair para esquecimento total foi a verdade (na história, nas promessas, nos compromissos, etc.). Todas as formas de projecção ficaram eivadas de falsidade. E o resultado é a fragilidade do próprio Estado, da sociedade e de todas as instituições públicas. Nesta senda, se é aceitável a ideia segundo a qual “todo o homem é filósofo por natureza”, isto não basta. É preciso uma filosofia disciplinada, que visa assumir com coragem o risco do filosofar para assim se arcar o compromisso sério com a busca permanente da verdade nas coisas do mundo à vista.

A maturidade filosófica é sempre uma exemplar forma e corajosa de assumir a denúncia de um sucedido e dizer sem rodeios a nudez de uma situação codificada pelas imagens enganadoras dos homens. Sabendo que 80% das informações lançadas pelos homens em cada dia são falsas, apenas 20% são verdadeiras. Daí se pode dizer que o esforço para se alcançar a verdade em Angola e em África (na história, no compromisso e projectos que se fazem ao nível dos Estados, das sociedades viciadas, igrejas, etc.).

Na busca da verdade é preciso viver e muitas vezes conviver com o inimigo, o que significa assumir o risco do filosofar. A questão da verdade cria inimigos para quem nunca os teve. Para tal, não podemos cingir-se tão somente a uma única disciplina científica, ou seja, se for na pesquisa directa com pessoas, uma ou duas não basta, pois, o conjunto das disciplinas (Filosofia, História, Sociologia, Matemática, Física, Geografia, Religião, Gnosiologia, Epistemologia, Antropologia, Biologia e outras formas do saber como o senso comum, etc.) constituem o pilar da verdade. A verdade não está no homem, está entre os homens.

É preciso ter consciência de que no desvio do Estado angolano dos projectos sociais, acorreram muitas mortes. Uma delas, se deu com os cursos nas instituições escolares, nomeadamente, a morte da Filosofia. Todas aquelas disciplinas que mergulham com verdade aos assuntos políticos, foram mortas inclusive o próprio paradigma educativo, no sentido de se evitar que os homens pudessem criticar e dizer a verdade. Tudo, como na idade média, ficou submisso à ideologia, e a verdade desaparece. A verdade não existe na pessoa, mas no seio das pessoas. O seu alcance depende da seriedade de quem a procura e da coragem de enfrentar o peso do falso.

Em geral, o falso é mais forte que o verdadeiro. A fortaleza do falso é superficial ou externa enquanto do verdadeiro é interior ou interno. O falso chega mais rápido ao consumidor, enquanto o verdadeiro é moroso no tempo e no espaço. Mas quando se perde a consciência do certo, muitas invenções acontecem. Queimam-se arquivos e falsificam-se documentos, é a desvantagem da história.

O primeiro sinal da queda do reino da verdade está nos membros do Estado falarem bem, mas fazerem mal. Nas escolas por exemplo, falam de formação de qualidade, mas fazem a deformação de qualidade. Aí não se ensina produzir, ensina-se sim a consumir; não se ensina perdoar, ensina-se a odiar; não se ensina pensar para criar, ensina-se sim, recorrer para copiar.

Ora, para os países ricos em recursos naturais, a exemplo de Angola, o petróleo é sempre a sua maior desgraça, pois aí a prática da injustiça e do crime, constitui o prato mais preferido dos líderes, ou seja, ninguém pensa num projecto produtivo para engrandecer a economia, não se descursa

a ideia de roubar, enganar e mentir. Líderes governamentais fundamentam este acto com grandes teorias científicas não compreensíveis pelas camadas exploradas. Não existe o reino da verdade neste recinto. Os Estados do mundo “querem e gostam do perfume das flores, mas poucos sujam as mãos para cultivá-las e regá-las”, Augusto Cury (2015).

Que projectos alternativos os angolanos apresentam que não tenham fonte o petróleo? O solo e seu potencial hídrico seria uma boa alternativa para agigantar a economia do país fora do petróleo. Tal é uma realidade extensiva a África onde a injustiça social é generalizada e tida como uma matriz de referência das instituições. Em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e outros acomodados no calor da estagnação. O problema consiste na ausência da disciplina, da responsabilidade, do respeito pelos direitos humanos e pela coisa pública devido a uma multiplicação de paradigmas de carácter capitalista que se fundamentam na acção político-ideológica dos déspotas que surgem como chefes e expiram como chefes. Prevalendo a matriz de que Estado é Estado, povo é povo, nada de relação nem comunicação na gestão da coisa pública.

A verdade pode demorar, mas ela vem. Quando vem, não deixa pedra sobre pedra sem ser destruída. Ela é como uma mulher grávida, traz à tona a realidade do passado. A gravidez dá o reflexo da prática sexual, denuncia o autor e o lugar da consumação do acto. Na cultura angolana a gravidez envolve reuniões e convites que obrigam que alguns sejam ouvidos para a declaração da verdade, pois é o caminho para o matrimónio

O que é afinal a verdade? De acordo com Platão, eminente figura clássica, afirma que a humanidade já conheceu, “a verdade é tudo aquilo que coincide com o objecto definido” mesmo que este objecto esteja revestido de características que não são devido ao medo dos homens que a pintam. Sendo apologista do platonismo, nesta senda, acho tremenda traição a todos aqueles que sofrem no mundo, deixar que o seu peito ocultelhes a verdade que se vive nesta terra onde nós, cada um, teria o direito de viver de acordo com o seu trabalho, pois, se “a dor de um povo é também um património” como se refere (Sábato cit. Michel 2007, p. 13), não deixa de ser um valioso património ao qual devo e devemos todos nós ser fiéis e honestos, do que seguir cegamente o rasto daqueles que ontem recorreram a muitos e hoje

entoam hinos da paz e heroísmo isolados com o esquecimento da dor que os demais padecem.

3.8- Origem de conflitos: o povo contra o Estado

“Num país de pobreza extrema, a igreja ganha mais corpos, às vezes, sem almas”.

”Do autor

A paz preserva-se com a paz e esta resulta do sossego e da estabilidade social, económica e política das famílias e dos grupos. Não há paz onde o verbo é promover a fome e a pobreza, desigualdades e fechamento de oportunidades através de políticas do Estado mal direccionadas. Examinou-se, até aqui, a origem de conflitos entre o povo e o Estado está nas políticas irresponsáveis do Estado que, ao invés de almejar o equilíbrio social, procura organizar-se economicamente, açambarcando todos os resultados da venda dos recursos colectivos para si, mantendo e criando diferenças sociais profundas entre ricos e pobres, proprietários e não proprietário, homens e mulheres, privilegiados e não privilegiados, governantes e governados, etc. São exactamente essas diferenças sociais que de certa forma ocasionam lutas e promessas insurrectas internas que podem levar à destruição do Estado.

Efectivamente, dentro de um espírito acentuado do individualismo e das diferenças profundas entre governantes e governados, surge o Estado como poder separado da sociedade e encarregado de dirigi-la, comandá-la, arbitrar os conflitos e usar a força, Chaui (2010, p. 439). Vai se notando, num clima de pobreza extrema promovido por um grupo egoísta, uma acção que até pode agudizar as relações entre o povo e o Estado. Tais acções são: doação de coisas (timbradas com as cores partidárias), discursos sobre a preservação da paz (evitando o risco que corre), aliciamento dos vulneráveis (para mostrar que tem aceitação) e a palavra de encorajamento (para o resgate da confiança que perdeu).

Em cada uma dessas acções cresce no povo um espírito de revolta, tanto se pode doar (os bens doados, o povo manda de volta ao mercado para vender);

pode discursar (ninguém dá a devida atenção); pode aliciar (os aliciados recebem tais valores monetários, mas assumindo uma linguagem diferente e de denúncia quando estão dentro dos grupos de onde são oriundos, o povo); pode encorajar (ninguém escuta). O Estado quando sabe perfeitamente que não tem credibilidade, cuidado, o seu recurso é o envenenamento das pessoas críticas, assassinatos, cadeia, julgamentos sumários, chumbo das propostas, indevidamente excessivo, cooperações sem enquadramento, visitas às comunidades das zonas longínquas e recônditas etc., só para ver que consegue encontrar uma base de membros que lhe pode ouvir.

Outrossim, pode-se notar com alguma clareza que as igrejas se encontram abarrotadas de pessoas, não é exactamente a fé que está em causa, é o corte da esperança e o desespero que inundou a alma. As pessoas não conseguem ver outro caminho a não ser a morte nos próximos momentos. Daí cada um se questiona: o que será de mim caso morra hoje sem possibilidades de ir para um hospital, um posto médico organizado, uma clínica de governantes, etc.? Nas perguntas, cada um encontra respostas negativas que dão luzes de que a morte está à vista e mais próximo de cada um, daí o recurso à igreja, onde padres e pastores encontram também oportunidades para se enriquecer.

Como foi dito, geralmente a base de conflitos são as desigualdades sociais e discriminações, fundamentalmente. A decepção é fruto do limite da paciência de esperar o que não vem, enquanto em alguns poucos já chegou. Se é verdade e sempre que se assiste um conflito armado são os filhos de pobres africanos que morrem, cabe a nós o direito de reagir e contrapor o que está mal, diz o povo cansado. Nesta ordem de ideias, acho importante abrir-se páginas da verdade e da justiça, para serem dissipadas as nódoas que cobrem actualmente os Estados africanos, particularmente angolano.

Nem sempre fazemos mal porque desconhecemos o bem. Será? Sim. Como se pode comprovar isto? Para se comprovar isto veja bem o que está plasmado no Manifesto Eleitoral do MPLA 2017/2022”, na sua parte introdutória:

Deixaremos de governar para o cidadão e passaremos a governar com o cidadão. Com ele iremos identificar não só os problemas, mas também as soluções para os nossos desafios, no quadro de uma democracia participativa em

Angola. “Manifesto Eleitoral do MPLA 2017/2022”

Existe a consciência do mal que os governantes fazem propositadamente. Caso contrário, poderia questionar ao caro leitor, onde esteve o candidato, responsável do Manifesto de 2017 durante a governação do ex-presidente, José Eduardo dos Santos? Que sentido teve a expressão “democracia” apreçoada por ele durante mais de trinta anos no poder, numa altura em que sabia conscientemente que era ditador e ignorante? Ele confessa o pecado mortal e irreversível da sua vida. Sabe perfeitamente que mentiu muito os seus irmãos e o futuro colocou-lhe questões de cobrança do que disse muitas vezes sem fazer. É preciso ouvir aos apelos do futuro para que as gerações vindouras não venham se vingar de nós e morrermos isolados como indivíduos sem victórias. Oremos, para que surja em África o próximo Mandela.

Durante o período nefasto de colonização ficamos todos com olhos velados e conformados com a ideia de que “o povo colonizador era nosso e nós éramos dele” enquanto estávamos a servi-lo e enriquecê-lo. “Ele trouxe-nos a Bíblia e encontrou-nos com a terra. Ensinou-nos a rezar com os olhos fechados, quando os abrimos ele tinha a terra na mão e nós a Bíblia” Jomo Kenyata (como citado em Filipe Gungu, 2015). Demos todos os instrumentos necessários para o seu desenvolvimento, inclusive tornamos objectos da sua história que até hoje se apregoa.

Num discurso de PITER BOTHERA extraído do jornal folha 8 de 4 de Novembro de 2006 (como citado em Kapitiya, 2010, p.148-149) captou-se uma ideia bastante prática em África.

[...] Os pretos não podem se governar. Dêem-lhes armas que eles vão se matar uns aos outros. São bons em nada mais do que fazer barulho discursando, dançar, casar muitas esposas e despojarem-se no sexo. Vamos todos aceitar que o preto é o símbolo da pobreza. Da mente inferior, de perder e da incompetência emocional”. (Pitter Botha cit. em Kapitiya, 2010, p.148-149).

Com este discurso, sinto-me acanhado enquanto negro. Mas orgulhoso também, porque o desprezo é um método de incentivo para os homens

passivos. Quem retira dos cofres de Estado avultadas somas de dinheiro para construir a própria cidade fora da sua pátria de nascimento, é inimigo dessa mesma pátria. Se dissermos que somos bons, efectivamente escolhemos o mal como nosso prato preferido. Se negarmos isto significa que não estamos interessados na mudança. Quantos líderes africanos negligenciaram os seus próprios filhos e irmãos da pátria?

Sofremos por pressão dos líderes africanos, que pensam somente no presente, passeando em carros de luxo ao lado de uma “moça” de corpo de viola (como se diz na gíria), morar num palácio outorgante de um certo estatuto sem suor, ordenar os que fazem o seu trabalho, ter guarda-costas, cozinheiros e cozinheiras, meninos lavadores dos seus carros, travando assim todos aqueles que desejavam e desejam avançar na vida. Com estas acções, os angolanos contribuíram na estagnação da maioria na lama da pobreza. E, portanto, não se consegue construir o melhor para as famílias e comunidades.

CAPÍTULO IV- OS PROBLEMAS DE ANGOLA E DA ÁFRICA EM GERAL

4.1- Abordagem geral

“A desgraça de África são os próprios africanos...”
”Do autor

Por que razão o continente africano é rico, mas o seu povo é pobre com todos os serviços públicos debilitados? Esta é a pergunta que a minha geração faz aos líderes africanos, a qual nunca foram capazes de responder.

A história de África precisa ser recontada e dividida em blocos, para não dizer em etapas. Unificá-la como que todos tivessem os mesmos direitos e deveres, significa exactamente reduzir a maioria sofredora à condição de um punhado de indivíduos privilegiados. Parecendo que não, pobres e ricos não contam a história da mesma forma, ou seja, os povos mais carenciados sempre foram subjugados pelos povos ricos que ditam as formas de vida. Enquanto os primeiros cantam victórias, os segundos cantam formas de opressão. E sem saída para o seu estado paupérrimo, sempre procuraram obedecer às regras ditadas por camadas ricas. Esta realidade em Angola não é uma novidade, mas uma regra de convivência social que tem o seu rescaldo no egoísmo do aparelho do Estado que sempre procura encostar-se no partido político que governa para dividir os povos, as raças e as famílias.

É visível igualmente nas províncias, nos municípios e comunas, que os seus governadores e administradores nunca governaram para os cidadãos, mas para aqueles que os indicam. Numa hierarquia negativa, o administrador comunal trabalha para o municipal, o municipal trabalha para o governador e o governador para o Presidente da República, titular máximo do poder executivo. E obedecendo a mesma química, os países com esta natureza em África, sempre trabalharam para a gradarem a comunidade internacional e os cidadãos ficaram sempre nus e entregues à sorte.

Carecemos duma África e de uma Angola de novidades. De ideias concretas que nos tiram da extrema pobreza subalterna à simples emoções intuitivas que dão vertigens o sentido igualitário dos homens. Precisamos corrigir o nosso passado, examinando a nossa consciência à luz da unidade como

uma condição *Sine qua non* para o fazer. A propósito de todos aqueles que apregoam a ideia de Agostinho Neto segundo a qual “o mais importante é resolver os problemas do povo”, recito Pepetela, um romancista de renome na lusofonia que, no ano de 1992 publicou uma obra importante intitulada “Geração da Utopia”, onde faz menção às verdades ocorridas na vida real da sociedade angolana e africana em geral que nunca deixou, ainda duvido que vá deixar de sofrer. Angola e a África precisam alicerçar bem os seus princípios organizativos, para relançar as bases do desenvolvimento e do progresso.

A obra de Pepetela se encaixa no retrato das máculas históricas dos vários líderes que, conquistada a independência, se encarceraram nos pântanos da guerra civil nascida das suas próprias ingénuas acções, do tribalismo, da corrupção, do nepotismo e da avidez, não conseguindo assim transformar os seus países naquilo que sonhavam antes da partida do colono. Com este livro, percebe-se que o desvio dos milhões de dinheiro nos cofres do Estado para as contas pessoais através de admiráveis métodos de falsificação de imagens territoriais e relatórios, e outras acções de carácter enganador é um costume antigo dos líderes angolanos e africanos. Vem desde o lançamento da primeira pedra das independências.

Este autor, em algumas páginas do seu livro, apresenta terrível narração de transmutações de defensores intransigentes da independência e do bem-estar do povo, um grupo de intelectuais angolanos e não só, agora transformado em ministros, deputados, empresários, pastores que, numa ideia bajuladora, decidiu há décadas, abrir a “Igreja da Esperança e Alegria do Domínio”, para extorquir dinheiro aos bolsos de milhões de fiéis sofredores que vivem na base da venda de lenha.

Em África, critica-se bastante a nova geração, afirmando mesmo que por não ter juízo, nada dará para este continente e para o mundo. Mas, paradoxalmente, o

Jornal Nova Gazeta / Quinta-feira, 6 de Abril de 2017, p. 9

filho de cobra é cobra, o filho de pessoa é pessoa. Nisto, vai-se constatar que

esta geração é composta pelos filhos de todos eles (netos, sobrinhos, genros, etc.). Muitas vezes, é “difícil perder o que nunca se teve” disse o jornalista Onélio Santiago (Jornal Nova Gazeta, 2017, p. 9), pois se nada vem do nada, pode-se dizer que “esta geração não tem nada para dar ao país e ao mundo, porque nada recebeu das mãos do país e dos seus pais” que hoje a culpa. Apenas herdou uma terra onde tudo se resolve com base na “gasosa”, com padrinho na cozinha, com a militância num certo partido, etc. quem dá o que não tem? Quem pensa no que não existe?

Se a vida é feita de grandes dificuldades que muitos Estados já conseguiram vencer à luz da vontade de ver todo bem, nesta senda, salienta-se que sem coador, a mente de qualquer um, mesmo que seja Licenciado, Mestre, Doutor, PhD em África, se não se ter o calor de pensar e viver filosoficamente, tornar-se-á numa terra de ninguém e facilmente se aferrolha, lançando-se a uma servidão voluntária. Se a obediência a Deus dá a vida eterna, a obediência do Estado, a verdade ao contexto do povo, aos princípios e instrumentos do desenvolvimento como à crítica e a autocrítica, a paz entre os homens e nas almas pode se instalar.

Penso que sem crítica e autocrítica os Estados africanos não acordam da sua sonolência. Não se pode admitir que em Angola, por exemplo, enquanto amostra da África, o Estado se torne numa arma de quarenta canos, que de modo simultâneo produza milhões de óbitos (nos hospitais, nas escolas, nas unidades policiais, nas prisões, nos gabinetes, etc.). Conformer-se com isto significa que séculos vão séculos vêm, continuar-se-á a perder vidas de várias formas que Angola e a África conhecem nas suas rotinas secretas e que não querem dizer.

4.2- Perseguir-me-ão?

A falta de inimigos anula a possibilidade da existência e continuidade da vida de um homem. Um Estado sem oposição não vale...

De um lado “é preciso superar os arcaísmos culturais e mentais, explicar e implementar conjunta e adequadamente os chamados novos e sadios paradigmas culturais evitando anular o projecto da singularidade do indivíduo”, disse o Pe. Camilo Laagel (2016, p.23). Na verdade confesso, que os nossos inimigos já estão declarados antes de termos nascidos (o Mundo, Deus, o Diabo e a Morte) com um acervo de problemas e benesses que devemos enfrentar. Deus fez-nos à sua imagem e semelhança, mas ainda promete executar-nos e lançar-nos a chama do Diabo para fins torturantes quando não obedecemos a eles. Ele abençoou os nossos inimigos (malfeitores) para estes maltratem-nos o corpo e a alma. Estes dispõem de víveres superabundantes, enquanto os confiantes a ele, nada possuem. Deus se faz de inimigo, ao declarar guerra entre nós sem o nosso consentimento. Transferiu-nos a culpa daquilo que não mexemos no jardim de Éden. Entregou o seu filho, mas mesmo assim tudo não acabou, alguns serão executados e lançados ao fogo.

Claramente, um perseguido sabe porque enquanto quem o persegue sabe-o melhor e para quê. Conviver com um inimigo é melhor que com um amigo. Crie um inimigo e verás os benefícios. Morrer é também um benefício que não deve ser descurado. Mas é lógico, um governo sem oposição não vale. Aliás, nenhuma criança pode atirar pedras numa árvore sem frutas, por isso, não se pode, de forma nenhuma consciente, alimentar o mal e deixar tudo para depois. A fraqueza no existir, no agir e no pensar, leva o homem à submissão e deixar-se governar pelas causas externas (coisas e outros humanos) que passam a ter poder sobre ele, o que Espinosa chama de “servidão humana”. Seja como for, o homem delega o seu poder, mas não a sua consciência. O facto de o povo delegar o poder em democracia, não pode esvaziar o seu modo de pensar, de fazer, nem de falar com e contra uma decisão tomada mal e unilateralmente.

Caro leitor, sei perfeitamente que o facto de expressar a realidade vivida e

sentida na carne, levar-me-á à censura e às vezes às perseguições, acusado de maldito e louco senhor, precisamente por querer introduzir um novo modo de ver os padrões sociais e reforçar sobretudo a ideia de retirar do obscuro a alma perdida de angolanos e africanos, mas isto não amputará a dinâmica da minha consciência que desde sempre clama por uma nova ética, pois é preciso renascer sempre. Filosofar é renascer e permitir que novas coisas (ideias e ideais) nasçam nos sujeitos de dimensão corpórea imbuída na onda de cumprir leis lesantes. Não devemos temer a morte, ela só existe na visão de quem assiste o morto, não na visão de quem morre. Aliás, sempre que alguém deseja matar alguém, avoluma os seus problemas. Esta é mesmo para ti, caro leitor, não nos preocupemos com quem morre, mas devemos antes e sempre nos preocupar com quem mata porque o direito de tirar uma vida não está catalogado na mão de um homem.

Ainda que haja perseguições em Angola ou noutra parte do mundo, digo o que digo, não fugirei do que já disse, embora o Estado seja caracterizado por denúncias e torturas, para mim não importa, pois, se a África e Angola merecem uma postura diferente, o que mais importa é deixar que minhas palavras sejam colocadas à disposição dos jovens amarrados pelo calor da “birra e do cartão” como únicas opções neste belo continente onde todos estaríamos ocupados nos serviços, nas indústrias, nos laboratórios etc., devido ao seu potencial.

Como Sócrates, Jesus e Savimbi, acho melhor tal ideia, do que morrer com ela, sem a dizer aos meus irmãos que a querem saborear, pois, fazendo-o, estarei, não só agradar-me a mim enquanto ser de dimensão corpórea, mas também engradecer a sociedade imbuída num fracasso político dos políticos que fazem nascer o boato, a calúnia e faze-los crescer nas estruturas sociais em África. Logo, a minha passagem neste mundo não será apenas um “vinha e já foi”, mesmo que não me venham aceitar, mesmo que me maltratem o corpo e a mente, tenho esta obrigação de dizê-los que o amor a verdade e a justiça, são superiores ao amor à pátria.

4.3- A servidão voluntária...

A pobreza é a porta de todo mal humano e caminho suficiente para a perda da razão, da consciência e entrega voluntária à servidão...

Em sociedades atrasadas o primeiro passo da servidão se dá com a transferência do poder aos governantes. Acha-se que quem delega o seu poder é um incapacitado que deve ser castigado pela astúcia montada pelos seus representantes. Quanto mais enfraquecidos somos, mais passivos nos tornamos e tendemos para uma tristeza de venerar até as imagens. A fome, a pobreza e a vontade de querer viver bem, são também e fundamentalmente uma via para a servidão voluntária. A servidão popular e de pessoas singulares depende de muitos factores adversos ao desejo. O “Discurso à Servidão Voluntária” de (La Boétie cit. Chauí, 2014, p. 473) foi escrito no século XVI depois de uma drástica derrota popular contra o exército e fiscais do rei, quando estes pretendiam cobrar imposto.

Praticamente a servidão depende do desejo de viver bem e de almejar um determinado poder. Em Caluquembe, sobretudo, uma ilha em Angola e em particular na província da Huíla, para se ser um director nomeado ou outro chefe numa instituição é preciso entregar-se de corpo e alma a entidade máxima, para que esta se compadeça de quem tanto o venera. É nomeado todo aquele que vende a sua liberdade, dançando à música deste, sem, no entanto, uma ideia contra. Isto tudo vale à pessoa uma nomeação para o exercício do cargo. Quem não se entrega não é digno de nomeação. Porquê? Porque o que o servido quer num servidor é sempre a sua consciência e a renúncia a sua razão, participação em reuniões onde só se pode aceitar tudo.

Ora, ao trocar o direito ao livre arbítrio na base do desejo desmedido de almejar a boa vida ou um cargo de chefia, aceitamos algo terrível: a servidão voluntária. É livre, todo aquele que não troca a sua liberdade com um anel de ouro ou um carro de vidros fumados.

Nem sempre a culpa de servir é de quem servimos, mas nossa própria, porque no desejo de querer viver bem, usamos nossa própria liberdade para sermos escravos.

Paradoxalmente a servidão é temporária, mas faz mal a quem assim se procede, pois, se assim não for, a vida será toda ela um abismo. O chefe que nomeia os que o veneram, a sua exoneração é também fatal aos nomeados. E estes, quando notam os podres do chefe, são os primeiros que o negam, tal como Pedro negou Jesus Cristo. É bom que os governantes sublinhem este aspecto, pois, as astúcias que se vão utilizando na relação entre servidos e serventes, têm mais possibilidade de despertar a curiosidade de quem serve e embrutecer aquele que é servido. Nunca fomos obrigados a servir o tirano e aos seus representantes, mas porque desejamos voluntariamente servi-los porque deles esperamos bens e garantias de nossas posses.

Quando o servido dorme, o servente acorda. Se dorme, acorda cedo. Ele um dia pode acordar maldispuesto e dizer: hoje não quero mais trabalhar, porque estás a enganar-me. Muitos dos Estados africanos ficaram embrutecidos totalmente por essa passividade do seu povo.

Aqui está a culpa de um povo que nunca reclama e nem sai à rua. Quando o Estado rouba, engana, mente, politiza, assassina (na clandestinidade, nas escolas, nos hospitais, etc.) e ninguém disse nada, a consequência é para todos do território. Em Angola, por exemplo, o conjunto desses comportamentos fizeram com que o país não tivesse um “stok”, logo, criou-se uma crise económica. Com a crise económica, o povo, sobretudo, do norte do país, acordou, ficou iluminado e começou a questionar e a questionar-se: qual é o destino dos nossos recursos? Como está a condição dos que servimos?

A mentira é sempre o alicerce da verdade. Quem serve pode um dia se cansar como o disse no parágrafo anterior. Foi assim que o MPLA liderado pelo engenheiro José Eduardo dos Santos caiu na rede dos mentirosos e perdeu credibilidade nacional e internacional, pois, cercado de bandidos, lambe-botas deu tiro à sua própria perna por não educar os homens para libertá-los, mas educou-os para domesticá-los.

4.4 - Estados que se iludem a si mesmos

*“Esanda Walinga Keþya, kimbo liu kulandula”
- Provérbio Umbundu*

A Tragédia

Era uma vez um mendigo da aldeia de um soba que tinha um filho, chefe de exército. Consciente do papel de um soba nas comunidades, o mendigo tinha-o como figura de todas as qualidades humanas: compassivo, solidário e hospitaleiro. Assiduamente, ele sai de manhã cedo esmolando, mas sempre que o fizesse, a última casa a passar era do soba.

Um dia, sentindo-se irritado com a presença do mendigo, o soba decidiu acabar com ele, para nunca mais colocar o pé na sua casa. Preparou um pão envenenado e aguardou pela sua chegada.

Como é do seu hábito, nesse dia, o mendigo apareceu e o soba achou oportuno.

– Pegou no pão e deu-o ao coitado mendigo. O mendigo saiu agradecendo pela oferta, mas não se precipitou em comer o pão. Guardou-o para o comer assim que chegasse na pobre casa.

– Enquanto caminhava, eis que lhe surge diante dele uma caraná de soldados vinda de uma missão combativa. Famintos e cansados, saqueavam tudo e todos, recuperavam tudo o que era alimento: mandioca, banana, cana-de-açúcar, frutas, etc., tudo era alvo e o mendigo não era uma exceção.

Tiraram-lhe o saco que continha tudo o que este recolhera, inclusive o pão.

– O pão fica para o chefe! – Rebentou um dos soldados.

– Sim, é sensato! – Respondeu outro soldado.

Deram este ao chefe, que o comeu sem deixar migalhas...

Minutos depois, o chefe começou a queixar-se dor de bandalho, tendo sido

conduzido rapidamente pelos soldados a casa do seu pai onde se tomou o rumo para o hospital militar.

Antes de chegarem perto de casa, o pai à distância questionou:

- O que foi, meus filhos? O meu filho foi baleado pelo inimigo?

- Os soldados ao chegar explicaram o que aconteceu, ao citar o mendigo com o qual cruzaram e que era portador de um pão.

O pai pasmado, desmaiou logo a seguir, ao ouvir tal notícia.

Acordando, tomaram o filho para o hospital

Para a vossa surpresa, uma hora depois, lá vinha a notícia:

- Era óbito, faleceu o filho.

Saindo e gritando, disse o pai:

- O maldito mendigo matou o meu filho querido, wandonga! Wandonga!

(Adaptado) Por Ernesto C. Camati 2024

A qualidade física de um povo é a prova inequívoca da qualidade das políticas do Estado e das suas instituições cujos serviços dignificam a vida do cidadão. Um Estado, cujas políticas estão desligadas dos reais problemas do seu povo engana-se a si mesmo. Porque as dificuldades pelas quais o povo passa têm uma repercussão directa na imagem e poder do Estado. Tendo em conta a dinâmica social, as mudanças são necessárias e imperiosas, mas o Estado precisa evitar mudanças que afectem as próprias políticas do Estado, pois, tão logo que isto ocorra, ficam lançadas as bases para a crise económica que originará a crise social que estimula as manifestações, greves, desobediência civil e insurreições que são instrumentos perigosos que põem em causa a legitimidade do Estado.

À luz dessa dinâmica social, as coisas novas exigem termos novos. Mas, em contrapartida, continuam a vigorar velhas palavras com as mesmas cores e estilo que não têm correspondência com os problemas que diariamente surgem, parecendo ser um fracasso do paradigma de governação. Não é verdade. Todo e qualquer paradigma de governação seja ele democrático, socialismo-democrático, oligárquico, capitalista, autocrático, comunista etc., pode ser bom ou ruim. A coisa mais importante em cada modelo é o compromisso que o governante tem para com a vida do cidadão, o patriotismo.

O contrário disso, geram-se, assim, os programas políticos de governos que descaram a condição moral, económica e social dos cidadãos, ganhando um carácter ruim com tendências acentuadas de não prestação de contas à nação. Perde este sentimento pelo menos de criatividade para uma precaução dos futuros problemas de carácter social e nem tem vontade de estimar homens com ideias novas. Optam mais pelas cópias, e como disse antes, apenas se fazem vozes de vozes alheios. Fazem-se excelências de corpos presentes sem capacidade de agir nem reagir. Ora, sempre que o verbo for “enriquecer” ilicitamente dentro de Estado evita-se ao máximo a preparação psicológica do povo para a resposta pessoal aos problemas que advêm do meio ambiente circundante. Num Estado que se ilude a leitura de um livro coloca em risco o próprio leitor, porque os que o lêem são acusados de actos preparatórios de rebelião. Prefere-se dar vinho do que um livro. Daí ocorre o enfraquecimento total da sociedade. Com este enfraquecimento que não permite o pensar com a sua própria cabeça, tudo pode ser bem dito, mas nada se faz, o escrito torna-se estático sem possibilidade de sair do papel. Ora, quando o Estado não prepara bem os seus discípulos o resultado é sempre a má interpretação das coisas. O mau entendimento das coisas é também uma fonte de desgraça. Marx (1818-1884) clarifica o sentido “Comunismo” como sendo um partido organizado na Rússia, e compreende o conjunto de organizações das camadas sociais desfavorecidas, cujo regime é socialista. No socialismo tudo é de todos e para todos e não há trégua para o individualismo, o que muitos odeiam. Neste regime, toda a força produtiva e o produto produzido é controlado. Daí precisa diferenciar o pensamento de Lénine do de Karl Marx numa coisa, para não se correr o risco de trilhar em caminhos divagados, pois, o capitalismo é um mal que pode cavar um buraco de enterro de quem o adopta como paradigma da sua governação. Ele cria comparsas, ambições de satisfazer as necessidades pessoais, promove uma alargada propriedade privada e os cidadãos tornam-se meios não fins, como disse Kant. “Ele é auto destruidor” . Lénine alimentou os Estados africanos com a seguinte frase negativa: “o conhecimento que vale é aquele que é aceite pelo partido”.

Diante do que rói a consciência dos oprimidos africanos (o povo), não me posso calar no meu quarto de emoção mortal e morrer logo a seguir silenciosamente no canto do mundo como uma “ovelha”, pois a segurança de um ser humano não se mede pelo dinheiro que com ele muitos se valeram e

prostituíram, nem pelo poder político que vem a complicar os políticos em Angola, ou pelo número de guarda-costas que cada um tem ou teve para se defender dos seus irmãos, nem tampouco pela posição de alguém na casa de banho, mas pela capacidade de pensar, de lutar e morrer pela causa de outrem. É preciso aprender a morrer pelos outros como Sócrates, Jesus Cristo e Jonas Savimbi. Se para Jesus é amor, para Sócrates e Savimbi é o patriotismo desmedido que demonstra o sentido de um humanismo incondicional.

Nesta lógica de ideias, provo, finalmente, que por meio da tortura e da dor é possível mudar o curso da história de um poder negativo que aconselha o povo a dormir de pé. O que seria do mundo se aqueles corajosos não chocassem contra o pentágono americano? Pela hegemonia americana o mundo seria mais caótico ainda. No dizer de Cury “temos que usar a angústia para afinarmos bem a tolerância; temos de usar as falhas para corrigirmos as rotas”.

Não podemos, de modo nenhum, gravitar todos em torno de arbitrariedades, de ofensas (físicas e morais), de culpas sem causas, de mortes sem culpas nem explicações, e muito menos em torno de outros meios

MARX Karl, 1818-1884.

doentios que nos tornam reféns a nossa própria história, mas sim, devemos gritar, mesmo que a catana e a faca estejam nas mãos de quem nos queira degolar. Temos que dizer alguma palavra antes dos minutos do suspiro da vida, pois, vale apenas viver a vida na cabana justamente e amando dos demais, do que viver burra e injustamente num palácio ou mansão atribuído por um governo igual ao “diabo”, figura eminente do mal.

4.5- Indignação social em Angola

A imagem de um povo define a (in) competência do Estado.

A indignação social angolana, as tragédias históricas, os desastres materiais e a degradação dos valores morais, éticos e patrióticos tem bases nas próprias acções do Estado e dos indivíduos da cena política eivada de paixões. Está ausente o patriotismo e o espírito ético na regulamentação económica e isto desde sempre levou às guerras e à miséria moral. É neste capítulo da ausência da regulamentação da vida internacional que nasceu a guerra mundial.

Quando os homens praticam a justiça o espaço das insurreições estreita-se e ampliam-se os campos da fraternidade sobretudo nos países onde a Democracia é o sistema de governação onde o poder estaria nas mãos do povo. Aliás, o próprio conceito “Democracia” significa exactamente isto: Demo - Povo; Cracia - Poder. Neste sistema, a força dos que governam está nas mãos do povo que vota. Daí que a passagem segundo a qual “o mais importante é resolver os problemas do povo” se fosse honrada, ganharia um espaço prático no círculo da governação. Quem assim procede cria estabilidade política para si, mas quem não, traça caminho para a sua própria queda. Porque a indignação social constitui o último reduto da perda de paciência. Para Rousseau o Estado é responsável perante o povo, mas quando deixa de assumir isto, deve e está sujeito a destruição. A indignação social marca o fim de um governo ou de uma ditadura. Cabe ao ditador evitar esta situação caso não queira entrar na onda do colapso. Tudo pode ser dito, mas se a prática não funcionar, nada será feito. E quando nada é feito, todos os esforços empreendidos durante uma época caem por terra e enterra-se a existência de um governo lutador. Outrossim, quando num país as greves e as manifestações são demasiadas o governo corre o risco de cair e ser substituído porque a decepção do povo é determinante.

Num Estado falhado, a formação de quadros qualificados que seria a sua legítima tábua de salvação, é um verdadeiro incómodo. A qualidade é mais

lida no papel, porém os quadros já formados, não se valem com a mesma formação, tudo por falta de cuidados na concepção das políticas educativas e sobretudo na falta de clarificação dos objectivos a serem atingidos. Falsifica-se a formação dos quadros, enchem-se os papéis de muitos argumentos, cuja prática, a humanidade desconhece. Uma acção como esta, se afigura como fonte de problemas discriminativos e fragilidades institucionais do Estado, o que significa um acto de pegar numa arma (o capitalismo) e dar um tiro no seu próprio pé, porque a fraqueza dos quadros é a falência do Estado. Sabendo que um Estado é semelhante ao organismo humano, ele possui cabeça, tronco e membros. As acções empreendidas pelo Estado quando são malconduzidas, servem de tiro e bala ao mesmo tempo, para as próprias estruturas institucionais causando crises. Uma crise, a um Estado pode produzir três problemas nocivos: a paralisia dos membros, surdez e cegueira.

a) A paralisia dos membros: no Estado, muitas vezes, esta paralisia é causada pela força da bala (o capitalismo) que, após magoar os membros, fica muito difícil o Estado se mover e andar pelo país completo e ver como o seu povo está vivendo nas aldeias, comunas e municípios, quer dizer que o Estado ficou imobilizado;

b) A surdez do Estado: é sempre causada pelo som da bala (o ódio de ver os demais a prosperarem). Quando isto acontece, ninguém consegue ouvir as lamentações do povo nem as mortes nos hospitais e nas escolas;

c) A cegueira do Estado: é causada pelas chamas da bala (o bem-estar individual), por isso, não consegue ver de forma objectiva como está o país nem pelo menos dá para ver como os outros estão avançando no mundo.

O conjunto desses elementos torna tarada a mente dos próprios governantes, logo, nunca conseguem pensar nas boas coisas que podem tornar o mundo num lugar bom para se viver com dignidade, a não ser na invenção de uma mina tradicional automática, na solicitação de kimbandeiros para se manter por muito tempo no poder. Nem o povo, nem governantes têm consciência dos seus próprios erros, todos acham que sempre fizeram bem, só o mundo é que não reconhece.

Judas foi o discípulo mais inteligente que Jesus Cristo teve com caracterís-

ticas puras de uma pessoa, reunia todas as qualidades humanas. Aliás, era também um bom gestor dos dinheiros, nunca apresentou contas erradas aos seus camaradas. Mas enquanto discípulo de Jesus tinha um único defeito. Não era transparente. Ninguém sabia entendê-lo, pois era muito fechado. Com esta característica nada aprendeu com os demais e isto prejudicou-lhe de qualquer maneira. O que sabia não lhe permitiu explorar o que os outros sabem. O ser fechado inibe a aprendizagem com os outros, Cury (2015)

Numa altura em que já se apregoam as reconciliações nacionais, a minha pretensão é que a preocupação de qualquer Estado africano e não só, esteja virada, não para a resolução dos problemas pessoais ou apenas da classe, mas sim, para os dos cidadãos, porque ele (o Estado) existe somente através do cidadão. Num Estado capitalista todo aquele que pertence ao seu aparelho já não faz parte dos cidadãos, mas é tido como o próprio Estado.

Ora, o dia em que se começar a pensar que um elemento do aparelho do Estado é também um cidadão a África conhecerá novas imagens dos países. Um Estado tem de estar em altura de acomodar de forma salutar os sonhos de todos os cidadãos em toda a sua vida, Neto (1922-1979). É preciso incentivar o amor ao próximo por um lado.

Na diversificação da economia, é preciso também apostar nos pequenos agricultores e criar equipas de aconselhamento de cultivar certas sementes, sabendo que “o homem é o que come” como disse Feuerbach os sectores como a agricultura, a educação, a saúde e segurança se afiguram como fundamentais para o seu positivo avanço, e o Estado enquanto cabeça é responsável pelo acompanhamento destes pois, como cabeça, a sociedade constitui as suas pernas e o seu tronco, ambos como legítimos suportes dele. Uma sadia governação começa com a escolha do paradigma (socialista) e segue-se com a identificação dos sectores-chave da sociedade.

Identificados tais sectores, o outro ponto envolve questões de natureza: o quê, como, quando, aonde, quem e com quem fazer ou começar o passo do desenvolvimento? Como nem sempre a força local é suficiente para se entrar nesta onda de desenvolver os sectores identificados, uma vez congregados todos os intelectuais nativos, surge então o fenómeno de cooperação com os outros países mais aptos, baseando-se nos princípios de reciprocidade de

vantagens como dizia o primeiro Presidente da R.P.A. Dr. Agostinho Neto (1975), e procurar acima de tudo ser flexível e “aprender com qualquer um que nos queira ensinar” pois o Estado que deseja aprendizagem para os seus cidadãos resolve de forma infinita o problema do subdesenvolvimento e ganha o dobro da vida.

Se o sinal de um óbito é o choro, a imagem de um povo representa e denuncia o que um Estado é física e psicologicamente. A imagem do povo reflecte o seu governo. De igual modo, para melhor se conhecer o Estado angolano, não precisamos passar pelo Futungo de Belas, pela cidade de Kilamba, nem tampouco pelo governo provincial da Huíla ou pela administração municipal de Caluquembe, onde a luz e a água se encontram apenas na rua principal ou ainda olhar pela TV e dizer de imediato que Angola está boa. Porque essas máquinas, todas estão ao serviço de alguém que quer defender sua imagem. Este alguém é o Estado, um grupo de seres que impõe normas aos outros. Basta a característica do povo, basta andar pelos bairros, basta olharmos pelos trabalhadores, dar-se-á conta que um Estado está sob cuidado dos médicos, e são uma síntese daquilo que o próprio Estado é.

4.6- A tábua de salvação de um Estado

Dentro de um problema existe a solução. Há homens cujo papel é pensar e outros é executar o que foi pensado. Foi assim com Sócrates, Platão, Aristóteles e outros que deixaram modelos de sociedade, de governos, políticas e economias.

Mais do que incentivar o pagamento de impostos e confiar bastante na exploração do petróleo, é preciso incentivar o espírito de trabalho no campo, melhorar os serviços de saúde, de educação e de segurança para que o cidadão tenha uma pré-disposição assumida na base de uma ambição de ser um pouco mais além do que é.

Numa perspectiva económica, busca-se Adam Smith que, nas suas abordagens, refere que a riqueza de um país ou de um Estado é o número elevado de pessoas. Ou seja, quanto maior for o número de pessoas num determinado território, maior é a riqueza desse território. Por que razão o renomado

economista introduz isto como uma solução? Porque ele acha que o número de pessoas num país nunca foi um azar como se justificam certos países que alegam não conseguir distribuir as riquezas por serem escassas e pelo facto de o número da população atingir os 35 milhões de habitantes.

Antes de tentar responder à questão colocada anteriormente, quero lembrar ao caro leitor, que tudo o que é convencional (cidades, tecnologias, etc.) é resultado do esforço e da capacidade inédita do homem. O que significa que, não existe na história da humanidade uma riqueza que ultrapasse o valor do capital humano. É o homem, o recurso fundamental de um país que se quer ver desenvolvido.

Entretanto, é preciso controlar a força produtiva ou «agentes económicos» permitindo que todos participem na criação de bens e serviços, disponibilizando meios de produção suficientes às aldeias onde a agricultura familiar tem maior rentabilidade. Não pode ser o Estado, o governante, etc., a produzir para o povo ou a prometer tudo: alimentação, medicamentos, vestuário, transportes, habitações, etc., pois isto reduz a sociedade a uma condição de passividade e preguiça. Aumenta-se o índice de consumo, acelera-se o índice demográfico, baixando o nível de produção. Isto leva os Estados a grandes crises económicas e sociais que dão lugar à desobediência civil total, às insurreições populares, às greves constantes, tendo como consequências a falta de confiança, credibilidade e legitimidade do Estado.

Após o século obscuro, o da idade média, surgiram várias correntes a discutir problemas, mas a que mais se destaca e que colocou o último prego no caixão do referido período, foi a corrente renascentista, submetendo tudo a uma crítica de grande envergadura da qual a ciência e a técnica saíram ilesas por causa dos seus resultados espetaculares. “A educação é a arma mais poderosa que podemos usar para transformar o mundo”, disse Mandela (1918-2013). É preciso investir na educação do homem para que o seu poder mágico de pensar incida sobre a natureza, tirando dela os elementos valiosos para a sua sobrevivência.

Aranha (2015) vê a educação como também uma base de diversificação da economia, tendo afirmado que a educação torna uma pessoa mais eficiente na produção de mercadorias. Por isso, o investimento ao capital humano

pode aumentar o valor da produção, agigantando a economia e também a renda da pessoa que recebeu a educação. Para que a educação produza e contribua para o projecto qualitativo de diversificação económica, cabe ao Estado criar

Chamam-se agentes económicos todos aqueles que mantêm a força de produção ou todos os que estão em idade activa.

condições para este fim: equipar as escolas com laboratórios (pedagogia da acção), oficinas, hortas, imprensas, etc., permitindo que os educandos ampliem o campo da prática.

A agricultura é um sector importantíssimo na estabilização da economia de Angola considerando as grandes bacias hidrográficas e as terras aráveis de que dispõe. Como dizia Agostinho Neto (1922-1979), “a agricultura é a base do desenvolvimento e a indústria é o factor decisivo”. Ao Estado cabe o papel de fornecer meios para alavancar o sector, como tractores com alfaias, sementes, fertilizantes e insecticidas para proteger os campos agrícolas das pragas. É preciso também disciplinar o mercado. O lugar das indústrias é no campo não na cidade. A saúde e a segurança social são outras soluções deste país Angola e da maior parte dos países africanos que ignoram o seu potencial. Savimbi (1934-2002) traz às superfícies uma solução clara para que a economia do país seja robusta e instável. Constante como um dos princípios do Projecto de Muangai, dizendo que “na solução dos problemas económicos fortificar o campo para beneficiar a cidade” é assim na China, é assim na maior parte dos países do mundo que atingiram o nível de desenvolvimento. Se os modelos existem, por que razão insistimos nas políticas falhadas? Porque não contamos a história da mesma forma? Porque existe a apatia e insensibilidade da parte de quem aplica as políticas públicas, o Estado?

Ora, um dos problemas que coloca a África em geral e Angola em particular na condição de subdesenvolvidos (com muitos recursos naturais, mas com um povo pobre) são as políticas de governação dos Estados que não atendem às necessidades das populações e cujas mesmas não encaram o homem como um recurso fundamental.

Especificamente, Angola precisa ultrapassar as suas políticas falhadas, procurando democratizar-se para tornar num verdadeiro Estado democrático e de direito, qualificando os serviços públicos (educação, saúde, agricultura e segurança) acabando com os males profundos, se quer avançar em luzes. Tudo só pode acabar com a morte das desproporções vividas entre governantes e governados na base dos princípios abaixo:

1º O dia em que a escola for a mesma para os filhos dos governantes e governados e no mesmo direito pessoas com a mesma função, nível académico, tempo de serviço, sejam elas negras, brancas ou mestiças ganharem o mesmo salário, tenho plena certeza, que as desigualdades acabarão e a qualidade de ensino e dos serviços nascerá na República de Angola;

2º O dia em que for difícil diferenciar o chefe do subordinado e as instituições se abrirem para a justiça no modo de atendimento entre conhecidos e desconhecidos, será resolvido o problema da corrupção e do desequilíbrio social;

3º No mesmo direito de cidadania, o dia em que governantes e governados internarem no mesmo hospital, no mesmo quarto, numa cama vizinha e forem tratados pelo mesmo enfermeiro, pelo mesmo médico, neste dia nascerá Angola real e todos cantaremos bem alto que “de Cabinda ao Cunene, do Mar ao Leste somos um só povo e uma só nação”;

4º O dia em que o povo angolano for capaz de criticar, deliberar ou decidir à destituição de um governante antes do seu mandato e convocar de imediato o voto para a eleição de um novo governante com transparência, justiça e na base dos programas eleitorais e cada partido aguardar sem coação de ninguém e de nenhuma instituição os resultados eleitorais, a democracia nascerá;

5º O dia em que a terra for propriedade legítima dos operários e camponeses e ao Estado caber o papel de criar condições de produção agrícola e de abrir indústrias para transformação dos produtos produzidos no campo por pequenos, médios e grandes agricultores, o problema da fome e da pobreza será definitivamente resolvido na República de Angola;

6º O dia em que se diminuir a distância entre o que se fala e o que se faz Angola será transformada num verdadeiro canteiro de obras;

7º O dia em que o capitalismo selvagem deixar de ser o paradigma de governação e nascer o patriotismo e o compromisso dos governantes para com os cidadãos na República de Angola, os problemas da exploração do homem pelo homem, das assimetrias sociais e regionais serão dissipados e neste dia cada um entenderá que afinal nascemos para vivermos com irmandade;

8º O dia em que um governo eleito pelo povo nas eleições livres, justas e transparentes determinar a perseguição aos bruxos(as), feiticeiros(as), à gatunagem, ao bandidagem, à prostituição, às fábricas de bebidas alcoólicas, à ganância, aos detentores de excessivos poderes e eliminar as políticas de fechamento de oportunidades para a juventude, etc., será reposta a tranquilidade e estancada a morte arbitrária da população na República de Angola e neste dia o mundo abrirá novas portas para os angolanos.

Sem a observância destes princípios nunca teremos uma Angola desenvolvida, democratizada, humanizada, onde os homens sentirão orgulho de viver com dignidade. Temos que assumir as nossas falhas e acabar com elas.

Para a África, o princípio básico é a unidade linguística, da moeda e das relações entre países e a reflexão sobre a etnofilosofia e a historiografia como traço de um só povo. Ficam aqui sublinhados como elementos sine qua non para a plena realização dos africanos de modo a quebrar-se o complexo de inferioridade e as várias afrontas a nós dirigidas. É preciso que percebamos os desprezos do ocidente como método de incentivo, exigindo de nós mesmos uma resposta que deve ser dada através das nossas obras, produzidas à luz de nós e da nossa realidade e estendê-las para o resto do mundo. A existência justifica-se no pensar, ou dito de outra forma, quem não pensa não existe. Por isso, exige-se que pensemos, falemos, escrevamos, para que as nações do mundo saibam que também existimos.

CAPÍTULO V- OS PROBLEMAS DO CAPITALISMO

5.1- Noção Geral

“Aqueles que dormem com o trabalho e acordam com novas ideias no nascer de cada sol provam conduzir melhor a revolução para o sentido da existência...”

De acordo com Marx, o capitalismo é um regime económico cujo foco fundamental é a exploração do trabalhador que deve trabalhar mais do que o que lhe é pago como salário. O capital empregado pelo capitalista numa empresa e a mais-valia (o lucro) que ela consegue com a venda do produto constata-se sempre uma diferença assombrosa de valor. Quer dizer que o empregador tira do produto produzido mais do que investiu para produzir tal produto, ou seja, o capitalista ganha mais quando consegue fazer trabalhar o trabalhador acima do tempo correspondente ao salário.

Uma vez que as empresas que vendem produtos alimentares são da pertença dos ricos ou capitalistas, o salário que é pago ao trabalhador vai de volta a empresa com um preço bastante alto do produto a comprar. Quem produz por dia quatro canteiros de batata doce, compra com a metade do seu salário a batata da metade de um canteiro, ou seja, um deste último corresponde ao salário total de quem produziu os quatro canteiros. Logo, os três restantes são um grande lucro para o dono da lavra ou o capitalista. No capitalismo a força de trabalho não conta, mas o que conta é o salário que te é pago por dia mesmo que trabalhe das seis da manhã às seis da tarde, o salário não muda.

Um trabalhador das bombas de combustível (o bombeiro) ganha em média trinta mil kwanzas em cada mês. Quantos clientes atende por dia e qual quantidade monetária consegue arrecadar por dia? E em um mês? O capitalismo, mesmo em épocas de guerra de guerrilha, ele joga somente com o seu lucro sem se importar tanto com o número de pessoas a perecer na frente de combate e nas comunidades. Na necessidade da mais-valia as forças militares podem ser orientadas a atacar as próprias comunidades, fazendo-se

de inimigo para extorquir os bens do povo. Neste jogo nem todos se sentem felizes quando termina uma guerra de guerrilha. No capitalismo os trabalhadores organizados em folhas salariais quando morrem os nomes não são removidos do sistema financeiro, os capitalista-governantes se valem com estes nomes para se apoderarem do dinheiro deles - Daí a razão do nome “trabalhadores fantasmas”. Quem mantém os trabalhadores fantasmas num sistema financeiro não é um cidadão comum, são os governantes e gestores ministeriais que representam o executivo.

Estes problemas do desequilíbrio entre o horário de trabalho e o salário pago ao trabalhador levou Karl Marx a mobilizar a classe dos operários tendo surgido o partido comunista assente na corrente socialista, a fim de derrubar o capitalismo e promover o equilíbrio social. Mas isso custou-lhe caro, e não mereceu um funeral condigno em Londres no ano de 1884. Segundo Mondin (2008), antes que o corpo embrulhado em farrapos descesse para à sepultura, apenas o seu amigo Engels proferiu algumas palavras de último adeus. Penso que é assim que terminam as grandes figuras neste mundo das coisas para serem lembradas mais tarde quando tudo começar a acontecer, basta ver o destino dado a Sócrates, a Jesus, a Savimbi e outros que são apologistas da defesa dos direitos da maioria. Veja a seguir a abordagem profunda de Marx:

5.2- O Capitalismo em Karl Marx (1818-1884)

“O poder corrompe, o capitalismo divide e individualiza os homens coisificando-os tornando-os vítimas do seu trabalho...”

Para Karl Marx o capitalismo é sempre o responsável pelo surgimento de classes. Todo um capitalista é malandro e desumano, porque o lucro domina totalmente a sua consciência. Segundo Marx o capitalismo é uma estrutura económica que implica necessária e inevitavelmente a exploração do trabalhador. No capitalismo o pobre é levado ao espírito de conformismo com a sua condição de pobreza, fazendo-o reconhecer que a sua pobreza é mesmo uma condição divina. Aí a história dos pobres é fundida aos ricos, mesmo que sejam apenas dois ou três na aldeia.

É a história dos ricos que determina a consciência histórica das sociedades. Por exemplo, quando se diz que todos têm água potável, as vezes só o trio é que tem, mas a ideia fica fortemente irradiada até nos meios de comunicação social. No capitalismo, a natureza da sociedade é sempre a divisão de classes, porque os que possuem empresas, indústrias, lojas, enfim, meios de produção, a necessidade é sempre da mão-de-obra. E para garantir que tais empresas cresçam em termos de lucros, é preciso que esta mão-de-obra seja barata. Todo um possuidor de uma empresa procura sempre técnicas de como fazer crescer a empresa. Por isso opta por meios inadequados que visam a exploração do trabalhador, adicionando sempre um tempo a mais no horário de trabalho que se tem.

As vezes as motivações aplicadas atrapalham o trabalhador. Ele fica sem saber que está a perder. Ou seja, para que não venha dar conta da sua situação o trabalhador é elevado à categoria de bom trabalhador, respeitoso, pontual, assíduo, humilde e confiado pelo patrão. Por isso, todas as tardes que larga leva para casa alguma coisa que serve de estímulo para dobrar o trabalho, controlar e empolgar os outros. A relação entre o trabalhador e o patrão não é séria. Ela depende do lucro que diariamente a empresa tem.

No capitalismo não é admissível que o trabalhador tenha uma actividade extra que possa garantir uma base económica mais forte. O patrão quer ver sempre o trabalhador na empresa enquanto os demais estão na bicha. Quem atende não se cansa, quem compra não pode ter pressa, porque não terá mais aonde comprar. Por isso, tem-se um horário de abertura e de fechar.

Na função pública as leis são rigorosas e de cumprimento escrupuloso. Quer dizer que o trabalhador, mesmo não tendo condições de trabalho, é obrigado a ficar no seu posto até à hora prevista na lei. E diz-se, muitas vezes, que “o bom cidadão é aquele que cumpre com as leis do seu país”.

Alguns produtos são proibidos de serem encontrados no mercado informal. Só o Estado é que tem o direito de vendê-los (o diamante, o ferro, o cobre, o ouro, o mercúrio, o petróleo e seus derivados, etc.). Quem é o Estado? É o conjunto de todos aqueles que detêm os meios de produção (os ricos).

Ora, no regime capitalista, mesmo sabendo que o álcool mata, as fábricas

não param de fornecer variedades de bebidas. Na sobrecapa de cada recipiente da bebida sempre se tem uma escrita “proibida à venda há menores de 18 anos” e outra como “beba com moderação”. Enquanto eles vendem aos consumidores, promovem nas televisões debates sobre as consequências do consumo de álcool. Temas que eles consideram muito pertinentes, actuais e actuantes.

No capitalismo não há socialismo nem humanismo, enquanto os pastores, bispos, padres roubam em nome de Deus, os governantes roubam por serem heróis e outros por serem filhos dos heróis. Para estes últimos, basta o sobrenome. Até o concubinato ganha imunidade.

5.3- O lucro como doença ou saúde do Estado no capitalismo

“O lucro é o gémeo do engano...”

O lucro é cego, atropela a justiça e a verdade. Nisto, religiosos e não religiosos, comungam a mesma religião, o dinheiro. No “lucro”, o que Karl Marx chama “mais-valia”, os Estados ou se salvam ou se envenenam, dando início ao fenómeno classicista e revoluções. Naturalmente, a produção ou a posse dos meios de produção entre aqueles que os detêm, não seria um factor de divisão entre as famílias, se aplicados para benefícios de todos os cidadãos representados num determinado território, só que quando o lucro dominar demasiadamente a mente do detentor dos meios de produção ocorrem sempre problemas individuais de quem sempre procura ganhá-lo e aí a censura é para os consumidores sempre alheios aos métodos ou políticas comerciais.

Ora, quando maior é o lucro o que acontece é que, geralmente, os homens são acreditados ou desacreditados em função das tabelas económicas de produção e produtividade, baseando-se no lucro, o que é mais ilícito entre as sociedades.

Normalmente a depreciação do poder axiológico do homem à luz do lucro é sempre provável no capitalismo. No lucro enquanto veneno do Estado, os juízos sempre vêm formulados em função do desenvolvimento e progresso, acabando por se perder as razões éticas, logo a manipulação, mormente política, torna-se legítima.

A história de cada ser é determinada pelo seu modo de estar e de pensar nas coisas de cada época. Em cada época o modo de encarar a história é diferenciada entre ricos e pobres. Estes não contam de forma igual a história pois enquanto ricos dormem sobre a fortuna com um pensamento virado para o lucro e o bem-estar, pobres não dormem ao pensar na sua condição de pobreza. Se pobres dormem, é uma questão de conformismo com a vida que se leva. O dormir do pobre não significa sossego.

A única via para se evitar que o lucro faça mal o Estado é a que usa os meios de subsistência que a terra tem e produz para todos, confirmando a liberdade dos homens e torná-los mais livres enquanto sujeitos da história (Ngoenha, 2014,p.143).

5.4- Inevitabilidade de classes no capitalismo

“Num Estado “pessoalizado”, o pobre e o rico nunca contam a mesma versão da história... há sempre uma versão para uns e outra para outros”.

Para trazermos à discussão a divisão social em classes, Katúmua & Abrantes (2014, p. 179) oferecem-nos brilhantes argumentos sobre as desigualdades sociais responsáveis por este fenómeno classicista. Segundo estes autores, tal fenómeno é fruto de dominação e apropriação. Quer dizer que uns indivíduos e grupos apropriam-se de bens e recursos existentes que seriam para todos e utilizam-nos para agigantar-se e expandir a sua riqueza na base de duas modalidades: a exploração e o fechamento de oportunidades.

Na exploração, diz Karl Marx, alguns indivíduos privilegiados da estrutura do Estado e detentores dos meios de produção exploram até a

exaustão o trabalho de outros, tornando-os dependentes deles. No fechamento de oportunidades, Max Weber, afirma que um grupo de indivíduos exclui os outros do benefício de recursos, limitando o acesso à educação, saúde e meios de transportes, tornando-os vulneráveis e carentes de todos os serviços. Está em causa, neste fenómeno, a condição económica que pode determina a consciência do homem. Por isso, existe duas versões de história de um país no capitalismo por causa dos limites impostos pela classe rica.

Normalmente são donos dos grandes colégios e parques de estacionamento de automóveis. O capitalismo é promotor de classes, é nele que há sempre ricos que devem ser respeitados e pobres que devem respeitar. Daí, enquanto existirem pobres e ricos, a divisão das sociedades em classes é inevitável. Ou seja, sabendo que o Estado é um órgão perigoso nos países onde o capitalismo é selvagem ou não, ele acaba por ter mais cartas na mão para jogar do que o povo. O sentido da existência de classes em Angola justifica-se através daqueles que num dado momento se elevaram a si como heróis sem o alcance daquilo pelo qual lutaram contra o colono português.

No capitalismo, quem emprega não respeita o trabalho do empregado. Irrita-se por nada e o empregado é sempre sujeito a exonerações ou despedimentos sem cometer erros; aí, nem sempre o empregado trabalha porque sabe, mas sim porque carece. E, por isso, sempre na carência de “pão”, procura adaptar-se ao trabalho que faz.

Quer dizer que ele vai aprendendo a medida que exerce tal trabalho, não porque já sabe. Neste, as pessoas são confrontadas com imagens da criatividade de que são totalmente excluídas e, portanto, a força de trabalho fica concentrada aos ricos sem o respeito pelo trabalho das massas. No sistema capitalista o trabalhador “é obrigado a produzir muitas vezes de forma anarquizante, e em benefício exclusivo do patrão” sem organização nem disciplina.

De forma inevitável, no capitalismo observam-se sempre duas classes principais: a classe dos ricos oligárquicos (burgueses), da qual fazem parte os governantes empresários, grandes agricultores, cientistas, engenheiros, médicos, etc. Esses são uma classe que nega fazer revolução, porque não é uma classe homogénea ao proletariado, termo usado várias vezes na corrente

marxista. Vai-se notar que os ricos têm sempre um espaço reservado no quadro do Estado. No gabinete do chefe não marcam audiência; o seu escalão garante-lhes um enquadramento automático à classe dominante.

Os pertencentes à classe dominante dispõem de recursos e, por isso, têm capacidade de construir a sua própria experiência social e isolam-se, sinónimo de que os demais carecerem de miolo para pensar e mãos para edificarem o seu futuro, e isto destrói não só a personalidade dos carentes de recursos e de identidade própria (as massas), mas também a verdadeira noção de “ser”. O pobre tem ideias, mas carece de meios para executar essas ideias. Não basta ter ideias, é preciso ter meios.

Muitos desses, por esforço próprio encontram meios escapatórios e são recrutados entre os pobres para os escalões das elites de governação para se tornarem em meros cantadores/repetidores dos seus discursos e aí têm obrigação de calar as suas bocas, servindo fielmente os governantes. Na velocidade ao lucro, a classe dos ricos empenha-se na exploração, às vezes, violentamente dos pobres e esta exploração torna-se cada vez mais implacável à medida que se desenvolve o próprio capitalismo. No ambiente capitalista o trabalho dos pobres, como é óbvio em Angola, torna-se cada vez mais intensivo, ou seja, aumenta-se a carga horária do trabalhador nas péssimas condições, transformando-se em simples apêndices da máquina de produção e diminui-se o interesse pelo seu pagamento. Fala-se mais da carga horária sem referência ao pagamento de quem trabalha. Não se fala da mudança de carreira nem da requalificação do mesmo. E vai vendo-se que, a maior parte do pessoal formado, que neste caso estaria a constituir a classe média (enfermeiros, professores e outros) arruinam-se e vêm-se juntar à classe baixa dos pobres e aí existe a sorte do povo e o azar do Estado. Porquê? Porque sempre a revolução é feita por intelectuais descontentes e, por isso, encarregam-se de despertar os carentes, incitam deles o nervo, e estes se tornam dirigentes da classe baixa, como o fizeram Marx e Engels.

Aqui também pode-se ressaltar um aspecto importante que muitos os países como Angola atravessam hoje, devido a sua própria ingenuidade e autopromoção. O capitalismo é seguido fatalmente por crises económicas e financeiras, inflação, desemprego crescido vertiginosamente, guerras de roubo que podem causar sofrimento e calamidades de milhares de pessoas no país, V.

G. Afanássiev (1982).

5.5- A “mídia” como abate da verdade

Quanto à formação das novas gerações a mídia joga um papel preponderante e, ao mesmo tempo preocupante. Preocupante porque os vários investigadores deste assunto, colocaram questões e em questão o seu jogo na sociedade, cujas perguntas levantadas são de seguinte natureza: a mídia afinal massifica? Estimula a barbaridade? Estimula a sexualidade? Delineia a opinião pública? Leva as pessoas serem passivas e conformistas? Impede até o gosto pela leitura? Aliena? Individualiza as famílias?

Certamente, em cada contexto, a mídia desempenha um papel falsificador em prol da vida de quem a comanda, e a verdade que devia fluir, é a primeira vítima. E a nossa preocupação nesta abordagem tem que ver as consequências da queda da verdade numa determinada sociedade. Que gerações se esperam formar quando não se informa com verdade? As mídias, já foram consideradas perigosas por Ngoenha, para quem a imagem de Moçambique tornou-se numa imagem que não é do seu povo moçambicano. Segundo Aranha (2015), trata-se de uma manipulação da massa amorfa, ao legitimar a ordem estabelecida e levar ao conformismo um público vasto de audiência. Para se quebrar a verdade através das mídias, um Estado perverso se empenha engenhosamente em criar gabinetes de acções psicológicas e outros grupos especializado em inverter o sentido das informações. Tal grupo segundo Chauí (2014), denomina-se por “Novilíngua”, cuja função única e exclusiva é contradizer e inverter o sentido das informações.

Em épocas de eleições, por exemplo, os candidatos apresentam-se com todas as qualidades humanas (riem, dançam, saúdam, andam a pé, dão beijos, abraços, etc.), mas após ganharem, a simpatia e a flexibilidade caem por terra e fortificam-se as portas de guardas e identificações. É complicado agora lidar com o chefe, porque o contacto transforma-se em audiência que deve ser solicitada por meio de um requerimento que pode ser autorizado ou não autorizado. Há, alguns programas, sobretudo televisivos, bem orquestrados somente para os africanos, e são poucos que dão conta disso. Por isso, diz-se hoje que, para além dos nossos irmãos que herdaram do colono a “prática divisionista”, ainda os mesmos continuam a escravizar-nos através de vários

serviços tecidos à luz das nossas acções. Sob o nosso olhar impávido, eles desenvolvem e se afirmam ainda mais diante do mundo. Somos juizes não atentos, portanto, somos uma grande vergonha.

5.5- A “mídia” como abate da verdade

Quanto à formação das novas gerações a mídia joga um papel preponderante e, ao mesmo tempo preocupante. Preocupante porque os vários investigadores deste assunto, colocaram questões e em questão o seu jogo na sociedade, cujas perguntas levantadas são de seguinte natureza: a mídia afinal massifica? Estimula a barbaridade? Estimula a sexualidade? Delineia a opinião pública? Leva as pessoas serem passivas e conformistas? Impede até o gosto pela leitura? Aliena? Individualiza as famílias?

Certamente, em cada contexto, a mídia desempenha um papel falsificador em prol da vida de quem a comanda, e a verdade que devia fluir, é a primeira vítima. E a nossa preocupação nesta abordagem tem que ver as consequências da queda da verdade numa determinada sociedade. Que gerações se esperam formar quando não se informa com verdade? As mídias, já foram consideradas perigosas por Ngoenha, para quem a imagem de Moçambique tornou-se numa imagem que não é do seu povo moçambicano. Segundo Aranha (2015), trata-se de uma manipulação da massa amorfa, ao legitimar a ordem estabelecida e levar ao conformismo um público vasto de audiência. Para se quebrar a verdade através das mídias, um Estado perverso se empenha engenhosamente em criar gabinetes de acções psicológicas e outros grupos especializado em inverter o sentido das informações. Tal grupo segundo Chauí (2014), denomina-se por “Novilíngua”, cuja função única e exclusiva é contradizer e inverter o sentido das informações.

Em épocas de eleições, por exemplo, os candidatos apresentam-se com todas as qualidades humanas (riem, dançam, saúdam, andam a pé, dão beijos, abraços, etc.), mas após ganharem, a simpatia e a flexibilidade caem por terra e fortificam-se as portas de guardas e identificações. É complicado agora lidar com o chefe, porque o contacto transforma-se em audiência que deve ser solicitada por meio de um requerimento que pode ser autorizado ou não

autorizado. Há, alguns programas, sobretudo televisivos, bem orquestrados somente para os africanos, e são poucos que dão conta disso. Por isso, diz-se hoje que, para além dos nossos irmãos que herdaram do colono a “prática divisionista”, ainda os mesmos continuam a escravizar-nos através de vários serviços tecidos à luz das nossas acções. Sob o nosso olhar impávido, eles desenvolvem e se afirmam ainda mais diante do mundo. Somos juízes não atentos, portanto, somos uma grande vergonha.

Depois da abolição da escravatura os líderes africanos desenvolveram um egoísmo exacerbado que serviu de corrente para sermos ainda amarrados por aqueles que sempre nos mantiveram na condição de escravos. Este egoísmo impediu-nos trabalhar em conjunto e respeitar o trabalho prestado pelos nossos camaradas e perdemos também a coragem de enfrentar as coisas do mundo contemporâneo. E isto resultou em desrespeito pela força local dos entes e no não pagamento daqueles que prestam os seus serviços.

Vê-se que os líderes africanos quando se juntam não constroem ideias promotoras do bem comum. Ao invés de lerem modelos válidos para a modificação da vida dos cidadãos, eles apoiam-se na censura, na calúnia, e inventam normas punitivas de autodefesa. Quer dizer que o seu ego domina e anula projectos do bem-estar comum. Criam organizações de apoio ou de caridade nas aldeias, nos bairros, usando as entidades tradicionais e religiosas transformadas em primeiros secretários das facções políticas, no sentido de expandir as suas negativas astúcias para somente promoverem os seus próprios nomes, sem se importarem do sofrimento pelo que o seu povo passa. Através das mídias sabe-se bem que durante muito tempo os africanos tornaram-se orgulhosos de se sentarem em conferências, discutindo ideias que tentaram edificar, mas tudo em recompensa de placas de honras e de títulos de melhores oradores, eloquentes, mas não de grandes nem pequenos fazedores. Quer dizer que o que discutiram e discutem neste e noutra período nas mídias, e que por sinal já se encontra escrito, fica colado no papel sem possibilidade de sair para acção prática, Kapitiya (2010).

Eles nunca compreenderam que não existe nada melhor do que resolver os problemas do povo, ou que seja importante a acção de entidades individuais juntas num só sonho. Muitas vezes, sentiram-se confortáveis nos grandes hotéis com prostitutas, esbanjando o erário público. Quer dizer que o que se

passa nas mídias não é exactamente o que se faz. Prova-se que as mídias são as verdadeiras máquinas deturpadoras da verdade. O que nelas se passa se fosse o que se faz o mundo não seria este. A África não seria esta que vemos em forma de parálítico cujo apoio são muletas de paus feitas por um carpinteiro não especializado.

5.6- Relação entre ricos e pobres

“Com a fome o homem perde juízo, com a pobreza o homem perde autoridade e oportunidades”.

Se a luta dos políticos é o poder, a luta dos ricos é o lucro baseado na mão-de-obra barata. Aí ninguém cruza os braços ao que quer atingir. Daí que a relação entre ricos e pobres nunca é séria, porque ela é baseada numa ideia de que um tem de ganhar e outro tem de perder a sua força. Quem perde a sua força nem sempre sabe que está a perdê-la. Aliás, mesmo sabendo, não tem como reivindicar enquanto quem ganha, o explorador implacável, o sabe bem.

O pobre é sempre aquela figura que tem de respeitar o rico (o patrão); e o rico é sempre aquela figura que deve ser respeitada e venerada que procura a mão-de-obra barata é sempre o seu objectivo para fazer crescer a empresa. O pobre tem ideias e força, mas carece de meios para executar as suas ideias. A pobreza é sempre um factor de divisão e não de unidade, pois quem tem não permite que conviva com o pobre, a não ser quando este precisar uma mão de obra barata. Quem tem na família é sempre advertido, para ter cuidado na seleção de amigos. Ao escolher uma esposa ele recebe as mesmas instruções para evitar convívios com os pobres. É daí que assistimos hoje que quando alguém alcançar este patamar de rico (bem ou mal) abandona as antigas amizades e estabelece outras que acha compensadoras.

5.7- O Comunismo e a génese do marxismo-leninismo

“Em todos os modelos de governação o comunismo marca a sua presença desde que os recursos sejam de todos os cidadãos, o contrário dá lugar ao capitalismo selvagem...”

Karl Marx (1818-1883) é o mentor do comunismo conjugado com a corrente socialista, visando o equilíbrio social. Na sua essência, ele apela a um equilíbrio social baseado na disponibilidade dos meios de produção que eram responsáveis pela divisão da sociedade em classes (burgueses e o proletariado). O modelo surge como uma política socioeconómica que pretende estabelecer uma sociedade igualitária, abolindo a propriedade privada que é uma febre promotora do individualismo acentuado na sociedade. O comunismo ortodoxo de Marx possui, na sua essência, traços importantíssimos e salvadores que, adoptados pela China, o governo chinês encontrou neste modelo a tábua de salvação que muito rapidamente permitiu o aceleração da mudança, do crescimento e desenvolvimento económico, social e intelectual até que se tornou num gigante asiático. Mao-tse-Tung evidou um esforço de tirar o essencial desse modelo e adaptá-lo à realidade social do seu povo incorporando, efectivamente, a crítica, a auto-crítica, a união entre a teoria e a prática, o contacto directo com as massas e sobretudo construir as indústrias no campo. O horário da educação e ensino foi dividido entre aulas teóricas e práticas, com as horas mais alargadas para a prática nas indústrias todas as tardes no fim de aulas. Que não apresentasse qualidade na reprodução dos textos dos grandes escritores, não era digno de aprovação. Na base deste modelo comunista, os exames escolares eram realizados três fases importantes:

Com a fome o homem perde juízo, com a pobreza perde autoridade e oportunidades. Mesmo as igrejas não convivem com os pobres, mas pregam a história de Lázaro e o rico. O pobre sempre sente medo de ser despedido da empresa, mesmo não havendo razões de despedimento. Esta é sempre uma das medidas que o rico usa para melhor consolidar o seu poderio. Para o rico o comportado é sempre aquele que não procura reclamar o seu

direito ou aquele que não sabe que está perdendo a sua força. Daí que a relação não é séria, porque ambos correm o risco de desaparecerem. Como? O pobre corre o risco de morrer cedo e paupérrimo. O rico corre o risco de perder (falir) a sua empresa e morrer torturado pelas insurreições dos trabalhadores na empresa, porque o engano pode ser uma escola para um trabalhador da empresa. O pobre corre o risco de perder a sua família e sua condição pode condicionar o casamento dos seus filhos porque é difícil eles casarem-se com as mulheres do seu gosto e agrado.

1ª fase: exame municipal, que era realizado na presença de todos os mandatários do governo que poderiam testemunhar a aprovação e a qualidade do aluno;

2ª fase: exame provincial, que era realizado na presença de todos os mandatários do governo provincial. Só iam para o exame provincial os apurados no exame municipal;

3ª fase: exame nacional, que era realizado na presença de todos os mandatários do Estado. No mesmo critério, só ia para o exame nacional aquele que for apurado no exame provincial. Tão logo que terminasse o exame nacional, o aluno estava apto teórico e praticamente para a função pública. Foi também um modelo chinês o não pagamento de um funcionário até à reforma. Numa escala de 25 anos de serviço, o funcionário podia trabalhar 5 a 10 anos, aos 15 ou 10 anos, é-lhe dado o dinheiro suficiente para o começo de um comércio particular, tudo na base da confiança de que o funcionário a ser reformado antecipadamente está em perfeitas condições de alavancar os seus investimentos e contribuir para o crescimento da economia do país através do pagamento de impostos. O povo ganhou uma grande experiência, dinâmica e sobretudo disciplina na gestão e no espírito criativo que o caracteriza até hoje.

O comunismo é um modelo modesto da sociedade. Ele está mais interessado em controlar tudo, com todos e para todos sem um desequilíbrio social. A justiça e a honestidade na distribuição são os seus instrumentos de combate e invoca que o critério da verdade seja a práxis. A definição tem de condizer com o definido. O comunismo marxista na sua originalidade não é aquele em que uns comem enquanto outros trabalham como se quer apregoar em

Angola, não, o fundamental para este modelo é controlar e fazer tudo com todos, de todos e para todos, sem exceção. Para a educação, o conhecimento que não é aplicável na prática, as escolas são proibidas de ensinar aos educandos. Uma coisa certa é que no modelo comunista, tal como é e manda a doutrina chinesa, o desvio de milhões aos cofres de Estado visando satisfazer as necessidades pessoais, invoca a guilhotina. Tal, é uma educação que evita o prejuízo popular.

5.7.1- Marxismo-Leninismo

Sabe-se que esta designação resulta da junção do pensamento de Marx e Lénine. É uma ideologia baseada no pensamento de ambos, não a ideia de ambos. Marx morreu sem ter estimado tal designação. Marx e Lénine têm um pensamento conjugado na criação de um modelo capaz de combater o capitalismo selvagem que era a febre do momento na sociedade russa, por isso, ambos foram revolucionários.

Apegando-se um pouco da sua biografia, Lénin nasceu em Simbirsk-Rússia no dia 22 de Abril de 1870 e faleceu em 1924 na Leninskiye-Rússia. Depois de ter estudado cuidadosamente as ideias de Hegel, chegou a defender que a dialéctica constitui a parte essencial do marxismo e defeito de todos os materialistas que dispensaram a dialéctica. O contraditório que acabou com a originalidade do pensamento de Marx e Hengels, surgiu tempos depois da figura de Lénine ter encurvado para a “partidicidade”. Como me referi no início desta abordagem, Marx dizia o seguinte: “a prática é o critério valorativo da verdade, logo, o que não se aplica na prática não pode valer para a escola e para a educação dos cidadãos, porque o devir não surge do exterior, mas sim do interior do sujeito pensante”. Ao surgir Lénine e em contradições com as ideias de Marx, uma vez movido pela ânsia partidária, fez uma interpretação mais rigorosa do critério da práxis anunciado por Marx e disse o seguinte: “verdadeiras só são aquelas doutrinas e ideias úteis e aceites pelo partido”. Nesta altura, os partidários prestaram a atenção para mais tarde juntarem o útil ao agradável. Com isto, disse Mondin (2008), Lénine transfigura o critério da práxis em um critério partidário. E uma vez internacionalizado o pensamento partidário, os que o adoptaram como modelo de governação, o designaram por marxismo-leninismo, mas este não foi o critério de Marx e Engels. É o desvio provocado pela interpretação contundente de Lénine.

Uma vez aplicado nos vários sistemas de governação que alcançaram as suas independências em África sobretudo, onde Angola não é uma excepção, na era da escolha de aliados numa altura em que o mundo já estava dividido em dois blocos, capitalista e socialista, via-se consequências negativas de que só valia o que o partido pudesse determinar, e quem agisse contra, pesava sobre ele a execução imediata. Foi neste calor que nasceu o sangrento 27 de Maio em Angola que acabou com uma boa parte dos intelectuais angolanos que

tinham que ser executados por terem uma opinião contrária a do presidente Neto e seus correligionários. Desta forma, o comunismo foi aprovado como um modelo ruim, graças a influência negativa de Lénine.

Tal, é simplesmente uma questão de indestreza estatal. Mais vale tirar do negativo o positivo do que tirar do positivo o negativo como linha condutora dos pensamentos e de acções. A China desenvolveu assustadoramente na base do mesmo modelo comunista que adopta até hoje, graças à visão dos líderes que incluem a figura de Confúcio que procuraram abraçar e manter o modelo comunista, tendo aproveitado as ideias mais brilhantes e originais de Karl Marx harmonizadas com a realidade social chinesa. Hoje, prova-se que o critério de confederar a teoria à prática deu resultados aparatosos que transformaram a China num país asiático mais querido pelos fracassados países africanos. A África fracassa, graças às suas más políticas e indisciplinas na gestão dos recursos humanos e naturais, tornando-se hoje num cemitério dos seus filhos que envelhecem, adoecem e morrem no estrangeiro na procura de melhores condições de vida. O problema da África é a cabeça/consciência do próprio africano.

O comunismo está presente em todos os modelos de governação, bastando os recursos geridos pelo Estado serem de todos, ele é inevitável. O traço negativo do comunismo e que o considero normal quando os governantes se comprometem com a causa justa do povo, é anular a ideia do multipartidarismo e acabar com os sonhos individuais.

**CAPÍTULO VI- ALIENAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA
EM ANGOLA**

6.1- Alienação social e económica em Angola -O que se entende por alienação?

A palavra alienação vem do verbo latino, “alienare”, que quer dizer, separar, distanciar, afastar, alhear. Alienar significa, pois, tornar alheio e transferir a um outro o que é seu até a própria consciência. Ela tornou-se mais aguda com o aparecimento e desenvolvimento do sistema capitalista nos séculos XVII e XVIII, quando em bom tom surgiram as fábricas que introduziram uma nova abordagem, novas relações humanas, novos hábitos e costumes adquiridos nas manufacturas.

Na alienação, apesar de o trabalhador ser um activo partícipe dessa situação ou da realidade circundante, a sua visão péssima e chantageada pela sua condição de dependente, impede-o de perceber e de perceber-se da sua relação com o concreto. Um homem alienado significa que foi arrancado do seu habitat e levado a um sítio que desconhece. Em Angola, o dia-a-dia mostra claramente que os homens são alienados ao bem-estar concentrado à volta do partido-Estado que governa o país numa só lógica. E todas as instituições sociais, públicas e privadas, dependem dos ideais do partido que dita as regras de todo jogo da arena nacional. Este delibera e indigita quem deve ser chefe numa instituição. Daí surgiram vários tipos de alienações que a seguir destacamos:

Alienação social – em que o indivíduo não se percebe como produtor das relações sociais e criador das instituições. Algumas vezes isto leva-o a insurgir-se contra a própria sociedade. É assim que hoje todos os humanos se esquecem de que foram eles que criaram a polícia, as guerras, etc. Devido a este problema, percebem-nos como instituições divinas.

Alienação económica – os produtores não se reconhecem como seres “desumanizados e coisificados”; os trabalhadores não entendem que foram tornados em coisas produtoras de coisas. Em Angola quem produz não consegue comprar o que produz, Chauí (2014, p.217).

Naturalmente, há que se ter um cuidado especial dado que a cultura pode ser contagiada por formas perversas que a desviam de todo processo de hu-

manização, protagonizado pela alienação que caminha compactamente ao lado da ideologia, tornando a educação confusa dos seus objectivos focados na emancipação humana.

6.2- Natureza da “Escola” no capitalismo

“Por que motivo há em Angola mais escolas privadas do que públicas? Que diferenças podemos notar entre elas em termos de condições?”

O que se constata até aqui é que se vive uma história da educação marcada pela exclusão. Tem-se uma escola excludente e não democrática baseada na divisão de classes (ricos e pobres), basta um olhar atento às condições de ensino nos estabelecimentos públicos e privados. Obviamente, a preocupação dos governos hoje é elevar o nível escolar dos seus cidadãos, o que não é negativo. Só que no capitalismo esta elevação faz-se com muita ilusão, porque a escola que forma não é a mesma para governantes e governados, o povo. A ela não se atribui o papel real que devia desempenhar. A educação como forte elemento que forma, passa a deformar, perdendo o seu verdadeiro sentido. Quando a educação devia libertar os homens, ela torna-se num instrumento de domesticação e condenação dos seus actores. É daí que a conduta dos formados em África deixa a desejar, porque são os que mais praticam as injustiças e golpes constitucionais. E isto muitas vezes deixa perplexa as próprias sociedades que aguardam pelas victórias que deviam alcançar com um homem formado. Ora, aí muitos perguntam: para que serve a escola, meu Deus! Se os que por ali passam roubam, mentem, espancam, em fim são intransigentes?

No capitalismo a escola sempre foi pensada à luz dos interesses de quem governa, por isso, não consegue dar o que devia como seu único objectivo; não consegue pôr cobro a situação da crise intelectual. Daí a conclusão de que, relativamente a estagnação social o problema não está tanto no povo ou nos analfabetos, mas nos próprios governantes tidos como formados nas diferentes áreas do saber. Esses precisam boas escolas hoje, para aprenderem ainda mais sobre a política e o como governar. Ao entender-se a política como arte

de mentir promovem-se festas partidárias que, no final delas abrem-se os bares, dando a cada jovem um litro de vinho, de whisky, passaporte ou white whorse de graça dizendo: “jovens, o futuro do país está nas vossas mãos!”. E um futuro confiado aos bêbados é violento, se pensarmos bem nas consequências do álcool.

Se se levar à sério tal lema, concluir-se-á que nesta ordem de ideias o álcool é visto em Angola como uma escola que promove competências para governar. Ora, no capitalismo há dois tipos de escolas: escola do povo e escola para filhos dos governantes, cujo fim é garantir que estes últimos venham a dar sequência ao poder dos seus progenitores. A escola do povo forma para a massa; para o obsoleto. Nela só se passa, não se reprova, mesmo que nada se saiba. Um director da escola do povo não é sério, pois a sua seriedade depende de quem o coloca aí. Por isso, é obrigado a apresentar um número elevado de alunos aprovados na pauta e isso vale-lhe uma promoção de cargo, caso contrário, perde-a. No capitalismo os filhos dos governantes e ricos nunca estudam naquelas escolas das massas, mas podem ser professores delas. Estes são formados, ou no exterior, ou então numa escola forte onde só eles conseguem unicamente pagar a propina. Nas escolas para as massas ensina-se reiteradamente o respeito pelos chefes e pelos bens dos outros. O papel das famílias está bem dividida. A mãe é a rainha do lar, o pai é a cabeça da casa que deve entrar com todos os custos, aos filhos cabe apenas a obediência aos pais, caso contrário, são punidos por desobediência. Na escola tem o director, o subdirector pedagógico, o subdirector administrativo, os chefes de secretaria, os coordenadores de turmas, de turnos, delegados, subdelegados (de turma e de higiene), alunos mais inteligentes e burros que servem de exemplos na sala em cada ano lectivo. Aí cada um tem as suas competências. E lá fora todos são apresentados felizes, unos e sem conflitos enquanto que não. A questão ideológica neste tipo de escolas é mais profunda. A metodologia aí aplicada é sempre de repetição de ideias, de modo que os conteúdos sejam tidos como condutores de todos os discursos dos formandos. A crítica, a criatividade e a reflexão dos conteúdos são altamente proibidas na escola. Não se forma o aluno para uma opinião ou resposta pessoal aos problemas, forma-se para uma repetição passiva das ideias dos ricos e bem sistematizadas pelos governantes. Formam-se, geralmente, seguidores. Comummente as escolas do povo são as estatais, aquelas que devem ser vandalizadas sem a intervenção de agentes de segurança pública e nessas a insegurança é maior.

6.3- O que é o sofrimento?

“A desgraça dos africanos são os próprios africanos”.

O sofrimento é a prisão do livre arbítrio e do direito de uma pessoa. “Sem o livre arbítrio o ser humano se deprime, se asfixia, perde sentido existencial. Sem o livre arbítrio ou ele se destrói, ou destrói os outros”, Augusto Cury (2015). Vejamos o que acontece em Angola:

Para os grandes ricos com todos os direitos latifundiários e lavras de diamantes o trabalho constante é o lançamento de convites aos jovens na descarga de camiões de cervejas “birras”, cigarros, gasosas para as suas empresas, etc., cujo pagamento é apenas uma grade, um março de cigarro ou um dinheiro não qualificado. Estes nunca aceitam a fiscalização cerrada das suas empresas, nunca aceitam que um governo equilibre o salário dos funcionários. Somente querem tudo para eles e os seus filhos de modo a manterem na lista de servidores os demais.

De acordo com Aníbal Barreira & Mendes Moreira tudo quando se opõe à vida com a totalidade da espécie de homicídios, genocídios e suicídios voluntários; tudo aquilo o que viola a integridade da pessoa humana, como a mutilação corporal e mental; tudo quanto ofende a dignidade da pessoa humana, como as condições de vida infra-humanas, as prisões arbitrárias, as deportações, a escravidão, a exploração das forças de outrem sem o pagamento correspondente, a prostituição, o comércio de mulheres e jovens; e também as condições degradantes de trabalho em que os operários são submetidos e tratados como sendo meros instrumentos de lucro e não como pessoas livres que pensam e são responsáveis, resumem o que se chama sofrimento.

Numa outra vertente Cury afirma que a prisão interna mutila o ser humano, pois não permite expandir a sua inteligência. Um governante que tenha cometido um crime que põe em causa o destino de toda a nação a prisão exterior não basta, porque isto não muda o seu comportamento enquanto

criminoso, não reedita as áreas do seu inconsciente que financiaram o crime, apenas imprime dores emocionais de deixar o cargo e estar livre dos seus crimes. “A um criminoso não se dá leite, mas surra” (Cita Vale cit. Machel 2007).

Em Angola vive-se num ambiente decepcionante de que os que roubam milhões de dinheiro nos cofres do Estado estão à vontade, mas aqueles que por fome roubaram um quilograma de fuba, de arroz, etc., estão nas cadeias. Para os tribunais e outras instâncias injustas, condenar um da camada baixa significa viver numa sociedade democrática colada nos papéis. Fala-se tanto de liberdade, mas frequentemente ela está longe do território da psique Cury (2015). Segundo este autor existem diversas formas de restrição à liberdade que desembocam no sofrimento:

1ª. As preocupações existenciais acima de tudo dos governantes para com eles mesmos;

2ª. Os pensamentos antecipatórios sem aplicação na prática;

3ª. A ditadura da estética do corpo do governante;

4ª. A exploração emocional das propagandas sem um envolvimento da pensatividade.

As igrejas e o Estado estão imbuídos na dimensão puramente materialista, corrupta, perseguidora e seguidores. E isto anuncia um perigo, pois, como consequências, todos hão-de pagar, aliás, em Angola já se está a pagar por um mal que nós próprios admitimos. Se recorrermos um pouco no tempo, pode-se afirmar que o antónimo do iluminismo é a escuridão. Esta escuridão, a principal muleta que conduziu a idade média, os culpados foram as camadas adultas e jovens dessa época. É preciso que jovens e adultos do país reclamem os seus direitos. O que significa dizer que não podem ficar escondidos atrás dos vivos e dos abaixo, seguindo o gesto dos governantes de barrigas inflamadas sem reflectir. Vejam! Depois de perdermos os nossos irmãos na guerra civil, quem agora se beneficia da paz? Quem é o conhecido como arquitecto da paz? Não se pode assarapantar o que digo se a verdade é tudo o que coincide com o objecto definido como disse Platão. Não sou seguidor,

nem propagandista muito menos partidário, mas reconheço que em cada ser humano devemos aproveitar fundamentalmente o seu lado mais positivo. Para Jesus Cristo e Sócrates, eminentes figuras que o mundo já conheceu, o maior homem não é aquele que domina os outros com mais poderes políticos, mas aquele que serve, pois, só este é que torna brilhante os servidos, elevando-lhes em patamares altos que o mundo admira. Quando um dia não se conseguir distinguir o governante do governado Angola conhecerá uma verdadeira democracia.

6.3.1- O sofrimento como uma escola popular no capitalismo

A reflexão filosófica dos problemas da classe explorada foi aflorada por Karl Marx (1818-1884), e busca, não só os actos da classe intelectual que descobre o quanto está a ser explorada, mas também a visão populista nascente da acção burladora da classe exploradora. A análise feita a partir do contexto angolano, desperta atenção de qualquer investigador social e permite um novo modo de pensar e olhar as coisas. O sofrimento é o verdadeiro impulso da revolução. Os intelectuais que dão conta da fonte do sofrimento são uma lâmpada que ilumina a caravana que avança em direcção a esta fonte.

A mentira e a falsidade são duas armas secretas e perigosas que podem matar o seu autor, visto que “quando já tem um historial de dissimulações, não há honestidade, generosidade ou gentileza que consiga enganar as pessoas. De facto, tal só chamará mais atenção. Quando já é tido como falso, uma atitude honesta, de repente, é apenas suspeita” Greene (1998, p.101).

Do ponto de vista prático, o sofrimento é educativo e, por isso, é uma verdadeira escola porque põe o sofredor a pensar nas suas falhas e nas metodologias de superação. Quando o analfabeto diz o sicrano rouba, porque deu conta do tipo de acção desenvolvido. Nenhum homem gosta de ser enganado ou burlado por outro homem. Depois de muitas mentiras e discriminações feitas a alguém, ele tem a soberana oportunidade de pensar sempre nisso e posteriormente despertar da sonolência, logo, perde paciência e conformismo com a vida que leva. Porque a própria natureza interna

do capitalismo que priva a classe proletária dos frutos do seu trabalho, de acordo com Afanássiev, não só reforça, como também incentiva a ira dos explorados. Para já a luta do capitalismo é muito ruim e perigosa para o Estado porque impõe um individualismo acentuado.

Quando o povo não faz greve, nem qualquer tipo de barulho num município, comuna, província ou capital significa que as contradições económicas e políticas do capitalismo ainda não atingiram um grau elevadíssimo, ou seja, ainda não se apercebeu da situação candente em que está submetido. A luta do povo nunca depende da constituição, isto deve ser bem claro aos Estados capitalistas. Mesmo aqueles que não estejam dentro do espírito revolucionário, podem fazer revolução com a força da ira.

No caso de Angola, os ricos só reclamam quando o Estado procura elevar os impostos nas suas empresas. No caso dos governantes, só fazem barulho quando almejam chegar ao poder, depois de tomar tal poder, tornam-se cada vez mais implacáveis e reaccionários. O tempo de defender o próprio poder com as armas pode ser ultrapassado, isto porque o militar usado como instrumento manipulado para reprimir o povo é proveniente desse povo. E ninguém gostaria de ver seus familiares a sofrerem eternamente.

6.4- O lugar do povo e o conceito de homem no Estado capitalista

No capitalismo o lugar do povo é na produção. Aí o conceito de homem é reduzido ao lucro. E ao invés dele ser o fim, torna-se meio para se atingir um fim. Ora, o Estado é sempre composto por ricos governantes e por todos aqueles que discursam a favor deles, tornando legítima a injustiça. Aí, todos aqueles que não dispõem de condições económicas da classe dirigente não participam nas reuniões destes e são considerados “povo”.

A questão fundamental nesta abordagem é saber qual será o lugar do povo neste tipo de Estado. Levantado o problema, posso aferir que a resposta a mesma questão não se encontrará nos documentos elaborados pelos dirigentes e seus defensores, nem tampouco na constituição elaborada por estes de forma fechada. Mas sim, na prática ou no tratamento que se dá a este grupo

considerado “povo” nas suas relações filantrópicas. E destas relações resulta igualmente o tipo de “homem que se acredita”.

Normalmente, este conceito muda e sempre mudou em função do que se acredita no momento. Se for neste caso a riqueza, o homem é acreditado ou desacreditado através do nível económico atingido. Se for a moeda que é igualmente uma riqueza, a sua quantidade determinará o tipo de homem que a sociedade considera. Marx tinha dado conta através do ambiente que se vivia no seu tempo e lançou-nos as bases para a interpretação do capitalismo. Se Marx lançou bases para a interpretação do fenómeno capitalista, faltou-lhe a definição do capitalismo selvagem. Ele abordava o conceito capitalismo no seu sentido geral, sem diferenciar os tipos de capitalisms.

Creio eu que é possível existir justiça no capitalismo racional e fazer com que todo um homem seja considerado como sendo um ser dualista, de corpo e alma, que necessita cuidados avultados em termos sanitários, alimentares, desportivos, educativos e de segurança, pois ele é a fonte de todas as riquezas. Dentro do capitalismo racional o mais importante para um dirigente é resolver os problemas do povo, como dizia A. Neto (1922-1979) Primeiro Presidente de Angola. Neste capitalismo racional a escola e o hospital servem todos os cidadãos. Por isso, procura-se a todo custo a qualidade destes serviços, permitindo que todo homem seja “Homem mesmo”.

No capitalismo selvagem o homem é tido como meio não como fim, tal como pensava Kant no seu imperativo categórico. Ele é coisificado e tratado como sendo um ser separado da alma e do corpo. Vale somente o seu esforço no trabalho e no voto para dar frutos aos ricos que se acham ser iluminados e escolhidos por Deus. Vai se ver que neste tipo de Estado o que toca o povo diz-se que é falta de cuidados, mas o que toca o líder e o seu filho é tido como sendo um crime. No capitalismo, a polícia não protege o povo, os tribunais não julgam tal como a balança da justiça se apresenta, mas julgar-se-á a em função da cara e do último nome que o criminoso apresenta; o que os professores ensinam não reflecte a realidade do povo; os enfermeiros nos hospitais trabalham, mas não de forma igual quanto ao tratamento dos pacientes. Se aos ricos é apelar, aos pobres é espancar. O lugar do povo no capitalismo selvagem é na solidão e na igreja, onde o acto de invocar o nome de Deus não pára. E os ricos nunca se contentam com as orações dos mesmos,

pois este invoca sempre a vinda emergente do “Demiurgo” conceito aplicado por Platão durante a sua estadia no mundo material onde achava ocorrer tudo o que é ruim, o egoísmo é o maior inimigo das sociedades capitalistas.

6.5- Instrumentos de um Estado na chantagem das massas no capitalismo

O capitalismo é um regime cujo objectivo fundamental é o lucro. E na procura do lucro, não importa o meio tudo vale para o seu fim que satisfaz a empresa. Quem vende um bem depende de quem compra. Para concretizar a ideia do lucro e do engano, o Estado ou empresas, usam a propaganda. Para o Estado é a propaganda política e para as empresas é a propaganda comercial.

As funções das pessoas no capitalismo são distintas, mas o fim é o mesmo: defender o chefe, os ricos, garantir-lhes o lucro e a segurança. Daí a polícia nacional, os tribunais, as instituições públicas e privadas, os meios de comunicação social etc., passam a ser instrumentos de chantagem das massas e financiar crimes, instalando um clima de terror em que homens armados, em pleno dia, assaltam, roubam, torturam e matam pessoas sem responsabilização, quando estes são apanhados. Aliás, o próprio Estado capitalista envia a polícia e o exército para dominar e contrapor as insurreições populares com bombas lacrimogéneas e outros instrumentos tóxicos para neutralizar a consciência dos insurretos.

São duas correntes importantes saídas da época moderna: a corrente idealista e materialista. Enquanto os materialistas defenderam o estado real, os idealistas defenderam o estado ideal, eivado de frases filosóficas complicadas de interpretar, por exemplo, o mito religioso sobre a criação do mundo por Deus. Primeiro a sua linguagem é puramente transcendental e, por isso, enganadora.

No mundo material, os Estados ou governos, para enganar o seu povo e justificar da melhor forma possível os seus actos maléficos, têm como sustentáculo o idealismo. Valendo-se deste, apoiam-se na linguagem transcendente, polissémica e conotativa, faz passar a ideia de que o Estado é um ente público que trabalha para “resolver os problemas do povo” e garantir-lhe um fu-

turo melhor. Finge-se estar a exprimir os interesses da população, enquanto serve os seus interesses enquanto classe dominante. Finge-se, paradoxalmente, que todos os governantes foram eleitos democraticamente pelo sufrágio universal e vontade de Deus, por isso, devem ser respeitados e idolatrados. No caso concreto de Angola, para melhor se vingar do povo que elegeu supostamente e por coerção o governo no poder, o Estado apoia-se nas forças da ordem. Fortifica o exército e a polícia dividida em diferentes especialidades (económica, antimotim, guarda-fronteira, bombeiros, força aérea, etc.) para chantagear o povo. E ai cuidado! Porque os trabalhadores ou o povo votante, na reclamação dos seus direitos, são respondidos com “a lei da bala” e muitas mortes são produzidas. A estas classes de chantageadores hoje acrescentaram-se as entidades tradicionais como órgãos de denúncias de toda a acção contrárias aos ideais do Estado nas comunidades. Aliás, esta camada, também conhecedora de todos os “kimbandeiros” que dão banhos de defesa e de permanência ao poder aos dirigentes que compõem o quadro do Estado, são uma força que ajuda na admoestação das massas.

Segundo V.G. Afanássiev (1977), na sociedade primitiva todo o povo estava armado, e ai ninguém podia perseguir o outro. Mas numa sociedade de classes antagónicas, as forças armadas encontram-se nas mãos da classe dominante, servindo para reprimir o povo e subordiná-lo a um pequeno punhado de exploradores. E para o mesmo objectivo, são os órgãos representativos (o parlamento), o enorme aparelho ideológico e burocrático da administração com todo um exército de funcionários fanáticos (maus interpretadores das leis); órgãos de informação ou comunicação social para ocupar as pessoas nos programas bem orquestrados para o embrutecimento e engano da opinião pública; os tribunais, prisões e campos de concentrações.

Tudo isto, apreendido em conjunto, fundamenta o poder político de um Estado capitalista, explorador, mentiroso, enganador, corrupto, nepótico, etc. Com o aprofundamento das lutas entre as classes, cresce ainda mais o poder do Estado através do apoio internacional. Além deste poder que o Estado tem em Angola e não só, é inerente ainda a ele, a instalação de pessoas nos pequenos cargos sem a competência necessária, visando a fundação de pequenas “casotas” timbradas de bandeiras nos municípios, províncias, comunas, denominadas “Comités do Partido” onde o requisito fundamental são o cartão e o fanatismo. Claro que neste cartão o indivíduo tem o nome,

o número de ordem, a cara, a data de ingresso, assinatura do titular e do secretário desta casota e o nome do “CAP” onde este milita. E isto determina a selecção daqueles que bem militam, isto é, aqueles que cumprem escrupulosamente com as orientações de torturas, mentiras e outras para enganar e esmagar o povo. Portanto, a colocação de pessoas no quadro do Estado não é por via da meritocracia, mas sim, do nível de fanatismo e devoção que cada membro tiver para com a organização e os chefes dela.

O idealismo sendo uma expressão do mundo que há de vir, muitas vezes, serve às forças tiranas da sociedade na sua luta contra as forças sociais progressistas incluindo a religião com a função de amortecer e escravizar espiritual e fisicamente dos trabalhadores no sentido de justificar e consolidar o seu domínio contra eles. Fala de Deus e do próximo mundo

O regime capitalista em África já se encontra historicamente atrasado e falido como é óbvio em Angola por causa do acentuado clima de individualismo e classicista. Por isso, ao invés de o Estado resolver os problemas mais candentes e importantes da vida social, da luta contra a corrupção, o analfabetismo, a exploração do homem pelo homem, o individualismo e misérias para o alcance da paz, da democracia, da libertação nacional em conjunto com os quadros competentes formados por ele, encontram-se desviados por emoções e paixões que incentivam no homem entre outros males a inimizade, a censura, a calúnia, a tortura, a perseguição, o consumismo.

De forma estereotipada, em África os Estados são acompanhados por outras expressões boas, como liberdade de pensamento, de expressão, artística, literária, bem comum democracia, igualdade de todos perante a lei, resolver os problemas do povo, qualidade de ensino e outros que obviamente podem cativar os interesses daqueles que indirectamente são ignorados, esquecidos e tornados objectos que podem ser manipulados na acção do voto.

6.6- Itinerário salvífico de um povo oprimido

“O povo unido luta” - Agostinho

No caso dos países que têm o regime democrático, é importante julgar os partidos políticos através dos programas eleitorais e não das caras dos candidatos ou ainda níveis académicos. Identificar o lugar do povo por detrás de tais programas, é mais importante que o leque de palavras que sujaram o papel. Isto implica, da parte dos governantes candidatos, “diminuir a distância entre o que se fala e o que se faz”, como disse, Paulo Freire (1921-1997) pois se a boca mente, o acto desmente. Obviamente, num mundo de muita teoria, os despertados da sonolência deixam de prestar atenção na palavra e mantêm-se atentos nos actos, na prática, pois é ali onde se confirma a seriedade de um Estado. Hoje por hoje, os governos sustentados por partidos políticos vêem as suas imagens beliscadas e sem mais confiança dos eleitores. Nisto, eles procuram pressionar o botão da fraude eleitoral, arresvando a vontade popular. O que fazer diante deste acto subversivo?

Para a responder tal questão, antes procuro relembrar-vos das palavras de ordem do Primeiro Presidente de Angola A. A. Neto (1922-1979) quando dizia: “o povo unido luta”, e uma luta feita com determinação e unidade na acção, vence. O povo tem capacidade e força suficientes para derrubar um governo num culto espaço de tempo sem o uso de armas de fogo. A desobediência civil e a lei da manifestação popular são instrumentos que deforma pacífica obrigam que o governo ditador demita-se do poder, fora de um golpe de Estado. A unidade popular e a consciência do objectivo são as bases desses instrumentos. Inundar as instituições e as ruas sem medo das forças de repreensão é a solução para os países que utilizam a fraude eleitoral como via para se manter forçosamente no poder. Sobre o poder e revolta popular ninguém combate. Um dado a reter nesta perspectiva, é que em África vive-se na base de um acentuado preconceito que impede a exposição das capacidades inatas de cada homem dentro de um conjunto popular e, por isso, fica-se preso numa impressão negativa de não ter a auto-estima.

Ora, a capacidade de se libertar de todas as penúrias e tempestades encon-

tra-se dentro de cada homem que se acha derrotado e acorrentado pelas circunstâncias que a vida do Estado impõe-lhe, caso não troque o seu livre arbítrio pelo desejo de mando. Quem não vende a sua liberdade em troca de um bem, nada tem a dar ao tirano. Se nada lhe der, ele perde a fonte de poder que o sustenta. Aí reside o poder do povo. É possível uma revolta nas ideias quando for alarmante a situação social.

As revoluções são perniciosas sim, até certo ponto, mas quando a injustiça e a opressão forem maiores, elas são necessárias. Uma revolta ou insurreição é uma das vias que o homem possui dentro de si para se libertar do opressor. E estes instrumentos dependem essencialmente do espírito e da consciência cansada da servidão. Todos e qualquer um, formado ou não, é possível se libertar das grilhetas da servidão e tornar-se livre dos déspotas ou carrascos do poder do Estado. Todos, formados ou não, são capazes de fazer uma revolução mesmo não tendo uma plena consciência de fazê-la. A revolta depende do ritmo de se sentir sufocado e injustiçado, e nem sempre esta revolta acontece de forma legal tal como as leis versam e aguardam.

Se bem se sabe, a necessidade não tem lei e esta é sempre superior que a moral. A partir do momento em que um Estado se eleva para o espírito negativo da acumulação primitiva de capital, para restringir o leque das oportunidades, o valor do homem desaparece. Fica coisificado e usado como força de trabalho que dá lucros aos grandes senhores, os déspotas. No capitalismo, por exemplo, o que acontece muitas vezes é que no momento da divisão dos resultados do trabalho a justiça desaparece. Nasce o desprezo, a censura, a exclusão e o isolamento das pessoas de certos grupos. E a insistência de homem desfavorecido pode resultar em uma morte súbita ou então de uma doença prolongada na base do veneno usado para se libertar dele.

A pontualidade no trabalho nos Estados corrompidos pelo lucro qualifica o trabalhador, mas a pontualidade desse nas “refeições”, desqualifica-o. Portanto, no trabalho muitos são os chamados; na comida poucos são os escolhidos. É assim que as greves e as insurreições acontecem; têm sido recursos das camadas injustiçadas por um determinado Estado, e é legítimo que assim seja porque não há escapatória para os oprimidos enquanto o opressor sentir-se à vontade.

A luta de um povo nunca deve ser apenas para ter um país independente e para o sono, mas também “é preciso fazer uma revolução interna nas ideias, nas mentalidades e nos hábitos de trabalho”, A. Neto (1922-1979). Os vários Estados de natureza ignorante mergulham num caos da promoção da bandidagem, da corrupção, da prostituição, do engano, da mentira, da censura, de calúnia, do boato, de falsificação de documentos (certificados e relatórios) e da sua própria imagem territorial (usando a TV, a Rádio, etc.), promovendo assim a pobreza, a miséria e a fome no seio das populações

Foi dito que a queda de um Estado se dá com a desilusão do povo e, por isso, inúmeras vezes, sobretudo em eleições, notam-se cifras elevadíssimas de abstenções de votos. La Boétie, a respeito disso afirmou: basta o povo não der o que o rei pede, cai como um ídolo de barro. Por isso, “quando a opressão atingir o seu cume, o oprimido precisa contar essencialmente com as suas próprias forças” -Savimbi (1934-2002).

CONCLUSÃO

Não há Estado melhor que o interior do homem que, comprometido com a causa dos demais, governa para todos. Enquanto detentor de todas as responsabilidades de traçar políticas que visam organizar e sistematizar a realidade social, não pode corromper-se pelas paixões. Ou seja, quando este descarta das suas mais nobres tarefas de organizar, as sociedades tornam-se estáticas e incapazes de darem uma resposta pessoal aos problemas que põem em causa a sua ideia de progresso. Na verdade, todos os problemas de carácter político, económico, cultural, social, religioso, etc. incidem sobre a matéria, e esta é a sociedade. Nela ocorrem alterações surpreendentes devido à complexidade do homem.

O homem se fosse fruto do outro homem o mundo seria um verdadeiro inferno onde cada um faria o que lhe convém para com o seu próximo. Daí se assistem golpes de Estado, guerras à luz das ambições económicas e de poderes que não respeitam o contributo de cada um no alcance de concórdia. Uns intitulam-se heróis da primeira e outros da segunda classe em detrimento da sociedade, acabando com todos sem mais uma justificação racional. Na base de tudo isto hoje está o lucro: a posição social a ocupar, a conquista de honras, glórias, famas, direitos ilimitados, incumbindo aos demais deveres ilimitados.

Nos Estados capitalistas, os sistemas políticos são analisados numa perspectiva similar, com uma ilusão democrática segundo a qual toda a gente tem os mesmos direitos de pensamento, de expressão e de opinião, enquanto que na prática, a política é um domínio profundamente monopolizado pelas classes dominantes. Ora, se sabemos bem, o capitalismo não atura o pobre e, por isso, a classe dos pobres mobiliza-se ou para um derrube do regime capitalista, ou para uma libertação deste jugo de pobreza, pelo menos para um lugar diante dos ricos. Daí, tomam-se em África várias decisões para se sair da onda da pobreza: feiticismo, compra de um certificado de habilitações falso, opta pela bajulação ou roubo qualificado.

Os caminhos de se libertar da pobreza quando esta atingir o seu cume são várias e ruins, pois a sua tomada não se faz de forma racional, mas em forma

de uma aventura que não tem em consideração a própria vida individual ou colectiva de cada pessoa. É assim que abrem escolas que formam pacatos cidadãos que não conseguem levar as coisas no nível crítico e a questão que se coloca é que o Estado ao abrir tal escola não pensa do povo que ali vai formar, mas si mesmo e aos amigos a si afectos, tanto internos como externos. Daí nasceu a expressão “seu homólogo Presidente fulano”.

Há quem pensa que estamos num espaço geográfico errado. Não é verdade. O próprio africano é o rei da sua desgraça. Paz ter-se-ia exactamente, mas entre os homens falta a justiça. Ineriu-se ele mesmo num rumo errado que ignora a sua filosofia antropológica que visa determinar o lugar e o destino do homem africano. Em contrapartida, seria uma bênção ser africano e ser integrado no aparelho do Estado para a orientação dos demais, mais com a febre do capitalismo e do egoísmo em África esta prática é uma calamidade natural pouco compensadora devido lucro que cada líder procura. Daí o conceito de Estado perde o seu sentido lógico. O Estado que teria sido um órgão de confiança, tornou-se numa bomba atómica, num entrave do progresso social cujas raízes assentam na satisfação das necessidades individuais.

Num país comprometido com a vida do cidadão, a ditadura é uma via para resolver os problemas. De que ditadura me refiro? Honestamente, o homem muda em função das circunstâncias, isto porque a sua natureza aponta para esta constante expansão. E se considerarmos esta ideia, veremos que um Estado pode se guiar por uma ditadura. Há dois tipos de ditaduras: ditadura negativa e ditadura positiva.

A primeira consiste em reprimir o que é bom para todos a benefício do ditador. Ou seja, nesta, o Estado procura satisfazer as necessidades dos seus “comparças”, impedindo que os mais carenciados saiam da sua situação crítica em que se encontram. Aí os discursos teóricos reflectem a realidade de todos, mas a prática aponta para a realidade dos que estão ligados ao aparelho do Estado. Engrossam-se as forças armadas em defesa dos chefes em detrimento do povo e divide-se a escola; tem médicos específicos, lugares de acesso limitado, eventos específicos, etc., ou seja, povo é povo, o Estado é Estado. Nada de cooperação.

O segundo tipo de ditadura impõe o respeito pela dignidade da pessoa hu-

mana, incentiva o trabalho, controla tudo para todos e nenhuma força é vã. Neste tipo a cadeia não só serve para os de camada baixa, mas também para os de camada alta sem exceção de condições. Aí todos vão à mesma escola, ao mesmo hospital. Os preguiçosos, sejam eles da classe baixa, média ou alta, todos são punidos. Nas escolas, todos têm direito à reprovação, caso não saibam, ou estejam longe das qualidades pretendidas pelas políticas estatais. Por exemplo, empurrar todos para a escola; exigir que todos leiam para aprender; exigir que cada um tenha uma pequena horta na casa, uma pocilga. Isto é, de certa forma, uma ditadura no sentido positivo e é compensador. Aí reside o caminho organizador da África que sem o qual permanecer-se-á na escuridão.

SOBRE O AUTOR



Ernesto Calupeteca Camati, solteiro de 38 anos de idade, nascido aos 13 de Junho de 1986, filho de Isaac Camati e de Sofia Canjala, natural de Lissiumbo, Município de Caluquembe, Província da Huíla.

Fiz os estudos primários na escola de Calumwe, Sector de Chilunda-Caluquembe nos anos 1991 à 2000. O II Nível de 2001 à 2002. O III Nível de 2003 à 2005. Com a reforma do sistema de ensino em Angola, fechei o quadro do actual I Ciclo que inclui a 9a Classe em 2008 com um ciclo formativo interrompido por uma política de superação de 3 meses. De 2009 à 2011 fiz a 10a, 11a e 12a Classes na Escola “Comandante Liberdade” da Antena Regional Norte da Huíla, em Caluquembe. De 2012 à 2016 fiz o 1º, 2º, 3º, 4º e 5º Anos no Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla (ISCED-HUÍLA) no Curso de Filosofia, tendo terminado a Licenciatura em 2017. Em 2006 ingressei no sector da Educação no Município de Caluquembe, tendo sido colocado, como Professor Auxiliar do Ensino Primário do 6º Escalão, na Escola Primária de Chinjengue no sector de Lomupa/Caluquembe. Em 2010 fui transferido para a escola do I Ciclo do Ensino Secundário - Anexa do Dende, do mesmo Sector, onde trabalhei até o ano de 2022. Em 2023 fui transferido para a escola do 1 Ciclo da Yela Bissapa, Sector de Chilunda Calumwe/Caluquembe até à data presente com uma carreira profissional de 18 anos de serviço.

Sou vinculado à Brigada Jovem de Literatura da Huíla de Angola desde o ano de 2015 no gênero literário: Poesia.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, M. M. & LAKATOS, M. E. (2011) Metodologia Científica. 6ª Edição. S. Paulo: Atlas.
- ARANHA, A. L.M (2015). Filosofia da Educação. 3ª Edição. São Paulo-Brasil.
- BADIOU, A.(1998). Compêndio de metapolítica. Editions du Seuil,Abril, Lisboa.
- BOAVIDA, J. (2010). Educação Filosófica (Sete Ensaio), 1ª Edição, Março, Coimbra.
- BARRADAS, A. (2010). Agostinho Neto uma Vida sem Tréguas 1922/1979, Edição alusiva ao 25º Aniversário da Morte do Fundador da Nação Angolana e ao 3º Aniversário da Independência de Angola. 2ª Edição, Lisboa.
- BERTRAND, Y. (2011). Teorias Contemporâneas da Educação.
- CEAST, (2016). Carta Pastoral dos Bispos. Março, Moxico-Angola. 9ª Edição, Agosto, Lisboa.
- COLLI, G. (2010). O Nascimento da Filosofia. 2ª Edição, Janeiro, Lisboa.
- CRAVIOLINI, P. ; PAGANI, C. ; TOMATIS, M. & PAOLO, V. (2007). Atlas da Terra. Homem. A qualidade de Vida. Didáctica Editora. Novara.
- CARMO, H. (2014). A educação para a Cidadania no Século XXI: Trilhos de Intervenção. Escolar Editora, Lisboa.
- CHAUÍ, M. (2010). O Convite à Filosofia. 14ª Edição, S. Paulo, Brasil.
- DELORS, J. (2012). Educação Um Tesouro à Descobrir. 7ª Edição Revisada, Fevereiro, São Paulo.
- DAWKINS, R. (2011). A Desilusão de Deus. 6ª Edição. Setembro, Harvard.
- FERNANDO, E. (2012). Jonas Savimbi no Lado Errado da História. 2ª Edição, Maio, Portugal.
- FREIRE, P. (2011). A Pedagogia do Oprimido. 50ª Edição, Rio de Janeiro, São Paulo.
- _____, (1989). Educação e Mudança. 12ª Edição, São Paulo, Brasil.
- _____, (2002). Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários À Prática Educativa. 25ª Edição, São Paulo, Brasil.
- FRANCISCO, M. (2007). Nuvem Negra: O drama do 27 de Maio de 1977. CE- Editores associados, Lisboa.
- GASPAR, P. & DIOGO, F. (2012). Sociologia da Educação e Administração Escolar. Plural Editores, Julho, Angola.

- IMBAMBA, J. M. (2003). Uma Nova Cultura Para mulheres e Homens novos, Um projecto filosófico para Angola do Terceiro Milénio à luz da Filosofia de Battista Mondin, Luanda, Angola. Edições de Angola.
- JEÓVÁ, T. (2012). Fim do mundo, fatos, ficção e fantasia, Setembro.
- LAAGEL, C.(2016). O Imperativo da Coexistência humana em Angola. Edição ADMAC. Luanda-Angola
- KAPITIYA, F. (1999). ABC Metodologia Científica. 5ª Edição. Março, Roma.
- KUNDONGENDE, C.J. (2013). Crise e Resgate dos Valores Morais, Cívicos e Culturais na Sociedade Angolana: Um contributo para a Inversão dos Valores Éticos. Edição Ministério da Educação, Huambo -Angola.
- MAKUMBA, M.M. (2014). Introdução à Filosofia Africana, Passado e Presente. Paulinas Editoras, Fevereiro, Moçambique.
- MONDIN, B. (2011). Curso de Filosofia. Volume 1. 16ª Edição. S. Paulo, Brasil.
- _____, (2011). Curso de Filosofia. Volume 2. 12ª Edição. S. Paulo, Brasil.
- _____, (2008). Curso de Filosofia. Volume 3. 10ª Edição. S. Paulo, Brasil.
- MURCHO, D. (2002). A Natureza da Filosofia e seu Ensino. 1ª Edição, Julho, Lisboa.
- NGOENHA, E.S.(2014). Filosofia Africana: Das independências às Liberdades. Paulinas Editora. Fevereiro, Moçambique.
- PILLETI, C. & PILLETI, N. (2014). História da Educação, de Confúcio a Paulo Freire. 1ª Edição, São Paulo.
- ROBERTS, J. M (1996). Breve História do Mundo; Das Origens ao Mediterrâneo Clássico. Volume I, 1ª edição, Lisboa.
- READER, J. (2002). África: Biografia de um Continente.Publicações Europa-América, LD. Março,- Portugal.
- VIEIRA, L. (2007). Angola: Dimensão Ideológica da Educação 1975-1992. 1ª Edição, Setembro, Luanda (Angola)
- VIEIRA, E. (2009), Filosofia Política, o que é o Estado?

**O EPÍLOGO DE UM
ESTADO QUE DÁ TIRO
À SUA PERNA**

Ernesto Calupeteca Camati

**EDITORA DIGITAL
“ÁGUA PRECIOSA”**

**Telefone: 923 407 949
Projecto gráfico**

Belson Pedro Raimundo Hossi



Todos os direitos desta obra reservados a
Ernesto Calupeteca Camati

Este E-book está protegido por

Leis de direitos autorais na “CPLP” “SADC” e “PALOP”
=====

“CPLP” COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

“SADC” COMUNIDADE DOS PAÍSES DA ÁFRICA AUSTRAL

“PAÍSES” AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA

Esta obra está sob uma Licença Commons.
Você pode copiar, distribuir, exibir, desde que
Seja dado crédito aos autores originais –

Não é permitido modificar esta obra.

Não pode fazer uso comercial desta obra.

Não pode criar obras derivadas.

A responsabilidade
Pelos textos, músicas e imagens
É exclusivamente do Autor.

